

Francielle Maria Modesto Mendes

# IMAGINÁRIO NA AMAZÔNIA

Os Diálogos  
Entre História  
e Literatura



Edufac



Francielle Maria Modesto Mendes

**IMAGINÁRIO  
NA AMAZÔNIA:  
OS DIÁLOGOS  
ENTRE HISTÓRIA  
E LITERATURA**



**Edufac**

Edufac 2016

Direitos exclusivos para esta edição:

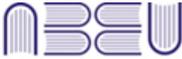
Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac),

Campus Rio Branco, BR 364, km 4,

Distrito Industrial – Rio Branco-AC, CEP 69920-900

68. 3901 2568 – e-mail [edufac.ufac@gmail.com](mailto:edufac.ufac@gmail.com)

Editora Afiliada: Feito Depósito Legal

  
**Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias**

Francielle Maria Modesto Mendes

**IMAGINÁRIO  
NA AMAZÔNIA:  
OS DIÁLOGOS  
ENTRE HISTÓRIA  
E LITERATURA**



**Edufac**



**Diretor**

José Ivan da Silva Ramos

**CONSELHO EDITORIAL**

José Ivan da Silva Ramos, José Porfiro da Silva, José Mauro Souza Uchôa, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Tiago Lucena da Silva, Bruno Pereira da Silva, Jacó César Piccoli, Adailton de Souza Galvão, Antonio Gilson Gomes Mesquita, Yuri Karaccas de Carvalho, Manoel Domingos Filho, Eustáquio José Machado, Lucas Araújo Carvalho, Fabio Morales Forero, Raimunda da Costa Araruna, Carla Bento Nelem Colturato, Simone de Souza Lima, Damián Keller.

**Editoras de Publicações**

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio  
Jocília Oliveira da Silva

**Secretária Geral**

Ormifran Pessoa Cavalcante

**Design Editorial**

AntonioQM  
FredericoSO

**Capa**

FredericoSO

**Revisão de texto**

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio

**Revisão técnica**

Aelissandra Ferreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Ufac

---

ISBN: 978-85-8236-021-7

M538i Mendes, Francielle Maria Modesto  
Imaginário na Amazônia: os diálogos entre história e literatura /  
Francielle Maria Modesto Mendes. – Rio Branco: Edufac, 2016.  
198 p.

1. História - Literatura - Amazônia. 2. Literatura -  
História e crítica - Amazônia. I. Título.

CDD 22.ed. 809.09811

---

Bibliotecária: Vivyanne Ribeiro das Mercês Neves CRB-11º/600



# Sumário

Agradecimentos .....	11
Deslocamentos e fronteiras.....	13
Introdução.....	15
1 CORONEL DE BARRANCO: AS SEMENTES, AS ÁRVORES, AS CINZAS.....	25
1.1. Coronelismo “bem engomado” da Amazônia .....	45
1.2. Narrativas em trânsito: vida e trabalho no primeiro ciclo da borracha.....	66
1.3. Amazônia: outros olhares sobre a história e a literatura.....	74
2 AMAZÔNIA BRASILEIRA: FACES DE SUA HISTÓRIA.....	93
2.1. Páginas acreanas na literatura .....	101
2.2. Formação social na Amazônia: a questão do Acre .....	109
2.3. Culturas amazônicas: uma construção do imaginário .....	127
3 HISTÓRIA E LITERATURA: O ENTRECruzAMENTO NARRATIVO.....	145
3.1. A (des)construção do real e a busca da verossimilhança .....	160
3.2. História (amazônica) vista de baixo: o primeiro ciclo da borracha .....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	181
REFERÊNCIAS .....	190



# Agradecimentos

Pelo amor incondicional, agradeço minha família tão amada: Pai, Mãe, Tia-Mãe Lica, Tia Lena e meu esposo, Francisco Aquinei. A todos vocês, as minhas melhores palavras e tudo que há de mais bonito em mim.

Agradeço ainda meus professores no Doutorado Dr. Júlio Cesar Pimentel Pinto Filho e Dr. Marcos Silva sempre disponíveis em contribuir com o meu conhecimento acadêmico e crescimento profissional.

Por fim, meu sincero obrigada à Universidade Federal do Acre (Ufac), que oportunizou, por intermédio da Edufac, a publicação desta obra.

Mais dia menos dia, demito-me deste lugar. Um historiador de quinzena, que passa os dias do fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, às câmaras, à Rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de história. E repare o leitor como a língua portuguesa é enganosa. Um contador de histórias é justamente o contrário do historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de história foi inventado pelo povo, que nunca leu Títo Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar. (ASSIS, 1994, p. 361-362)

# Deslocamentos e fronteiras

Júlio Pimentel Pinto

Todo livro, no fundo, é uma margem, uma fronteira. E tais palavras – fronteira, margem – jamais podem ser entendidas como separação, limite, barreira. Elas são, na verdade, o oposto: espaços porosos, em que as diferenças entram em xeque, em que a contaminação é irreversível.

O livro de Francielle Modesto é, nesse sentido, exemplar. Ela explora um imaginário, o amazônico, que parece ser restrito, mas sempre se expande, se irradia. Ela discute as possibilidades de uma disciplina, a história, sem esquecer que a experiência e a narrativa históricas rapidamente se transmutam, quando colocadas em diálogo com outros domínios e outros relatos – o ficcional, por exemplo.

*Coronel de Barranco* – livro de Cláudio de Araújo Lima, originalmente publicado em 1970 – foi o objeto que Francielle escolheu para realizar, do ponto de vista teórico e metodológico, o que todo historiador e crítico literário deveria fazer: deslocar-se. E se deslocar é conseguir ultrapassar os limites da própria consciência, do próprio tempo e lugar; é circular por períodos cujos valores, princípios e sonhos distam excessivamente dos nossos.

A *Belle Époque* amazônica – período em que transcorre boa parte da trama de *Coronel de Barranco* – acreditava, afinal, num mundo que nós, que vivemos um século depois, sabemos que não se cumpriu. A voz do narrador Matias Albuquerque não se limita, porém, a recuperar os anseios que a riqueza da borracha ativava: ela também percebe as tensões e as incongruências, os picos e abismos da imaginação de homens que tentavam acompanhar o frenesi de sua época – uma daquelas épocas em que a história parece se acelerar demais e levar gentes e coisas num redemoinho de águas e desejos.

Francielle percorre essa vertigem, seguindo os passos de Albuquerque. Ela analisa as ações de atores sociais múltiplos, muito mais complexos do que a caricatura de uma Amazônia fantasiosa, exótica e homogênea, resumida a indígenas e seringueiros. Ela interpreta seus dilemas pelo que foram e permite que, assim, ressurgam aos nossos olhos: vivos, ambíguos, confusos, dilacerantes – humanos, enfim, e por isso plurais.

A diversidade e a intensidade do passado, no entanto, não podem ser limitadas por uma metodologia ou por um repertório conceitual restritos. Daí a decisão e o risco, assumidos pela pesquisadora, de enfrentar outro deslocamento: aquele que a levou da história para as trilhas enevoadas da crítica literária e que a trouxe de volta aos bosques da ficção. Só quem se movimenta – já disse o historiador italiano Carlo Ginzburg – consegue enxergar pela perspectiva alheia, combinar ângulos de visão, associar temporalidades e compreender de fato o passado.

Quem ganha com tudo isso é o leitor: ele é forçado a sair de sua posição confortável e imutável, é arrastado para longe de suas crenças disciplinares e epistemológicas, é lançado na incerteza da fronteira. O leitor do livro de Francielle, no entanto, não fica à deriva: boa pesquisadora que é, ela o apanha pela mão e dialoga com ele; mostra que um livro importante, como o de Cláudio de Araújo Lima, se bem lido, nos permite imergir numa paisagem complexa e fascinante, nos labirintos da história e da ficção, nos cruzamentos e contaminações que iluminam o pensamento e a cultura contemporâneas.

# Introdução

O conceito de regionalismo balconiza a literatura.

Márcio Souza<sup>1</sup>

O presente livro é fruto de uma tese de doutoramento em História Social, cursada na Universidade de São Paulo (USP), sob a supervisão do Prof. Dr. Júlio Pimentel Pinto, desenvolvida entre os anos de 2011 e 2013. A obra investiga a busca pela percepção do imaginário amazônida por intermédio do estudo de um romance intitulado *Coronel de Barranco* (1970), do autor brasileiro Cláudio de Araújo Lima, ambientado na Amazônia do final do século XIX e início do XX.

Entende-se que muitas são as Amazônias e múltiplos são os seus imaginários e aspectos culturais. Por isso, cabe esclarecer que, neste livro, quando se usa o termo Amazônia, a interpretação está centrada na parte brasileira, em torno dos percursos dos caboclos e seringueiros nordestinos nos seringais acreanos e na cidade de Manaus no período denominado *Belle Époque*.

A escolha do tema aqui arrolado se deu pela necessidade de aprofundar conhecimento sobre Cláudio de Araújo Lima e sua obra referente à Amazônia. Poucos são os estudos a respeito desse autor, que com muita habilidade e vivência na região, retratou a floresta e sua gente. Compreende-se, nesse contexto, que estudá-lo é tirar sua literatura do rodapé, da

---

1 - Frase dita em uma palestra proferida pelo escritor amazonense no Colégio Estadual de Rio Branco, na cidade de Rio Branco – Acre, no dia 04 de junho de 2009.

margem da história literária brasileira, dos conceitos limitadores do regionalismo, e inseri-la no centro, nacionalizando-a.

O manauara Cláudio de Araújo Lima (1908 – 1978), médico psiquiatra, ensaísta, tradutor, dramaturgo e romancista escreveu quatro romances – *Babel* (1940), *A bruxa* (1944), *A mulher dos marinheiros* (1965) e *Coronel de Barranco* (1970) – além de seis livros de ensaios, alguns ligados à sua vivência de médico psiquiatra: *Psicologia Médica* (1960), *Medicina Psicossomática* (1960), *Imperialismo e Angústia* (1960), *Sexo e Amor* (1961), *Patologia Dialética* (1962), *Amor e Capitalismo* (1962); e três livros de ensaio/biografia: *Ascensão e queda de Stefan Zweig* (1943), *Plácido de Castro – um caudilho contra o Imperialismo* (1952) e *Mito e realidade de Vargas* (1955).

O autor revisou e prefaciou ainda dois livros: *Quatro gigantes da alma: o medo, a ira, o amor e o dever* (1963), de Emilio Mira y Lopez e; *Freud, prós e contras*, de José Torres Norry (1965).

A partir de um levantamento sobre romances de conteúdo amazônico, evidenciou-se que *Coronel de Barranco* se adequava com o objetivo geral do trabalho que foi analisar as relações entre literatura e história na composição do imaginário da região, dando voz aos personagens que atuaram, sobretudo, no primeiro ciclo da borracha.

A narrativa põe em cena um instigante painel humano, que vai do caboclo amazônida (mestiços descendentes de índios e brancos), aos nordestinos, oriundos de diferentes estados do Nordeste do Brasil, passando pelos estrangeiros – dentre os quais merecem destaque os sírio-libaneses. Eles atuavam como regatões nos rios amazônicos, comercializando ilegalmente produtos para os seringueiros e demais moradores do seringal, em troca de pelas de borracha que eram desviadas do armazém/barracão central. Tudo isso filtrado pela voz do narrador Matias Albuquerque que, através da sua memória afetiva com o lugar de origem, resgata lembranças bem particulares de sua infância, juventude e vida amorosa.

Ao mesmo tempo, o romance traz à cena importantes acontecimentos da vida amazônica, a princípio pelo roubo das sementes de seringueira para a Malásia, pelo botânico inglês Henry Wickham, até a derrocada da produção da borracha, por volta de 1913. Por intermédio desses relatos, o narrador traz ao leitor suas experiências, mágoas e frustrações entrelaçadas aos aspectos históricos, culturais e sociais da região.

Falando da Amazônia brasileira, lugar de um imaginário marcada-

mente híbrido e essencialmente heterogêneo, mostra-se como as personagens ficcionais de *Coronel de Barraco* se constituem na composição de saberes que se imbricam, se misturam e se contradizem.

Constata-se em muitas narrativas literárias, a limitação de se pensar a Amazônia unicamente a partir de uma figura essencializada, como as imagens dos indígenas ou dos seringueiros, por exemplo. O equívoco se encontra, uma vez que a construção desses atores sociais se vislumbra na relação com o 'outro' contrastante e não de forma isolada.

Nesse ambiente, o conhecimento e os saberes locais convivem com culturas cosmopolitas, muitas vezes "macaqueadas" e amalgamadas à cultura autóctone. Sobre esse caudal identitário que permeia a região, vale a pena trazer um comentário de Ana Maria Daou:

(...) por toda a Amazônia as atividades ligadas à extração e à comercialização da borracha se impuseram, mobilizando um enorme número de pessoas e vasto capital. Alterou-se a morfologia social, ao se deslocarem para a Amazônia trabalhadores que, rio acima, ajudariam a formar novos seringais. Estrangeiros ali se fixaram, sobretudo nas duas capitais, sendo em grande parte os responsáveis pela volumosa importação de bens de consumo e pela exportação da borracha – estando envolvidos, inclusive, na vinda, para as capitais, do látex coagulado, ou seja, as bolas de borracha que eram embarcadas para o uso industrial (DAOU, 2004, p. 20-21).

Esse agrupamento de pessoas em torno do produto borracha vem para a narrativa literária de Cláudio de Araújo Lima como tema central. Literatura e história, cada uma a seu modo, constroem discursos de uma das fases mais instigantes da vida amazônica – as fases de produção da borracha, cenário de convivência de identidades e imaginários híbridos, nos dois planos discursivos.

A região amazônica e seus habitantes são observados, na literatura e na história, sob inúmeros estereótipos imagéticos e discursivos. Usa-se da estratégia da esteriotipização para caracterizar a Amazônia constantemente como exótica e misteriosa, tentando homogeneizá-la. Dessa forma, anulam-se as múltiplidades e diferenças individuais em nome de semelhanças de grupos.

Segundo Francisco Foot Hardman (2009), a Amazônia é uma construção discursiva e sua representatividade é constituída a partir de um imaginário. Nesse sentido, a região está eivada de lugares-comuns, relatos e ficções, que validam seu *topos* geográfico como espaço de homogeneização.

Esses aspectos podem ser percebidos a partir da conformação discursiva presente nos viajantes conquistadores – que por meio de suas crônicas apresentam um discurso fantasioso e transpõem para a região amazônica todo um imaginário europeu – e também pelos viajantes cientistas, que trazem o discurso da modernidade e instauram a dicotomia civilização *versus* barbárie. No caso dos escritores-viajantes, eles encontraram na natureza o repositório para suas demandas imaginárias. Neste estudo, aponta-se a relação do homem com a natureza amazônica como um dos aspectos influenciadores para que ele seja interpretado pelos estrangeiros como não civilizado e pitoresco.

Contudo, a literatura é um dos meios que institui a Amazônia como representação simbólica, ou seja, a modernidade se consolida por intermédio do romance. Esse gênero textual apresenta as cidades amazônicas, os perfis, os sujeitos, as ações, as vestimentas e alicerça um imaginário sobre a região. É o que se observa a seguir:

Entre fontes mais antigas, é certo que a literatura de cronistas e viajantes, desde o século XVI, ao erigir o ‘real maravilhoso’ como matéria-prima temática de suas construções sobre a Amazônia, constituiu acervo considerável de elementos passíveis de serem apropriados e retraduzidos, já no século XIX, por toda a literatura ficcional, do romantismo aos vários modernismos, a partir de meados de 1870. Poderíamos lembrar, entre autores-viajantes, na plêiade de exploradores e naturalistas que, entre os Setecentos e os Oitocentos, repercutiram depois em autores brasileiros, de Rodrigues Ferreira, Bates, Wallace, Castelnau, Coudreau, casal Agassiz, Chandless, etc. Seria vetada, em princípio, a menção a Humboldt, que foi proibido pelas autoridades coloniais portuguesas de atravessar a bacia do Orenoco, pelo rio Cassiquiase, e adentrar-se na bacia do Amazonas, pelo Rio Negro. Mas o peso do autor-viajante germânico foi decisivo, seja pela forte recepção de sua obra no imaginário e relatos de autores de nossos países vizinhos, seja pelas leituras diretas e indiretas certamente dele feitas no Brasil (HARDMAN, 2009, p. 26-27).

Os conceitos sobre a Amazônia são categorizados e estruturados a partir do olhar da narrativa e da temporalidade do colonizador. E essa temporalidade conjuga tempos diversos, várias narrativas revestidas de um imaginário, de uma representação que, *a priori*, confere à Amazônia um sentido alheio ao tempo efetivo de suas práticas sociais, ou seja, enxerga-se a região amazônica como uma categoria retórica, uma palavra abstrata que passa a ser identificada de forma una e homogênea.

Um dos teóricos utilizados para fundamentar a pesquisa e os laços entre história e literatura é Hayden White. Para o estudioso (1994), a narrativa é governada por gêneros, que regularam e produziram historiógrafos cuja obra histórica apresentava noções filosóficas apoiadas em fatos empíricos. Nesse aspecto, percebe-se sobre a região amazônica que a ideia de representação é estruturada em torno do conceito de narrativa.

A narrativa tem a capacidade de tornar o tempo humano e inserir os códigos e os procedimentos linguísticos sobre a região. O discurso-narrativa pode instituir lugares, apagar as diferenças e engendrar tempos/espços naturalizados. Dessa forma, o romance e a ficção instauram espaços de visibilidade e dizibilidade sobre a Amazônia.

O mesmo procedimento acontece com os discursos históricos, pois, o historiador e o romancista, ao criarem uma narrativa, presentificam o mundo que se reconfigura através da leitura e fazem isso usando técnicas narrativas semelhantes. Podem ter por base um acontecimento histórico para ser reconstruído através do ato de narrar. Historiadores e romancistas necessitam fazer seleções de acontecimentos (reais ou imaginários) conforme a sua perspectiva ou necessidade, porém é importante salientar que qualquer seleção de material a ser escrito necessita da habilidade dos dois tipos de narradores. Isso significa que a visão da realidade será sempre fragmentada.

A relação entre literatura e história já se manifestava em Aristóteles. O filósofo foi o primeiro a pensar que a literatura era autônoma em relação ao real. Através do imaginário do autor ficcional ou do historiador é feita a intersecção entre o real e a possível representação desse real. Para Hayden White, importante referência neste trabalho, a “história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica” (WHITE, 1994, p. 137-138).

Terra distante e habitada apenas por índios, ‘selva amedrontadora’,

‘inferno verde’, ‘paraíso tropical’, ‘Eldorado’. Várias são as nomenclaturas referentes à região, o que evidencia a visão limitadora que se tem dessa área e que o Norte do Brasil é desconhecido para os moradores das demais regiões brasileiras.

Nesse contexto, o objetivo é pensar essa porção de terra brasileira com identidade espacial, produtora de estudos e culturas, retratada pela literatura no primeiro ciclo da borracha – entre os anos de 1876-1926 – com referenciais históricos. É possível pensar essa espacialidade amazônica em consonância com o pensamento de Durval Albuquerque Júnior (2009) a respeito do Nordeste. Segundo o autor, a região seca brasileira possui um acúmulo de camadas discursivas e práticas sociais em que linguagem (discurso) e espaço (objeto histórico) se encontram.

Deslocando o olhar do Nordeste para o Norte, não se pode pensar a região amazônica de forma linear, suprimindo-se os tempos diferenciados da floresta (como o do seringal) e o da cidade (no caso, Manaus), bem como da gente que ali vive. Durante muito tempo, a história tradicional acompanhada do realismo naturalista tentou ‘apagar’ as diferenças de espaço de convivência, perdendo-se parte importante dos processos que compõem a formação social, política, econômica da Amazônia.

No decorrer desta obra, constata-se a busca de se estabelecer um novo recorte epistemológico, uma reconfiguração sob o imaginário referente à Amazônia brasileira. Não se almeja apagar o campo de observação ou suprimir o já existente sobre essa temática, mas promover novas experiências sobre o narrado e o vivido na região.

A ideia é caminhar contra a corrente que vê a Amazônia como terra homogênea, sem perder de vista suas diferentes formas de vida, a pluralidade de seus habitantes que se constituem como sujeitos históricos, a partir de suas diversidades. Trata-se, efetivamente, de problematizar os termos canônicos do imaginário local, como ‘seringueiro’, ‘seringal’, ‘caboclo’, ‘borracha’, ‘coronel’, ‘Amazônia’, entre outros; e inseri-los sob a perspectiva do tempo, do espaço, da narrativa, da representação e do discurso.

Essas palavras escorregadias passam a configurar a imagem, a experiência, o tempo e a narrativa do povo e de grande parte da Amazônia. Para fugir do enclausuramento semântico e conferir novos sentidos aos termos já dados, é preciso a intervenção do sujeito amazônico no espaço público. É necessário o alarido de vozes, é necessário o grito dissonante, é necessária

ainda a linguagem dos atores sociais para compreender as relações que são estabelecidas por eles.

Para que isso aconteça, a linguagem vai aparecer como responsável pela (re)elaboração do ser e da sua inserção no mundo, conferindo aos sujeitos uma dimensão política que, por sua vez, insere o homem/mulher no espaço público. Dessa forma, eles também produzem sentido à sua existência.

A presença dos sujeitos na Amazônia deu novo sentido a cada traço cultural dos migrantes, que chegaram em busca do milagre do Eldorado. Também foi responsável pelas escolhas e caminhos dos caboclos que lutaram por sobrevivência, criando-se outros traços de poderosa originalidade.

Uma vez estabelecidas as razões da escolha do *corpus* literário, a relevância e o detalhamento do estudo empreendido neste livro, torna-se necessário explicitar também que ele está organizado em três capítulos. O primeiro intitula-se “Coronel de Barranco: as sementes, as árvores, as cinzas”; o segundo foi nomeado de “Amazônia Brasileira: faces de sua história”; e, por fim, o último intitulado “História e Literatura: o entrecruzamento narrativo”.

No primeiro capítulo, apresenta-se a obra *Coronel de Barranco*, que está didaticamente dividido pelo autor Cláudio de Araújo Lima em três grandes blocos metafóricos: as sementes, as árvores e as cinzas. A ideia é abordar a narrativa, detalhando-a para melhor compreensão do tema discutido. Há um destaque para o desempenho da figura dos seringueiros, caboclos e coronéis e das formas de trabalho. Analisam-se ainda os fatores econômicos que envolviam o ciclo da borracha amazônica.

Observa-se a forma como as relações sociais e as relações de poder, à luz dos estudos de Foucault, são estabelecidas no seringal entre o seringalista, denominado coronel no primeiro ciclo, e os demais habitantes do seringal Fé em Deus, onde se passa a narrativa. Abordam-se também aspectos importantes da memória do narrador usados na construção tecida no romance.

O embasamento desse capítulo foi feito a partir de estudos de autores relevantes no que se refere à Amazônia, caso de Euclides da Cunha, Márcio Souza, Alfredo Luísa Cabral, Arthur César Ferreira Reis, Craveiro Costa, Ana Maria Daou, entre outros.

Na segunda parte do livro, faz-se um percurso da literatura de ex-

pressão amazônica, enfatizando as produções de autores acreanos. A ideia é observar de que forma e sob que olhar acontece a construção literária da região. O debate segue sobre a formação social, os processos de ‘modernização’ da economia e a integração da região amazônica ao restante do país. Desse modo, é possível estudar sobre o desenvolvimento da Amazônia e de que forma essas mudanças são tratadas pela literatura e a história até o período de publicação da obra, a década de 1970.

Há uma abordagem sobre momentos importantes da historiografia acreana, além do conceito de imaginário e da forma como ele engendra discursivamente a representação sobre a região. Vê-se que apesar das décadas, os processos de integração desenvolvidos para unir a Amazônia ao restante do Brasil ainda são inadequados e insatisfatórios para compreender a pluralidade da região.

O universo de autores que compõem esse percurso é variado e centra-se em estudos críticos, caso do João de Jesus Paes Loureiro, Leandro Tocantins, Durval Albuquerque Júnior, Alisson Leão, Nicolau Sevcenko, Ana Pizarro, além de estudiosas que nasceram ou moram no Acre, Laélia Maria Rodrigues da Silva, Olinda Assmar e Margarete Edul Prado, que ajudaram na compreensão dos percursos realizados pela literatura local.

No terceiro capítulo, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos evidenciados com a Nova História Cultural, observa-se que história e literatura se empenham como narrativas num esforço de capturar aspectos da vivência humana e de representar o real. As duas narrativas têm por objetivo a reconfiguração de um passado, “real” ou “imaginário”, onde critérios como o de credibilidade e a verossimilhança são observados. Para discutir a construção do real e da verossimilhança, a pesquisa é fundamentada no Roland Barthes.

O historiador, na tentativa de construção de conhecimento do mundo, tem por objetivo resgatar as sensibilidades de outra época e a maneira como os seres humanos se representavam. Para isso, é possível recorrer ao texto literário, pois ele pode dar indícios dos sentimentos, das emoções, das maneiras de falar e agir, dos códigos de conduta partilhados, da gestualidade e das ações sociais de outro tempo. Dessa forma, a literatura não estaria dissociada da narrativa histórica, sendo possível entrever diálogos entre elas.

Para compreender essas imbricações, Hayden White defende a ideia

de que tanto as narrativas ficcionais quanto as históricas apresentam rastros do imaginário, o que não necessariamente constitui em perdas, principalmente, para a história. Contrapondo-se a esse pensamento, Carlo Ginzburg pensa que White se ateve a muitos detalhes da linguagem e sobre o lado artístico da historiografia, esquecendo outros pontos importantes como a observação de aspectos gerais da sociedade. O diálogo segue com a exposição de pensamentos de autores como Lloyd Kramer e Dominick LaCapra, além de muitos outros, que também enriquecem o debate.

Por fim, faz-se o convite para a leitura deste trabalho que é, antes de tudo, visita a uma Amazônia constituída de sujeitos não somente prenhes de fantasia, mas também heterogêneos, híbridos e repletos de múltiplidades culturais e históricas, que juntos, compõem o imaginário amazônico.



# 1 CORONEL DE BARRANCO: AS SEMENTES, AS ÁRVORES, AS CINZAS

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso me alegra, montão.

*(Grande Sertão Veredas, de Guimarães Rosa).*

Cláudio de Araújo Lima – médico, psiquiatra, ensaísta, tradutor, dramaturgo e romancista – é nascido em Manaus, Amazonas. Ocupou nos anos de 1972 a 1978 a cadeira nº 2, de Euclides da Cunha, na Academia Amazonense de Letras. Filho do político, médico, farmacêutico e escritor José Francisco de Araújo Lima (1884-1945) e da dona de casa Branca Machado de Araújo Lima, Cláudio tinha dois irmãos: o agrônomo Rui de Araújo Lima e Maria Amélia de Araújo Lima. Deixou dois filhos, José Francisco de Araújo Lima Neto e Pedro de Araújo Lima.

O autor morou em Manaus até ser expulso do Exército por haver

tomado parte no movimento revolucionário no Estado do Amazonas, em julho, de 1924. Por causa disso, foi deportado para o Acre, especificamente, o alto Purus, onde conheceu melhor os processos de vivência e exploração da região. Acredita-se que ele tenha vivido e trabalhado como médico na região amazônica, entre idas e vindas, até aproximadamente 1938, quando embarcou para o Rio de Janeiro, onde morreu no dia 21 de setembro de 1978.

O romance *Coronel de Barranco* foi a obra de maior expressão do autor Cláudio de Araújo Lima. A sua abordagem acontece em torno do ciclo da borracha, entre o final do século XIX e início do XX. Tal período propagou o sonho da riqueza na região amazônica.

A primeira publicação do romance *Coronel de Barranco* data do ano de 1970, editada pela Civilização Brasileira. A obra não foi prefaciada, porém teve a orelha escrita por Mário da Silva Brito, poeta e crítico conhecido e respeitado nacionalmente. A editora e o apresentador são indícios de uma presença de Lima em escala nacional.

A segunda edição do romance foi publicada em 2002, pela editora Valer. O prefácio dessa edição ficou sob a responsabilidade do professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Colégio Militar de Manaus, José Almerindo Rosa. Ele atribui a construção do romance ao conhecimento e experiências vividas pelo escritor durante o período em que viveu na região amazônica. José Almerindo Rosa faz a seguinte afirmação no prefácio: “para escrever sobre algum aspecto da Amazônia impõe-se sobretudo o conhecimento *in loco*. Não é possível criar obra de valor, apenas por ouvir falar, romanticamente, da região ou por pesquisas teóricas” (LIMA, 2002, p. 24).

Para tornar-se escritor, Cláudio de Araújo Lima sofreu influências de seu pai, José Francisco de Araújo Lima, autor das obras, *Relatório sobre a instrução primária no interior do Amazonas* (1910), *A questão do ensino primário* (1912) e *Amazônia, a terra e o homem* (1932).

Cláudio dedicou ao pai a obra *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*, publicada em 1952. As influências do pai e as experiências no Purus, segundo Almerindo, são as sementes do romance *Coronel de Barranco* que envolve o tapiri, o barracão e a casa exportadora.

O autor tem uma obra literária curta. Mas com destaque para a Amazônia. Logo no primeiro romance de Cláudio de Araújo Lima intitulado

*Babel* (1940), o autor apresenta uma personagem que morou na floresta durante o ciclo da borracha. A personagem se chamava Madame Babel e na juventude, quando foi conhecida como Conceição, ouviu falar em Paris de uma terra onde se “cobriria de ouro em pouco tempo” (LIMA, 1940, p. 180). Em busca dessa prosperidade, ela dirigiu-se, então, para os seringais em meio à Amazônia e teve o destino semelhante ao de outra personagem de Cláudio de Araújo Lima, a Conchita de *Coronel de Barranco*.

Certo dia, num encontro casual com um hercúleo sírio de bigodes luzidios, recebeu proposta para ir viver em companhia de um rico e voraz senhor de seringais estabelecido no Alto-Acre, que o encarregara de lhe arranjar uma mulher, tão escasso e quase excepcional era o material feminino por aquelas paragens, onde, em certos pontos, se podiam viajar léguas e léguas para defrontar alguma, ainda assim absorvida pelo proprietário zeloso e precavido. Na semana imediata, Conceição se viu alojada na bodega flutuante, no ‘regatão’, que o sírio conduzia a remos, subindo lentamente o rio interminável, sem saber que, após uma longa viagem de mais de cinco meses, teria a sua pobre carcaça vendida por pouco mais de três contos de réis, pagos metade em dinheiro, metade em peles de borracha (LIMA, 1940, p. 182).

Babel foi amante de Seu Ventura – que havia feito fortuna em outro seringal. A história se assemelha à prostituta Conchita, uma das três personagens femininas, em *Coronel de Barranco*. Ela fora amante de Antoninho, o guarda-livros do coronel Cípriano. O desfecho de Babel, porém, foi melhor. Seu Ventura foi morto a mando do seringalista traído. Mas antes de sua morte, ele havia dado um dinheiro à amante, que conseguiu fugir sozinha para o Rio de Janeiro, onde comprou um velho casarão na travessa do Flamengo.

No Rio de Janeiro, Babel faz do velho casarão uma pensão, onde moram os mais diferentes tipos de pessoas: prostitutas, estudantes de medicina, migrantes nordestinos, pintores, rapazes de gosto refinado. Essa gente se dividia em três espaços distintos: térreo, primeiro andar e sobrado.

No térreo, estavam os estudantes sem dinheiro e os rapazes de trabalhos mal remunerados. No primeiro andar, havia poucos quartos, onde ficavam as pessoas com uma condição financeira melhor. Era lá também

que ficavam as salas de refeições e de visitas. E, por fim, no sobrado estavam hospedados os melhores hóspedes e mais endinheirados.

A segunda obra do autor foi *A Bruxa* (1944). A narrativa se desenvolve em torno das lembranças e conflitos do passado da personagem Ricardo. A esposa do rapaz chamada Julia é internada no sanatório, o que atrapalha os planos de uma vida feliz do casal. Nessa obra não há referências à Amazônia.

Em 1965, o autor publicou o livro *A mulher dos marinheiros*. Um carreador de bacará, um homem de negócios de duvidosa fortuna e a mulher dos marinheiros são as personagens do romance que se passa na Ditadura do Estado Novo. A obra é composta por um depoimento na polícia, trechos de um diário, uma carta e dois discursos na sala do júri. Tudo isso é narrado para que seja descoberto o assassino da personagem Bárbara. Ao final da obra, um dos advogados aponta o culpado:

Vou apontar-vos, senhores jurados, o legítimo autor da morte de Bárbara. Um desventurado adolescente, que está presente neste tribunal, ao lado de seu amargurado pai, já sob a guarda da justiça que irá agora avaliar a extensão de sua responsabilidade (LIMA, 1965, p. 170-171).

A Amazônia é cenário do primeiro romance do autor, de 1940, e do último, publicado em 1970. Separado pelo espaço de três décadas, a temática se repete: uma passagem pela Europa, o 'ouro negro', o enriquecimento supostamente fácil, a ausência de mulheres, o trabalho com a seringa, traição, morte.

No tocante ao *Coronel de Barranco*, o romance é dividido em três partes: as sementes (do capítulo 1 ao 3), as árvores (do capítulo 4 ao 19) e as cinzas (do capítulo 20 ao 23). Em 23 capítulos, a vida das personagens ficcionais se entrelaça e se confunde com a vida e a história de homens que lutam para sobreviver no meio da floresta, cercados de dificuldades. O romance *Coronel de Barranco* é narrado no espaço de 50 anos (1876 a 1926) por Matias Cavalcanti de Lima e Albuquerque.

Dessa forma, o autor realiza uma navegação por marcas sociais, históricas, geográficas, culturais e literárias da Amazônia. Também, pode-se dizer que ele faz um movimento para transpor aspectos da exotização, tentando ultrapassá-los. O autor não reduz os problemas humanos da região

e nem os torna pitorescos. Nessa obra, a natureza escapa do predicado da estranheza para que se sobressaíam as questões humanas.

Na primeira etapa do livro, o leitor é apresentado à região amazônica pelos caminhos do Seringal Tristeza, onde morava o jovem Matias, o tio Amâncio, a tia Raimunda e a prima Rosinha. Como parte importante dessa história, os moradores ganham a companhia do botânico inglês Sir Henry Wickham.

O estrangeiro desembarca no Tristeza, aparentemente, para viver no seringal e pesquisar sobre a fauna e a flora da região. Ele experimenta a comida local, conhece os hábitos dos moradores, recebe presentes, se encanta pela floresta e, principalmente, pelas suas imagens e sons. É bem recebido por todos os amazônidas, principalmente, pelo seringueiro Sandoval, que vê no 'mister' uma companhia. Evidencia-se isso nas passagens a seguir:

Outra xícara de café. E outro sorriso de Sandoval ao vê-lo aceitar, regozijando com o êxito de sua hospitalidade, cada vez mais comunicativo, depois que o arrastei ao diálogo de relativo desabafo (LIMA, 2002, p. 49).

Convinha regressar, insisti junto ao entusiasmado hóspede. Mas Sandoval ainda procurou nos reter, como se temesse remergulhar na solidão (LIMA, 2002, p. 50).

E, voltando, trazia na mão uma gaiola tosca, por ele próprio fabricada, onde se destacava a beleza de um galo-da-serra. Um presente 'para o Mister', que o recebeu com emoção, abraçando-o efusivamente, à maneira brasileira (LIMA, 2002, p. 51).

Os beijos de Wickham ainda não haviam parado de tremer, e duas caboclas iam e vinham, enchendo a mesa de travessas e terrinas, para o abundante jantar, à base de uma caldeirada de peixes e do pato no tucupi. Completado com três ou quatro compoteiras de doces caseiros (LIMA, 2002, p. 53).

O britânico percorre o Tristeza na companhia do narrador e morador do seringal Matias Albuquerque. O pesquisador é ciceroneado pelo jovem rapaz e único falante da língua inglesa que há no local. Ele recolhe as amostras de 70 mil sementes de *hevea brasiliensis* e espécies de animais de seu interesse para levá-los a Europa. Para o escritor e jornalista Joe Jackson,

pesquisador da vida de Wickham, poucas histórias demonstram com tanta clareza como um indivíduo influencia o curso da história: “Henry Wickham via seu roubo como um ato tanto de patriotismo quanto de salvação pessoal” (JACKSON, 2011, p. 24).

No segundo momento da obra, seguem os conflitos. O trecho intitulado Sementes faz referência à origem da árvore da seringueira, que é ilegalmente levada para a Europa. As sementes aparecem como metáforas para a vida que surge cheia de esperança em meio à floresta.

Para fazer esses percursos, o narrador usa da memória para reconstruir suas experiências pessoais entrelaçadas às experiências históricas da Amazônia. O primeiro grande impacto na vida do narrador é a prima Rosinha, o que justifica, posteriormente, as lembranças que Matias tem da moça na idade adulta. Ela é o amor da mocidade de Matias e também do seringueiro Sandoval, um caboclo da região.

A moça carregava na barriga um filho do padre do seringal e por causa disso é assassinada, juntamente com o padre, por Sandoval, durante uma missa em que ele falava sobre o dever sagrado de respeitar os princípios da moral. Após a morte da jovem, o tio Amâncio aconselha Matias a seguir com o Wickham para a Inglaterra: “Trata de te agarrar nesse inglês, que talvez ele tenha nas mãos o teu coração, a tua salvação” (LIMA, 2002, p. 171).

Na narrativa a respeito do primeiro ciclo da borracha, a mulher aparece como prêmio, como recompensa, mas também como ‘território dos fortes’, por isso sua ligação às tragédias. O reduzido número de mulheres faz com que os homens tenham atitudes violentas e cometam até assassinatos ou, então, sejam responsáveis pela venda de suas esposas. De acordo com Alfredo Lustosa Cabral (1984), é grande essa escassez:

(...) eram muito difíceis, naquela época, as relações entre os dois sexos. Regiões havia, numa extensão de dez a doze propriedades, onde não se encontrava uma só dona-de-casa. A aquisição de uma donzela da selva era tarefa temerária, porque raramente a índia se sujeitava ao regime doméstico. Isso ainda podia acarretar o perigo de ser a moça levada pelos da tribo ou haver choques violentos, de parte a parte, transformando-se em intriga que não se acabaria mais. Sob esses aspectos, as uniões de seringueiros com selvagens eram quase nulas (CABRAL, 1984, p. 74-75).

Para tentar resolver esse problema em terras amazônicas, Cabral comenta no seu livro *Dez anos no Amazonas (1897-1907)* sobre um episódio em que o Governador do Amazonas pede para que mulheres sejam levadas aos seringais do Acre:

Foi por isso, atendendo a tamanha irregularidade de vida, que, certa ocasião, a polícia de Manaus de ordem do Governador do Estado, fez aquisição nos hotéis e cabarés' dali de umas cento e cinquenta rameiras. Com tão estranha carga, encheu-se um navio cuja missão foi a de soltar, de distribuir as mulheres em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá. Houve, dessarte, um dia de festa – a de maior pompa, que se tinha visto. Amigaram-se todas, não faltou pretendente. Contudo, umas não se deram com o clima, adoeceram e morreram. Outras conseguiram voltar a Manaus e, muitas, por fim, foram mais felizes... É que, mais tarde, apareceu um sacerdote e as casou (CABRAL, 1984, p. 74-75).

Na mesma obra, Lustosa Cabral relata ainda a morte de D. Júlia e Paulino. A mulher foi negociada pelo marido que, posteriormente, se arrependeu e decidiu matar o casal no dia do seu casamento.

À meia-noite, Paulino desceu com D. Júlia a escada do barracão e foi visitar a fogueira que estava prestes a terminar. Ali palestravam sobre a nova vida que iriam encetar dessa noite em diante. De frente um para o outro receberam de chofre um formidável tiro de bacamarte pelas costas, que os deitou por terra. Caíram abraçados na beira da fogueira. Do barracão da festa ouviram o tiro e a queda dos noivos. Correram todos às pressas para o local do sinistro, encontrando-os bem feridos. Paulino recebera trinta e tantos bagos de chumbo e D. Júlia três apenas. Foram feitas rigorosas investigações sobre o crime. É que o legítimo marido, ao deparar os noivos ao clarão da fogueira confabulando, irou-se, arranjou um bacamarte velho, carregou-o e mandou-lhes o tiro de misericórdia na certeza de exterminá-los de uma vez (CABRAL, 1984, p. 71).

Na constância da abordagem do ser feminino como coisa rara, escassa ou inexistente no seringal, as personagens sofrem um apagamento,

na maioria das obras do ciclo e não realizam uma ação ficcional efetiva. As personagens femininas não possuem individualidade nas narrativas, não têm pensamento ou atos descritos que lhes possam dar um caráter próprio. Aparecem comparadas a mercadorias, sendo objeto de disputa tal como a cabocla Maibi, do conto homônimo *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, ou a prostituta Conchita, de *Coronel de Barranco*.

No conto, assim como em *Coronel de Barranco*, os significados da mulher e da árvore da seringueira aproximam-se em vários pontos. Como a seringueira, a mulher também não pertence ao seringueiro, é um bem do qual só pode usufruir quem sobre ele adquire direito.

As posses mal realizadas da seringueira e da mulher só podem ser compensadas com as mortes de ambas. Cortar a seringueira para extrair seu leite é uma forma de matá-la, sangrar a mulher até que se esvaia todo o seu sangue também é uma maneira de assassiná-la. A cena final de Maibi expõe os dois seres explorados do seringal e é extensiva, como faz notar o narrador, do processo predatório da natureza como um todo:

O martírio de Maibi, com a sua vida a escoar-se nas tigelinhas do seringueiro, seria ainda assim bem menor que o do Amazonas, oferecendo-se em pasto de uma indústria que o esgota. A vingança do seringueiro, com intenção diversa, esculpira a imagem imponente e flagrante de sua sacrificadora exploração. Havia uma auréola de oblação nesse cadáver, que se diria representar, em miniatura, um crime maior, não cometido pelo Amor, em coração desvairado, mas pela ambição coletiva de milhares d'almas, endoidecidas na cobiça universal (RANGEL, 2008, p. 131).

A identidade feminina é construída e desconstruída numa teia de discursos onde estão presentes os preconceitos e os estereótipos. Cabe à personagem feminina ter direito à existência, com sentimentos e projetos pessoais, ser menos tipificada, além de possuir funções e papéis socioeconômicos diversificados.

Em *Coronel de Barranco*, logo após o assassinato de Rosinha e de seu amante, Matias vai para a Europa e sofre uma grande ruptura social e cultural. Lá, demora a se adaptar ao inverno europeu, estranha a comida, sente saudade de casa e da família. Mas, com o passar do tempo, acostuma-se e começa a aproveitar os prazeres da *Belle Époque* europeia:

(...) uma temporada extraordinariamente vantajosa, pelo muito que aprendi em matéria de experiência da vida, de conhecimento de artes e literatura, de muitos prazeres desfrutados, naquela transição de séculos tão justamente denominada de belle époque (LIMA, 2002, p. 86).

É da Europa que, por carta, ele recebe notícias da valorização da borracha em 1888, bem como toma ciência do falecimento de sua mãe. Porém, decide não retornar ao Brasil naquele momento. É possível notar no decorrer da narrativa esse entrelaçamento do real e do ficcional que tanto enriquece a literatura na construção do possível e do imaginável. Essas imbricações são necessárias na arquitetura do romance histórico.

Na Malásia, Matias conheceu as seringueiras plantadas em um chão que mais parecia jardim. Em nada, aquela plantação se assemelhava as estradas de seringa do meio da floresta amazônica: “Em vez de floresta cujas ‘estradas’ haviam despertado a hilaridade de Wickham, aquela descomunal extensão de árvores” (LIMA, 2002, p. 87). Ele descreveu o que viu como “seringal fantasmagórico” (idem, p. 87). Da Europa, ele acompanhou o crescimento da produção de borracha tanto na Amazônia quanto na Malásia.

Apesar de já adaptado ao mundo europeu, ele retorna aos 46 anos de idade, homem experiente e conhecedor dos prazeres da vida. O motivo? Uma nova tragédia amorosa o faz voltar a sua terra. O narrador perde a mulher Mítsi, vítima de uma pneumonia:

Uma tosse convulsiva, violenta até o ponto de tirar-lhe o fôlego, olhos fora das órbitas, e que me trazia em permanente estado de expectativa ansiosa. Como na crise do dia anterior, em que justamente após um incontível acesso, eu a vira ensanguentada pela primeira hemoptise grave. E cuja possibilidade de repetição me mantinha em constante sobressalto, porque o médico me comunicara que era de tal extensão a sua lesão pulmonar que, numa segunda hemorragia, talvez se consumasse o desfecho total (LIMA, 2002, p. 112).

Na divisão didática do autor Cláudio de Araújo Lima, a segunda parte, intitulada Árvores, tem início com o retorno de Matias à Amazônia. Os moradores da região se preparam para colher os frutos desse novo movimento. Ao retornar, o narrador encontra Manaus ‘uma quase Paris’ e co-

menta suas impressões sobre o local:

Passando a pé pelas lojas elegantes, que exibiam nas vitrines os últimos modelos femininos de Paris, e o que se considerava de melhor em matéria de moda masculina na City. E as ricas joalherias, arrumadas à maneira das que eu me habituava a ver na Rue Royale (LIMA, 2002, p. 92).

Havia também luxuosas pensões alegres e homens de negócio por todos os lados. A cidade estava repleta de aventureiros em busca de fortuna fácil:

Intelectuais e jornalistas de várias procedências, atraídos pela possibilidade de se abrigarem à sombra de políticos e figuras do governo. Aventureiros de toda espécie, vindos em busca de uma brecha para a conquista fácil da fortuna (LIMA, 2002, p. 93-94).

Na chegada, Matias recebe a informação de que vai morar no estado do Acre em um seringal chamado Fé em Deus. Segundo conversas, o local era amaldiçoado pela riqueza. O imaginário europeu é mantido pela própria população local. A ideia de enriquecimento fácil em contraposição à ideia de inferno verde é um pensamento que permeia os processos históricos e sociais da região amazônica e são provenientes dos processos de colonização e exploração.

Os populares acreditam que o Acre é ‘maldito’ pela fortuna que pode oferecer a seus moradores, mas também pelos percalços que pode causar a quem se interessa em conhecer ou morar no local. Assim, pensavam os europeus a respeito da Amazônia. Consideravam a região privilegiada pelos bens oferecidos, mas também perigosa pelos efeitos que podiam causar aos estrangeiros. A seguir, uma passagem da obra comprova o pensamento:

— É se tu vais mesmo aguentar o Acre.  
— E por que não?  
— Porque o Acre tem fama de ser um lugar quase amaldiçoado. Muito dinheiro, dinheiro a rodo... (LIMA, 2002, p. 97).

Apesar da ‘maldição’, Matias é apresentado ao coronel Cípriano e decide seguir para o Fé em Deus, lugar descrito da seguinte forma: “potentado formoso, a cujos domínios só se conseguia chegar durante a cheia do Rio Acre, e num bom vapor moderno, após quarenta dias de viagem” (LIMA, 2002, p. 99).

O narrador é uma espécie de *alter ego* do autor Cláudio de Araújo Lima. Eles estudaram no mesmo Colégio Anacleto e moraram em Paris, na França – onde os dois consideravam ser a mais civilizada das nações europeias. Ambos também desejavam ser escritores e eram leitores de romancistas realistas como Dickens e Thackeray. A seguir, observam-se passagens extraídas do romance aqui em análise:

Não houve, inclusive, pelo fato de que me distraíra com o hóspede, e de certo modo fora dominado por compreensível onda de vaidade, quanto ele pediu que dissesse ao tio Amâncio, em português, que eu estava, em curto tempo, conseguindo rápido progresso no meu inglês de conversação. Sem falar, insistia Wickham, no que lhe parecia um fenômeno: um jovem de dezoito anos, perdido na selva amazônica, haver lido romances de Dickens e de Thackeray, e saber de cor alguns versos de Byron, uns poucos e os únicos, aliás, que eu guardara de memória (LIMA, 2002, p. 43).

Um mundo sem qualquer horizonte, pelo menos no sentido dos ideais que construíra na minha imaginação de adolescente. Ao tempo em que, internado no Colégio Anacleto, chegara a fazer os preparatórios. Aprendera um pouco de francês e inglês. E buscara acumular alguns conhecimentos de literatura, visto que o meu sonho maior era um dia ser escritor. Autor de um romance em que estudasse a estranha vida do Amazonas (LIMA, 2002, p. 66).

Eu, que me tornara um judeu errante naqueles quase trinta anos, a ruminar o ideal de viver isolado num pedaço de mata, compondo e escrevendo os versos que já planejava em silêncio (LIMA, 2002, p. 94).

Matias é homem culto, viajado e cosmopolita. Como dito anteriormente, foi interno no Colégio Anacleto, onde aprendera a falar inglês e francês, estudara Literatura, mas seu sonho maior era ser mesmo escritor. Contudo, Matias não esperava muito de seu futuro no meio da floresta,

mais um motivo para justificar sua ida para Europa: “(...) pouquíssimo poderia esperar que a vida lhe desse, se se resignasse a permanecer naquele fim de mundo” (LIMA, 2002, p. 66).

A personagem Matias Albuquerque, no dizer de Benjamin Abdala Júnior, é aquela que se aparta da “sociedade e da civilização de que, em tese, é representante” (2004, p. 75). Aparta-se para se reencontrar. Primeiro, consigo e, depois, com o outro. Sendo essa uma das relevâncias do romance: a abordagem das questões ideológicas que conduzem o olhar do narrador para os processos de modernização do país sobre os aspectos do interior do Brasil e de suas vastidões.

Identifica-se no decorrer da obra que Matias desaprova, por exemplo, a maneira como o extrativismo da borracha amazônica é conduzido. No olhar de Matias, os seringueiros deveriam ter a companhia de suas famílias, condições melhores de moradia e de trabalho. Além disso, Matias acreditava que muitas eram as atividades que poderiam ser realizadas no seringal, caso da pesca, caça, plantação, comércio, etc. Não havendo, portanto, necessidade de concentrar a mão de obra, em tempo integral, somente na recolha do látex para produzir a borracha.

Matias desaprova o trabalho no contexto amazônico do início do século XX. Mas guarda as memórias de sua vida no local e acredita que escrevendo poderá preservar a sua história. O sonho de Matias de ser escritor é a busca da ‘salvação’ de si por intermédio da literatura e da escrita, é o refúgio para memória, o meio de acertar as contas com o passado e com o presente, para quem sabe projetar o futuro.

A partir da observação de Matias, nota-se que o narrador ou “artesão de ficção”, como é chamado pelo autor Paul Ricoeur (2010), usa a memória como lógica de estruturação e como instrumento de ficcionalização para compor o imaginário amazônica no primeiro ciclo da borracha.

*Coronel de Barranco* trata-se de um texto que, não obstante seu caráter historiográfico, também se desenvolve a partir das vivências e experiências subjetivas da memória do narrador que ajudam a (re)compor o passado. Para Durval Albuquerque Júnior (2009), é na memória que se juntam fragmentos de história, lembranças pessoais, de catástrofes, de fatos épicos. Dito de outro modo, a narrativa é usada como lugar de reencontro consigo mesmo e, para tanto, faz uso do texto. É por meio dele que se estabelece o controle do passado e o contato entre o passado e o presente.

Michel de Certeau considera que “o passado é, também, ficção do presente” (2010, p. 21). E completa afirmando que a escrita a respeito de uma sociedade tem função simbolizadora: “permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente” (CERTEAU, 2010, p. 107).

O conhecimento do passado ajuda a construir e entender o presente e isso pode ser observado em uma das passagens do romance de Cláudio de Araújo Lima, quando o narrador assume que são suas lembranças que ajudam a construir, não somente as suas histórias, mas também a história da Amazônia brasileira e das personagens da obra em estudo, o que pode ser exemplificado na passagem a seguir: “De repente, a explosão de uma lembrança que fez minha vida cavalgar às avessas, devorando anos e anos. Restaurando um pedaço da existência que já se abismara no mais fundo da memória” (LIMA, 2002, p. 39).

Matias funciona como um organizador das experiências das personagens, além de apresentar os aspectos culturais do contexto em que elas estão inseridas. Porém, o narrador cumpre dupla função: relator e sujeito. Em outras palavras, ele é narrador e personagem ao mesmo tempo.

Ele é nostálgico. Ao retornar à Amazônia na idade adulta, tenta reencontrar seu lar, voltar à ‘pátria’. Mas o seu retorno só é possível pela linguagem. Daí se explica a necessidade dele de escrever. O que falta no presente existia no passado: o carinho dos tios, a noção de família, o amor correspondido de Mítsi. As relações sociais eram marcadas, basicamente, pelo afeto, companheirismo e não, prioritariamente, pelos aspectos econômicos. No retorno de Matias, as marcas da memória estão sempre presentes:

Veio também a imagem de Rosinha, agora esfumada e incerta, que deixara a sua marca de paixão e tragédia em minha adolescência. E, com a dela, esta ainda inteiramente viva, impregnada de doçura, a imagem de Mítsi, quase a me fazer sentir nas minhas a sua mão gelada, como eu a tivera naquele último outono de nossa vida (LIMA, 2002, p. 130).

Voltar da Europa é uma forma encontrada por Matias para abandonar a cidade, o país moderno e trocá-lo por uma região mais ‘exótica’, onde estão situados traços de sua essência. Ele abandona o avanço europeu para buscar o passado, mas acaba encontrando uma Amazônia modificada pela

economia extrativista, em que os valores e as relações também mudaram.

Além do luxo e da ostentação, Manaus tinha uma movimentada zona de prostituição que se expandira junto ao fausto do primeiro ciclo da borracha. A grande circulação de dinheiro, a desproporção entre o número de homens e mulheres e o crescimento desordenado das cidades amazônicas contribuíram para o aumento da prostituição. O meretrício era uma das consequências da opulência vivida à época:

Até chegarmos ao Hotel Cassina, fomos flanando pela zona do meretrício. Deixando a Estrada Epaminondas pela rua Itamaracá, onde estavam as mulheres de nível médio. Cruzando a Rua da Independência, reduto das mais sórdidas rameiras (LIMA, 2002, p. 102).

E é com essas diferenças comportamentais, provenientes dos novos aspectos sociais e econômicos vividos na região, que o narrador vai conviver, entrelaçando sua vida a do Coronel Cipriano, aos seringueiros e aos caboclos do seringal Fé em Deus e, especialmente, ao processo de produção da borracha. O romance evidencia, através do desenrolar das personagens, que a monocultura da borracha na Amazônia inaugurou um novo *modus vivendi* na região.

No cenário amazônica também estão os migrantes nordestinos, representados por Joca e Quinquim e pelo próprio coronel Cipriano. Os nordestinos migraram em grande quantidade a partir de 1877, ano de seca forte na região Nordeste. Ao chegar à Amazônia, além de salvarem suas próprias vidas ajudam na transformação da vida no seringal.

O sertão nordestino forneceu costumes, modos de falar, valores familiares e religiosos, além de estereótipos. Tudo isso foi recriado e ressignificado com novos sentidos e características na região amazônica. Segundo Cristina Scheibe (1999), estima-se que em 1878 migraram para a Amazônia aproximadamente 50 mil homens, mulheres e crianças nordestinos.

Eles buscavam o Eldorado, o sonho da vida confortável, por isso fugiram da seca e do flagelo humano. Saíram de uma região seca, estigmatizada pela fome e pela miséria, para uma região abundante em água e em produtos vegetais. Foram eles que contribuíram para a ampliação das fronteiras geográficas e do *ethos* regional.

José Maria Silvino, o Joca, é a representação do homem determina-

do, que luta diariamente pela sobrevivência e que não desiste em meio às dificuldades. Contrariando todas as imposições do coronel Cípriano, de só poder comprar os produtos vendidos no barracão e só vender borracha a preços mais baixos para o seringalista, Joca afirmava repetidas vezes que juntaria o saldo necessário com o trabalho e, logo depois, sairia do seringal: “Eu saio desta porqueira nem que seja morto” (LIMA, 2002, p. 154).

O período de adaptação para os nordestinos foi muito árduo. Eles não estavam acostumados com a friagem, com as doenças tropicais e com as comidas enlatadas vindas da Europa. Joca, por exemplo, adoece de sezão (malária) e precisa receber os cuidados de Matias. O narrador improvisa esses cuidados na ausência de profissionais de saúde: “Aplicamos sinapismos de farinha seca com mostarda. E até ventosas eu me atrevi a improvisar, usando uns pequenos copos para conhaque, que encontramos no canto de uma prateleira meio esquecida” (LIMA, 2002, p. 173).

O narrador transita bem entre os dois núcleos existentes no seringal: o barracão e as colocações, onde moram os seringueiros. Matias é leal aos trabalhadores, ocultou a Cípriano, por exemplo, que Quinquim e Joca haviam conseguido sementes com o seringueiro Zé da Silva e começado a fazer plantações de jerimum, de couve, maxixe, entre outros. O descumprimento ao código do seringal se manteve até os dois serem denunciados por Maciel.

Apesar de traídos pelo companheiro de seringal, os dois nordestinos permaneceram firmes no propósito de juntar dinheiro e irem embora de volta para o Ceará. Anos depois, Joca conseguiu deixar o seringal e ir para Manaus: “Eu não lhe disse, seu Albuquerque? Eu não dizia que havia de sair desta porqueira nem que fosse morto? Vou saindo e vivo” (LIMA, 2002, p. 271). Porém, ele gasta o dinheiro com bebidas e mulheres em casas de prostituição, retornando em seguida para trabalhar no corte com a seringa.

Os gastos com a prostituição são citados por Araújo Lima, mas também fazem parte dos temas tratados por autores que escrevem suas experiências na floresta, caso de Alfredo Lustosa Cabral (1984). O autor conta que em uma das suas passagens por Manaus, no período de 1897 a 1907, pode observar como a prostituição exercia ‘fascínio’ sobre os seringueiros:

Escravizado oito ou dez anos na selva, sem relações com o sexo oposto, o seringueiro que chegava à cidade, não o [bordel] deixava de frequentar. A exploração era roxa.

Muitos ali deixavam todo o dinheiro que haviam arranjado com enormes sacrifícios (CABRAL, 1984, p. 108).

E não era somente na relação com as mulheres que as regras eram descumpridas. Maneco, funcionário do coronel Cípriano, também burlava as leis do seringal. Ele vendia borracha para o regatão. Percebe-se isso na fala do narrador, que novamente mantém segredo e não conta ao patrão que ele está sendo enganado por um dos seus homens de confiança: “Maneco tinha o costume de ir escondendo, de vez em quando, sem chamar atenção, um pouco de borracha que, conforme a oportunidade, vendia clandestinamente ao regatão” (LIMA, 2002, p. 200).

Apesar das proibições, da solidão, das poucas mulheres e da ausência de família, os moradores encontravam divertimento na música e nas conversas com os companheiros de colocação. Matias narra um desses momentos agradáveis: “saboreava-se uma boa comida, ao som do gramofone de um passageiro, o que alegrava a refeição com suas valsas, polcas, maxixes, trechos de operetas de Lehar” (LIMA, 2002, p. 204).

Paralelo à vida dos seringueiros, Cípriano recebe Conchita – a “engomenda esbacial” (LIMA, 2002, p. 307), assim definida pelo regatão. A mulher chega ao seringal misturada aos gêneros alimentícios, bebidas, armas, roupas e demais produtos. Enquanto o coronel gasta tempo em um relacionamento amoroso, comprando joias, roupas e perfumes franceses, o comércio da borracha ganha proporções milionárias na Ásia e, por sua vez, entra em queda na Amazônia. Mas como o coronel não acreditava na queda da borracha, porque o Brasil era o principal fornecedor mundial de borracha bruta, ele sequer percebeu o momento de transição pelo qual a economia da região passava.

Distraído com a traição que sofrera, Cípriano abandona o seringal e vai atrás da Conchita e do amante, o guarda-livros do seringal chamado Antoninho. Junto à borracha, inicia também a derrocada do coronel, um dos signos fabricados pelo primeiro ciclo. Em Manaus, Cípriano e Zeca, caboclo e cúmplice do crime, são presos e condenados por causa da morte dos amantes. Cípriano é condenado a pena de 19 anos e Zeca, a 5 anos.

Enquanto isso, no seringal, Joca morre de beribéri (falta de vitamina B1 e fraqueza muscular, pode ser causada também pelo consumo de peixes de rio) numa cena narrada com bastante emoção. Percebe-se a solidariedade dos moradores do seringal e a comoção das personagens ao presenciar

rem o agravamento do estado de saúde do seringueiro Joca.

O narrador destaca esse momento como sendo de grande surpresa e ressalta a consternação nas lágrimas de Maciel. A passagem a seguir comprova a ideia de que a literatura pode transpor os limites do documento e assumir um caráter poético. É possível ainda perceber outros sentimentos nos caboclos e nordestinos que humanizam a permanência deles no seringal.

Então, vivendo um dos momentos de maior surpresa na minha experiência de vida naqueles confins, vi duas lágrimas escorrerem pelo rosto duro do duro Maciel (LIMA, 2002, p. 333) (...) [Maciel] fez o sinal da cruz. Balbuciu umas palavras incompreensíveis. E pôs-lhe a vela na mão, segurando-a ele mesmo, que os músculos de Joca já não tinham força para sustê-la. Os outros se ajoelharam e puseram-se a rezar uma ladainha, puxada pelo velho Inácio. Subitamente, a agitação de Joca cessou; os esforços para respirar pararam. A boca se entreabriu. E tive a impressão de ver, na sua fisionomia de morto, aquele mesmo sorriso matreiro a que eu me habituara, desde o dia em que chegamos, juntos, ao seringal “Fé em Deus”. Noite alta, quando velávamos o corpo, cheio o terreiro de seringueiros, procurei combinar com eles o melhor lugar para enterrá-lo. Dividiam-se as opiniões, visto que se estava em plena cheia, e a alagação dominava as imediações do barracão. Inácio sugeriu um trecho de terra firme, que nunca era coberto pelas águas. Ali bem perto, onde havia uma portentosa samaumeira, que Joca sempre apontava como sendo “um bom lugar pra pendurar Cípriano de cabeça pra baixo”. Mas Maciel, vencendo o seu hermetismo, pediu licença para me dizer: — Se o senhor não leva a mal... Eu achava, seu Albuquerque, se o senhor não tem outra ideia melhor, que a gente devia fazer a vontade do Joca. — Ele manifestou alguma vontade a esse respeito? — Não senhor. Mas a gente podia botar o corpo dele na igarité, ia subindo o rio, até a divisa do Coronel com o vizinho... E fazer a vontade do Joca. Ele sempre dizia, o senhor se lembra, seu Albuquerque? Dizia que havia de sair desta porqueira nem que fosse morto. O senhor se lembra? Vamos ajudar o Joca a sair daqui. E começou a chorar, já sem nenhum freio quando eu lhe disse que achava justa e boa a sua ideia (LIMA, 2002, p. 336-337).

Após a morte de Joca, os demais seringueiros reconstróem suas vidas aproveitando as novas oportunidades que aparecem com a crise da borracha. Nesse período de transição, firmam-se práticas de sobrevivência e convivência que auxiliam na permanência no seringal.

Com 60 anos, Matias aceita o “posto de sacrificio” (LIMA, 2002, p. 326) de cuidar dos seringueiros e orientá-los para o novo momento que viveriam a partir da derrocada da borracha. Novamente, o narrador dará apoio necessário para que os seringueiros expandam suas produções e tirem mais lucro de seu trabalho.

Por causa da ausência do coronel, as proibições para os seringueiros chegam ao fim. De acordo com as regras do primeiro ciclo, eles não poderiam caçar, pescar e plantar, mas passam a fazer tudo isso livremente depois que Cípriano deixa o Fé em Deus.

Orientados pelo conhecimento e experiência do caboclo Inácio, eles aprenderam a cozinhar a carne dos animais espalhados pela mata. Mudando, assim, a alimentação de todos no seringal. Os seringueiros também mantiveram a produção de borracha para que a Casa Aviadora, Casa Flores, enviasse os demais produtos que não poderiam ser encontrados e produzidos na floresta.

Notava-se o desenvolvimento apreciável das pequenas roças, onde a macaxeira, o feijão, o maxixe, o jerimum, o cariru, o milho, começaram a germinar (LIMA, 2002, p. 346).

E a alimentação se modificara, de modo radical, à falta do jabá e do bacalhau, substituídos pelos produtos da caça e da pesca, que cada um buscava, para seu consumo pessoal (...) eles já se reuniram para um almoço domingueiro, à base da tartaruga ou de uma succulenta maniçoba (LIMA, 2002, p. 346).

Orientados por Inácio, dois deles trabalhavam no fabrico da mixira de peixe-boi, para compensar a falta da gordura do porco, que sempre fora importada pelos aviadores, do distante Rio Grande do Sul, quando não vinha mesmo do estrangeiro (LIMA, 2002, p. 347).

Por todos os lados, observa-se o esforço que realizavam, com sacrificios, para manter em nível razoável a extração da seringa, que tinha de ser a base de crédito para conseguir que a Casa Flores assegurasse os aviamentos mais indispensáveis (LIMA, 2002, p. 347).

As passagens anteriores explicitam as readaptações dos moradores no seringal Fé em Deus. A derrocada da borraça permitiu a plantação de alimentos mais saudáveis aos seringueiros, que não precisavam se alimentar apenas de enlatados vindos da Europa.

Com as mudanças nas regras do Fé em Deus, as mulheres também começam a chegar em maior quantidade e com elas formam-se as primeiras famílias no seringal. Nessa nova fase, os seringueiros não eram mais obrigados a viver na solidão, a praticar sexo com fêmeas de animais e nem com as índias, também não precisavam mais pagar para manter uma relação sexual. Podiam experimentar os prazeres proporcionados pela escolha de uma companheira e pela criação dos filhos.

Com a modificação das condições existenciais no seringal, a presença da mulher passou a ser menos escassa. Os que possuíam família no nordeste mandaram buscá-las. Os seringais deixaram de ser lugar de passagem, um entrelugar, um mero acampamento. Passaram a ser mais estruturados com a presença dos núcleos familiares.

O seringal é humanizado. Todos que ali estão já não sentem mais necessidade de deixar a floresta. Eles aprendem a conviver com a natureza, o rio e todos os seus benefícios. A intimidade com a floresta foi criada com base no próprio trabalho diário do seringueiro, no contato com as plantas, os animais, o solo, os igarapés, o clima.

O estrangeiro já percebe que a floresta pode oferecer o alimento, o remédio, o transporte. Surge um sentimento de pertencimento e a vontade não somente do enriquecimento rápido, mas, principalmente, a perspectiva de uma vida plena e saudável na Amazônia. “Um sentimento novo, de fixar-se à terra. O desejo de colaborar e de ajudar a reerguer o seringal. A possibilidade de encontrar no trabalho inglório, em vez de uma maldição, a perspectiva de uma vida mais humana” (LIMA, 2002, p. 351).

Na última parte da obra, que é intitulada Cinzas, a produção da borraça amazônica já está em ruínas. O autor utiliza novamente uma metáfora para explicitar o fim, a derrocada, o período nebuloso, não somente da borraça, mas também dos sonhos da elite da região, que desejava a todo custo se assemelhar à sociedade europeia.

Os moradores de Manaus precisavam se adaptar a um período em que as condições de vida eram mais modestas, não havia mais dinheiro para manter o padrão de vida europeu. A elite estava falida. Era tempo de se re-

adequar às condições e aos hábitos de vida amazônicos.

Em contrapartida, a vida havia melhorado nos seringais. Os seringueiros não estavam mais vinculados às casas aviadoras e nem ao débito constante. Era possível conseguir produtos a preços mais baratos com o regatão ou com qualquer outro morador dos seringais.

Paralelo a isso, Matias adoece de gripe espanhola e retorna a Paris para tratamento, onde fica por mais quatro anos. Mas como ele mesmo afirmara, ainda não havia se desprendido do compromisso de retornar ao local onde vivera a maior experiência de sua vida. Por isso, volta ao seringal após recuperar sua saúde. O objetivo do narrador era terminar os seus dias na floresta.

No retorno, Matias fica sabendo que Cípriano fugira da penitenciária sem cumprir a pena inteira e Zeca, livre e sem dever nada à justiça, já estava novamente no Fé em Deus. Pouco tempo depois da fuga, o antigo coronel é visto carregando uma bacia de folhas na cabeça e vendendo miúdos de boi. Posteriormente, é dado como morto na Santa Casa, em Manaus.

Nas últimas páginas do romance, aos 70 anos, morando no seringal que agora leva seu nome, Matias confessa ter realizado os últimos desejos de sua vida: plantou uma seringueira, depositou as cinzas de Mítsi na floresta amazônica e, por fim, escreveu o livro que desejava. Fechava-se, assim, o ciclo. Restavam apenas as cinzas.

## I.I. Coronelismo “bem engomado” da Amazônia

Ah, meu caro... aqui, não são os santos, são os coronéis que fazem milagres.

*Dias Gomes*

O coronelismo está presente no romance *Coronel de Barranco*, por isso, este subcapítulo surge da necessidade de compreendê-lo como um aspecto da vida social e política do Brasil, notadamente no contexto da Amazônia. A partir dessa abordagem, tem-se conhecimento de como seus mecanismos de atuação se mostram tanto na história quanto nesta obra literária de Cláudio de Araújo Lima.

Para melhor estudar a temática, usa-se como uma das referências o autor Victor Nunes Leal (1976), responsável pelo início da construção acadêmica do conceito de coronelismo e da imagem do coronel. No seu clássico *Coronelismo, enxada e voto*, ele afirma que o termo “coronel” designava o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da colônia. Alguns historiadores denominavam os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas.

De acordo com esse autor, o coronelismo é um sistema político, composto de uma rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República. Na visão de Leal (1976), o sistema surge na confluência de um fato político com um econômico: é o federalismo em substituição ao centralismo imperial. Surgia, então, um novo ator político, o governador de estado. No que se refere ao aspecto econômico, a decadência dos fazendeiros acarretava redução do poder político dos coronéis, o que obrigava o aumento de poder do Estado.

Apesar de muito criticado pela abordagem sobre coronelismo, Leal, em resposta às críticas, sempre deixou claro que sua preocupação era compreender o sistema e a estrutura desenvolvida na Primeira República, a par-

tir do município, e o conceito de coronel e coronelismo faziam parte do processo.

Para a pesquisadora Maria de Lourdes Janotti (1981), a política dos governadores tinha como objetivo harmonizar os interesses dos estados mais ricos, fortalecer as situações estaduais, além de assegurar nas urnas resultados eleitorais favoráveis. Antes dessa política, o antigo presidente da província era um homem de confiança do ministério, mas não tinha poder próprio e a qualquer momento podia ser removido.

Segundo a compreensão de Víctor Nunes Leal (1976) e José Murilo de Carvalho (1997), o coronelismo é o sistema político datado historicamente na Primeira República (1889-1930). Contrariando Leal e Carvalho, Maria de Lourdes M. Janotti e Maria Isaura Pereira de Queiroz afirmam que o coronelismo existiu desde o Império, mas só se legitimou na República, quando houve uma ampliação do papel dessa figura na nova estrutura política.

O coronelismo tem por característica o mandonismo e o clientelismo, que perpassam a história do Brasil e não são considerados pelos estudiosos do tema, como sistemas políticos. Segundo Carvalho (1997), eles fazem parte da política tradicional. O mandão exerce sobre a população um domínio que a impede de ter acesso completo às questões sociais. O clientelismo se assemelha ao mandonismo, porém dispensa a presença do coronel ou de outro sujeito, pois a relação se dá diretamente entre o governo/políticos e a população.

Segundo Leal (1976), o título de coronel passou a ser designado com a criação da Guarda Nacional, que, por sua vez, foi criada pouco depois da Independência, a partir do dia 18 de agosto, em 1831. A existência da Guarda era um mecanismo para estreitar o laço entre o governo e o poder privado. A função da Guarda, de acordo com Janotti (1981), era coibir movimentos revolucionários da época, juntamente com o exército e submeter tanto os escravos quanto os diferentes grupos sociais aos interesses dos senhores de terras. Na época, a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, que dependia do prestígio do titular. Geralmente, o título era atribuído aos fazendeiros, comerciantes e industriais destacados da cidade.

A princípio, a patente era reconhecida como um comando para a defesa das instituições e era um predicado de alto valor e prestígio. O títu-

lo impunha respeito e conferia autoridade ao seu titular. Posteriormente, passou a ser avaliado em dinheiro e concedido a quem se dispusesse a pagar o preço determinado e quisesse ser identificado como chefe político: “As patentes traduziam prestígio real intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada como a que costuma corresponder as sociedades organizadas sobre as bases do escravismo” (LEAL, 1976, p. 14).

Após a extinção da Guarda Nacional, o uso desta alcunha permaneceu e o poder daqueles que a carregavam não sofreu nenhuma alteração. Ao contrário disso, ele foi se intensificando ainda mais com o passar do tempo, atingindo seu auge no período da República Velha.

Na Amazônia, mesmo sem título oficial, tornou-se costumeiro agregar o termo do coronel ao nome dos proprietários de seringais. Todos eles passaram a ser chamados indistintamente de coronéis de barranco, assim como todos os aviadores (sujeitos que faziam o aviamento, ou seja, eram responsáveis pelo transporte dos produtos para os seringais) da região receberam o título de comendador, mesmo sem a comenda oficial.

A figura do coronel era de chefe político e para ele se pediam favores, caso dos votos em tempos de eleição. Usava sua influência para fazer com que as decisões do poder público se direcionassem para seus interesses. O coronel comandava, portanto, um lote considerável de ‘voto de cabresto’, como afirma Carvalho na passagem a seguir:

[O coronel] Criou o voto de defunto, o fósforo, que votava várias vezes, o capanga que espantava o opositor, o curral, o bico-de-pena. Para seus subordinados, continuava sendo o chefe, o juiz, o protetor. Seu capanga não era condenado se cometesse crime, seus dependentes não eram recrutados para o serviço militar, seu escravo era solto. Sua mulher não precisava ser defendida das autoridades porque estava submetida a sua justiça particular (CARVALHO, 2001, p. 2).

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), o ‘voto de cabresto’ se configura de forma diferente. Não se trata de uma imposição pura e simples do coronel, sob pena de vinganças econômicas. Trata-se de uma determinação do eleitor de utilizar seu voto de maneira que redunde para ele em maior benefício. O indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebê-lo. O voto, neste caso, assume o aspecto de um bem de troca. Conforme o pensamento da autora, o voto não é incons-

ciente. Ele resulta do raciocínio do eleitor.

Contrariando este pensamento, Janotti (1981) corrobora com Carvalho (2001). Para a autora, o poder municipal era fraquíssimo e quase nada poderia oferecer à população do interior. Dessa forma, os coronéis revestiam-se de autoridade municipal e comandavam o eleitorado de cabresto, influenciando a todos que viviam sob sua jurisdição. O pesquisador Francisco Pereira de Farias (2000) afirma que o eleitor aceita um benefício imediato e certo em troca do voto, ao invés de apostar em vantagens mais amplas, porém incertas.

A condição sócio-econômica para a proliferação do voto de barganha é a predominância de relações de produção capitalistas, basicamente a conversão da força de trabalho, através do assalariamento, em mercadoria – o que pressupõe a existência do trabalhador livre, isto é, despojado dos meios de subsistência, em particular do vínculo à terra. Trata-se do trabalhador que abandona a condição da dependência pessoal (o colonato, a moradia) frente ao dono de terras, para se submeter à dependência impessoal (o assalariamento) relativo às coisas (FARIAS, 2000, p. 50).

Nas palavras de Leal (1976), o coronelismo é utilizado para fazer barganha com o uso dos bens públicos. A barganha é comum nas relações de clientelismo, que se caracterizam pela apropriação privada da coisa pública. É através dessas relações que a necessidade de emprego se torna, assim como o voto, moeda de troca do coronelismo.

O interesse dos coronéis era nomear para cargos públicos filho, irmão, genro, cunhado, sobrinho, amigo, etc. Ainda de acordo com Farias (2000), essa barganha não devia ser vista como incompatível à democracia capitalista. Segundo o pesquisador, é um fato ‘normal’ ao interior de tal democracia. A ‘normalidade’ dessas ações ajudam a compreender o porquê dos coronéis terem longa participação na cena social, histórica e política brasileira.

O conceito de coronelismo é usado também para definir o clientelismo e o mandonismo ao longo da história do Brasil. As imagens tanto do coronel quanto do coronelismo estão relacionadas com as noções de poder, que o Estado não exerce, ficando a critério do coronel o exercício da autoridade. É o que acontece em terras amazônicas. As distâncias e dificuldades

de acesso à lei fazem com que a figura do coronel seja a representação da justiça. Sobre esse assunto, assim se manifesta Arthur César Ferreira Reis (1953):

A autoridade do magistrado civil ou militar que vive na sede da Comarca e, pela distância e falta de elementos materiais, quase não pode chegar ao seringal para o policiamento moralizador e disciplinador (...). Faz justiça como lhe parece que deve ser feita (REIS, 1953, p. 114).

A ausência ou distanciamento do Estado e da Justiça criou a falsa sensação de que o poder estaria concentrado nas mãos dos que representavam essas instituições. Isso acontece porque o conceito de coronelismo é quase sempre utilizado para reafirmar e perpetuar a função política dos coronéis, sobretudo nos momentos de transição econômica e/ou política.

Para compreender melhor as relações de poder entre os coronéis e seus subordinados serão utilizados como referência os estudos sobre poder elaborados por Michel Foucault. O autor (2011) afirma que não existe um único poder e sim micropoderes. Essa ‘microfísica do poder’ é internalizada por intermédio dos discursos que circulam na sociedade, dividindo-se entre muitas instituições ideológicas: a família, a igreja, os partidos políticos, a escola, os jornais.

O teórico francês rompe com a ideia tradicional de um poder estático, que habita um lugar determinado de forma unitária e global. Dessa maneira, a noção de poder onisciente, onipresente e onipotente – imagem pertencente aos coronéis, por exemplo, – não tem sentido na versão foucaultiana, pois tal visão só servia para alimentar uma noção negativa de poder.

Segundo o teórico francês, é preciso parar de descrever os efeitos do poder em termos negativos, pois o poder possui eficácia e também pode ser produtivo. Foucault (2011) acreditava que as relações de poder podem gerir a vida do homem, controlá-los em suas ações para que seja possível utilizá-las ao máximo, aproveitando suas potencialidades e aperfeiçoando suas capacidades.

Na visão tradicional, o poder é retratado como moeda de troca, uma mercadoria, um direito ou um bem material, que pode ser negociado. Na visão foucaultiana, o poder passa a ser produtor de gestos, atitudes e sabe-

res. E deixa de ser visto como um objeto que possa ser designado para uso de um indivíduo ou grupo de pessoas de uma determinada classe.

Na Amazônia, o conceito de coronel se institui, em alguns aspectos, de forma semelhante ao restante do Brasil. Tanto a história quanto a literatura promoveram uma série de imagens clássicas sobre o tema, que se tornaram difíceis de serem rompidas posteriormente. Os ricos coronéis são apresentados como sujeitos poderosos, autoritários e, por vezes, violentos.

O estudo do pensamento de Foucault permite outro olhar para as relações sociais entre coronéis e seringueiros, pois, há uma confusão entre autoridade e poder. É como se nos ciclos da borracha, o poder estivesse centrado unicamente nas mãos desses homens e só eles pudessem exercê-lo.

Um estudo diferenciado permite ressaltar ainda as formas heterogêneas dos exercícios do poder, em constantes processos de transformações. Prova disso são as diferentes formas de exercício do coronelismo, ao longo da história, por todo o Brasil. Além da região amazônica, os coronéis também se tornaram poderosos em outras áreas que incluem estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul (onde se usava o termo caudilhismo para designar os coronéis) e, especialmente, na região Nordeste, exemplo do estado da Bahia (o termo usado era chefismo). Foi na Bahia, por exemplo, que eles atingiram o ápice de sua influência e foram retratados em todas as suas facetas nas obras literárias de Jorge Amado, principalmente, nos romances que marcam o ciclo do cacau: *São Jorge dos Ilhéus*, *Cacau e Gabriela*, *Cravo e Canela*. O pesquisador Albuquerque Júnior afirma:

O grande tema da obra amadiana é a transição entre a sociedade tradicional cacauzeira e a submissão dos velhos coronéis da área às novas relações mercantis, ao capital internacional, representado pelas áreas exportadoras, que paulatinamente passam a controlar, além da intermediação, a própria produção do cacau, levando os coronéis à falência (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 251).

Na Primeira República (1889-1930), quando o termo coronelismo se incorporou à política do interior, o aparelho do Estado já estava desenvolvido. O auge de sua influência, de acordo com Janotti (1981), coincide com o período que se estende da presidência de Campos Salles às vésperas da

revolução de 30. E foi neste período que se destacou o maior dos coronéis baianos, Horácio de Matos, senhor das Lavras Diamantinas. Por volta do ano de 1919, ele chefiou uma revolta com 4 mil homens armados contra o governo do estado. O governo federal interveio e assinou um tratado de paz com os coronéis, passando por cima do governador.

Os coronéis sempre fizeram parte do imaginário político nordestino. Eles possuíam grande prestígio social e político. Deram origem ao movimento chamado de coronelismo sertanejo, que por décadas se constituiu numa oligarquia durante as eleições e propiciou a distribuição de verbas para a ‘indústria da seca’.

No dizer de Albuquerque Júnior, “os coronéis são figuras de quem vinha proteção ou agressão” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 227). O Nordeste sempre foi “região onde até mesmo a produção acadêmica, seja sociológica ou histórica, ainda consegue ver coronéis, já que Nordeste sem coronel parece não fazer sentido” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 227). A figura do coronel está diretamente ligada às imagens criadas a respeito dessa região, sobretudo, no que se refere às formas de sobrevivência e as relações sociais estabelecidas no contexto da seca.

De acordo com as pesquisas de Leal (1976), o coronelismo entrou em declínio como sistema de poder a partir de 1930. Mas os coronéis não desapareceram, eles sobreviveram com a produção industrial, com a crise do café, com o aumento da população e do eleitorado, com a expansão dos meios de comunicação e também com a prática do mandonismo. Para o autor, só uma transformação radical na estrutura agrária erradicaria as práticas políticas coronelísticas da vida do país. A prova disso é que, após o declínio, surge um novo coronelato, que vive da sobrevivência das práticas e dos valores dos velhos tempos.

Na Primeira República, o coronel não era funcionário do governo, tampouco senhor absoluto e independente. Ele servia para intermediar a relação entre o governo e o povo do interior, sustentando a relação em dois pilares: um deles era a incapacidade do governo de levar justiça à população. O governo alia-se ao poder privado e renuncia suas obrigações. O outro aspecto era a dependência econômica e social da população. Até 1940, a população brasileira era predominantemente rural, pobre e analfabeta. Era mais vantajoso, portanto, para a população se submeter ao poder do coronel do que ficar totalmente desamparada. Depois de 1945, o poder

do coronel foi minado progressivamente com o sistema do voto secreto, a proliferação dos partidos políticos e o poder de expansão dos governos estaduais e federal.

Na década de 1970, surge o novo coronelismo que só se configura quando o planejamento estatal atinge o setor rural e os ‘novos’ coronéis são transmutados em objeto de ação estratégica do Estado. Porém, esse ‘novo’ coronel mantém a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público e o privado, o uso do poder para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio, dos familiares e amigos.

Essa figura política continua contando com a conivência dos governos municipal, estadual e federal, prontos para comprar seu apoio e manter a base de sustentação, fazer aprovar leis, evitar investigações indesejáveis. Nesse sentido, o novo coronel é parte de um sistema clientelístico nacional.

No Norte, Nordeste e Centro-Oeste prevaleceu uma forma não institucionalizada de coronelismo, em que nenhum partido surgiu com força dominante. Logo, o conceito de coronelismo se deslocou do nacional para o regional, possibilitando o estudo de tipos de coronéis e de coronelismo nos múltiplos Brasis existentes. As relações estabelecidas em cada uma dessas regiões não são homogêneas, unilineares, sendo, portanto, necessário adequar os parâmetros teóricos à análise das regiões e/ou dos estados.

No tocante à região amazônica, o termo coronel de barranco mantém o mesmo significado do restante do país: um homem que manda na região, dá as ordens, dita as regras e delega funções em meio à floresta. Nas palavras de Márcio Souza, o coronel de barranco dos ciclos da borracha é um “cavalheiro cidadão em Belém ou Manaus e o patriarca feudal no seringal” (SOUZA, 2001, p. 182).

Para o pesquisador Marcos Vinícios Vilaça (2006), no Nordeste e no Norte, o coronelismo sustentou-se em forte teia de laços que perpassavam as relações no seio da família, no trabalho, a posse e uso da terra, bem como as estruturas de poder tradicionais. Maria de Lourdes Janotti (1981) defende a existência da relação patriarcal, principalmente, no sertão nordestino:

Nas áreas de economia frágil, como no sertão nordestino, a autoridade pessoal revestia-se mais das antigas

prerrogativas do patriarcalismo, enquanto que nas zonas cafeeicultoras o poder econômico-financeiro foi um dos maiores responsáveis pelo estabelecimento dos vínculos sociais (JANOTTI, 1981, p. 48).

Na interpretação de Vilaça (2006), o conceito de coronel é transposto para a literatura, como representação do chefe político, do árbitro social, da fonte de coerção, do juiz, do prefeito, do delegado. A imagem do coronel construída desde os romances de 30 produziu um conceito simbólico para o signo coronel e uma visibilidade para o poder que é difícil de romper até os dias atuais.

Devido à sua relevância, muitos são os coronéis em romances com temáticas amazônicas: Manuel Lobo, de *Terra de Ninguém*; Juca Tristão, de *A Selva*; Jacinto Gazela, de *No circo sem teto da Amazônia*, Coronel Fábio, de *Seringal*; Tônico Monteiro, de *Terra Caída*; além de Cípriano, de *Coronel de Barranco*, entre outros.

Associam-se nas ficções da borracha, o caráter perverso do seringalista e a sua ignorância, alienação, como no caso do coronel Cípriano, que não acreditava na concorrência da produção de borracha asiática até sofrer as consequências desastrosas da queda de seu preço.

Na passagem a seguir, um comandante, conhecido do coronel Cípriano, tenta convencê-lo de que a produção da borracha no oriente está crescendo e há indícios da queda da produção da borracha amazônica: “Não ria assim, Coronel Cípriano. Não se deve fazer pouco da produção da borracha do Oriente. Talvez o senhor não esteja com uma noção exata do problema” (LIMA, 2002, p. 105). Mas o esforço é em vão. O coronel segue com a certeza de que o fausto amazônico nunca acabará.

Cípriano é um ex-seringueiro que roubou do patrão para enriquecer, tornou-se, com o passar do tempo, cada vez mais bronco e vaidoso. A princípio, o seringal Fé em Deus recebera o nome de Patativa e era onde Cípriano trabalhava como seringueiro. Ao desempenhar sua função, ele roubava na produção da borracha, misturava pedaços de sernambi, latas de conserva, entre outros, para aumentar o peso do produto. Vendia sua produção para o regatão, para os bolivianos e os peruanos, descumprindo as regras básicas do seringal.

Na posição de coronel, ele e todos os demais tinham importante função a desempenhar no sistema produtivo da borracha. Eles eram o elo entre

o seringal e as casas aviadoras de Belém e Manaus, que tinham a função de financiadoras das mercadorias do barracão e compradoras da borracha. Formava-se, então, uma relação de escambo com características coloniais, em que dever muito era sempre sinal de crédito.

O narrador Matias recebe informações sobre a produção local, assim que chega a Manaus. Um velho amigo dele, figura importante na gerência do *London Bank*, orienta o narrador sobre o sistema da borracha:

Aqui na nossa terra, julgam o sujeito pelo dinheiro que deve. E acham, mesmo que não digam claramente, que se o sujeito deve mil é porque tem crédito para três mil. Tu vais ter grandes surpresas sobre a vida comercial do Amazonas (LIMA, 2002, p. 100).

Nessa relação, o sucesso do seringueiro media-se pelo seu saldo no final da safra e o do seringalista pelo número de *pélas* de borracha exportadas para o exterior. A contabilidade dos ganhos e perdas entre seringalista e aviador eram apuradas quando se dirigiam a Manaus/Belém para receber o saldo e fazer novos pedidos, comprar novos seringais dos aviadores que tinham estoque de terras, decorrentes de liquidação de dívidas, arrematar propriedades em leilões. Pode-se dizer que as relações estabelecidas pelos seringalistas – casas aviadoras – financiadoras eram de bases eminentemente capitalistas. O interesse era no lucro, no ganho.

O coronel recebia mercadorias finas, trazidas pelas casas aviadoras, mas desconhecia sua procedência e valor. Desconhecia também o contexto histórico local e mundial de sua época, julgando tolice se interessar por qualquer coisa que não fosse produzir borracha em seu seringal. Há passagens ao longo da obra em que o narrador demonstra com ironia as vestimentas e o comportamento do seringalista:

Vaidoso convicto da sua importância, fato de H.J bem engomado, o dente de ouro sempre à mostra, ‘farol’ de brilhante enfiado no indicador direito, Cípriano encarnava o símbolo da abastança naquela época de arrivismo e desvario (LIMA, 2002, p. 100).

Em determinada passagem, Cípriano afirma ser um crime usar seus trabalhadores para a atividade de agricultura e pecuária, enquanto o preço

da borracha estava alto. Nas palavras do seringalista, isso era um pecado:

— Pelo amor de Deus, doutor, o senhor queria que a gente fosse perder tempo fazendo farinha de mandioca e plantando feijão, com esses preços de seringa? Gastar os homens, pescando pacu? Plantando jerimum? O doutor é muito moço, e não atina que isso ia ser um crime. Com franqueza, doutor, era um pecado que Deus podia castigar (LIMA, 2002, p. 141).

A fama de bronco soma-se a característica de ‘homem macho’, do qual se vangloriam muitos dos coronéis. Para Vilaça, “machismo e valentia quase sempre fazem fama. É homem temido de homens, espalhando-se a história de suas façanhas, que crescem em mitos” (2006, p. 58).

De acordo com o pensamento dos coronéis, administrar um seringal era tarefa ‘para macho’. Envolveria treinamento de seringueiros, abertura de estradas de seringa e varadouros, compra de animais de carga, aquisição de tijelinas, baldes e machadinhas, terçados, espingardas e balas para caça. Era tarefa ainda receber as embarcações com mercadorias, administrar o barracão, controlar o débito e o crédito dos seringueiros, além do fornecimento de material. O coronel também tinha por obrigação solucionar qualquer conflito entre os seringueiros, ‘disciplinar’, ‘aplicar a lei’ e ‘fazer justiça’.

Na Amazônia, os coronéis viviam de aparência. Eles demonstravam riqueza nos cassinos, cabarés, hotéis das cidades de Manaus e Belém. Comportavam-se educadamente, enquanto estavam rodeados de outros coronéis e demais homens ricos. Muitos eram os folclores em torno da figura do coronel. Falava-se que eles demonstravam ostensivamente seu prestígio e riqueza fumando charutos cubanos, acendendo notas de quinhentos mil-réis, usando anéis com diamantes de muitos quilates no dedo.

Segundo Matias, Cípriano era pessoa bastante agradável nas rodas de conversa em Manaus. Mas o mesmo não acontecia quando ele estava no seringal junto aos seringueiros:

É simpático, sim [referência ao coronel Cípriano]. Pelo menos aí no meio de mulheres e champanha. Resta saber como será na intimidade (LIMA, 2002, p. 100).

[Coronel Cípriano] Sorrindo para todos que se aproximavam ou vinham falar-lhe. Convidando para que se sentassem à sua mesa (LIMA, 2002, p. 101).

Os homens de poder do seringal eram identificados pelos exageros nos trajes, sempre caricaturados e, por vezes, desapropriados para o local onde se encontravam. Também gostavam de esbanjar suas fortunas calculadas em quilo de sernambi:

\_\_\_ Brincadeira? Ouvi dizer que, numa viagem dessas, perde-se às vezes até cinco contos numa noite.  
\_\_\_ Então? Bote isso em quilo de sernambi e veja se não parece até joguinho pra freira (LIMA, 2002, p. 111).

Em contrapartida, nos seringais costumavam ser grosseiros com os subordinados e gostavam de impor sua própria vontade. Na Amazônia, como no Nordeste, o coronel interfere na vida de seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, arbitrariedades. Leal acrescenta outras funções:

Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policias, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados e capangas (LEAL, 1976, p.42).

Porém, esse exercício coronelístico do poder precisa ser observado com cautela. Ao longo dos tempos, a imagem do coronel é usada como elemento de homogeneidade às relações de poder. No pensamento da pesquisadora Maria Lucinete Fortunato (2000), um conceito é criado e se institui como 'verdade', logo esse conceito paralisa determinados elementos da trama histórica para apontá-los como realidade, homogeneidade e/ou totalidade histórica, criando uma visibilidade e uma dizibilidade que produzem efeitos de saber e de poder. Esse é o caso do termo coronel que foi instituído como sinônimo de poder, paralisando historicamente outras interpretações.

O coronelismo se configurou como face pejorativa da modernização, como signo do atraso e do conservadorismo e o Estado autoritário como

símbolo da modernidade. Porém, segundo Foucault (2011), as relações de poder precisam ser tratadas como relações que podem ser definidas a qualquer momento. O autor francês afirma que o poder não está localizado no aparelho do Estado, pois ele se exerce em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. E isso pode ou não acontecer de forma integrada ao Estado:

A questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho do Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado (FOUCAULT, 2011, p. 221).

Quando a literatura ou a história analisam ou conceituam o coronelismo sem considerar os poderes microscópicos que se exercem no cotidiano, elas encobrem outras possibilidades de ver, pensar e dizer as relações de poder. O poder funciona como uma máquina social que não está situada em lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Por isso, ele não é uma coisa, e sim uma relação. O Estado, apesar de sua estrutura, não detém todos os campos das relações de poder e só pode operar com base em outras relações já existentes. Em outras palavras, o poder só existe em ação, ele não é a manutenção ou a reprodução das relações econômicas e sim uma relação de forças que se exerce permanentemente.

Para Foucault (2011), o poder é dinâmico, mas foi sempre observado dentro de uma redoma de vidro, de forma estática. Por isso, há sempre a necessidade de se lançar novos olhares para os mesmos objetos. Por exemplo, evidenciam-se essas relações de poder quando as regras são descumpridas no seringal. É o caso de Joca e Quinquim, em *Coronel de Barranco*. Os seringueiros nordestinos caçavam, plantavam e pescavam escondidos de Cipriano. Denunciados por Maciel, um seringueiro rival, Joca e Quinquim sofreram as consequências do não cumprimento da ‘lei’ do patrão.

Para Janotti (1981), nas regiões de imigração – caso da Amazônia – onde se estabeleciam contratos diferentes de trabalho, os choques entre proprietários e colonos eram mais frequentes. É o que se pode observar a seguir na cena em que o coronel manda seus capangas atear fogo em toda a plantação dos dois seringueiros:

Agora, enraivecido, Cípriano se pôs a sondar as imediações da barraca, acompanhado dos homens armados. E, em poucos minutos de investigação, descobria a plantação clandestina. Berrou para os caboclos armados que levara. — Terçado em cima. Os quatro homens tinham de cumprir as ordens, mas sentiam vontade de chorar, enquanto iam executando a obra de destruição. — Fogo. Começa logo com o fogo. E dirigindo-se a Quinquim, que o olhava estarecido: — Vamos, seu patife, vai buscar também o querosene de vocês, pra acabar isso mais depressa. Começou o incêndio a se alastrar... — Fogo nessa porcaria toda (LIMA, 2002, p. 245).

Porém, após esse episódio, os nordestinos não se intimidaram e deram continuidade ao plano de economizar nas compras dos alimentos e demais produtos no barracão para juntar saldo e, posteriormente, sair do seringal.

Um aspecto semelhante entre as duas regiões brasileiras, Nordeste e Amazônia, eram os acordos verbais que se faziam entre patrão-empregado. Pelo que ficava estabelecido, o trabalhador deveria entregar ao proprietário da terra quase totalidade da sua produção. Apesar disso, sabe-se que os seringueiros não obedeciam a essa regra completamente na Amazônia. Nas palavras de Janotti:

O trabalhador rural, habitante das terras do fazendeiro, entregava ao proprietário quase a totalidade do fruto do seu labor, cabendo-lhe, apenas o mínimo para a subsistência. Dependente da unidade produtiva, sofria as vicissitudes das oscilações econômico-financeiras da propriedade. A insegurança era uma constante na vida do trabalhador rural. Não existindo uma legislação previdenciária que o amparasse de forma efetiva, via-se desarmado para enfrentar o poder do proprietário (JANOTTI, 1981, p. 42-43).

É possível encontrar embasamento no debate sobre o coronelismo em outras obras, escritas por autores que abordam a Amazônia. Para melhor fundamentar este estudo, serão utilizados exemplos de dois outros romances: *Terra Caída*, de José Potyguara, obra publicada em 1961, e *Seringal*, de Miguel Jeronymo Ferrante, de 1972. A escolha das obras se deu pela pre-

sença significativa da figura do coronel no cerne dessas obras, assim como acontece em *Coronel de Barranco*.

No romance *Seringal*, por exemplo, é possível observar a ‘aplicação da lei’ praticada de forma arbitrária pelo coronel Fábio ao seringueiro Chico Xavier e a proteção do patrão ao seu afilhado. O seringueiro foi punido por roubar a mulher de outro trabalhador do corte da seringa chamado Pedro Câmara. Enquanto isso, o afilhado do coronel ficou impune pelo crime de estupro a Paula, uma moradora do seringal Santa Rita. Na cena que se segue, o narrador descreve o sofrimento do seringueiro punido e questiona, por intermédio da personagem Toinho, a justiça que inocenta o grande e condena o pequeno:

Seus gritos lancinantes, o corpo bambo amarrado no mourão, e o sangue gotejando vivo e quente na terra ressequida. Por certo, merecera a punição cruel. Era a lei. A violência contra a violência. Olho por olho, dente por dente. Entendera a razão que armara o braço de Clemente. Naquele instante, aprovara, como os outros, a ação vingadora. Chamara sobre si aquela morte, como se ele próprio houvesse vibrado os golpes. (...) A escarnecer da justiça, que ele consentira e aplaudira, a castigar o pequeno e poupar o grande. Desapiedada para com o Chico Xavier. Omissa para com o afilhado do coronel Fábio (FERRANTE, 2007, p. 89).

Tonico Monteiro em uma passagem do romance *Terra Caída*, do cearense José Potyguara, ressalta quem é que faz a lei e as regras do lugar:

No meu seringal quem manda sou eu. Eu só! Aqui, sou delegado, juiz, rei, papa, o diabo! Ninguém se meta a besta! Quem faz a lei sou eu; e a lei, aqui, é bala! Embora um tanto exagerado, por vaidade ou para intimidar, a verdade é que, dentro do imenso seringal, ele é temido. Tudo resolve e decide arbitrariamente, mesmo porque autoridade, de fato, só existe na sede da comarca, distante dali quatro dias de rio abaixo (POTYGUARA, 2007, p. 28).

Apesar da aparente submissão, os seringueiros e demais subordinados também encontravam suas estratégias para romper com a empáfia dos senhores de barranco. A luta dos seringueiros é uma forma de resistir às re-

des de poder. E a resistência é um aspecto das relações sociais que afirma o direito à diferença. Além disso, combate tudo o que pode isolar o indivíduo, desligá-lo dos outros e da vida comunitária.

O poder necessita dos pontos de resistência ou exercícios de liberdade. No pensar de Foucault (2011), qualquer luta é sempre uma forma de resistência, por isso não existe, nas ideias do francês, um lugar determinado para a resistência, e sim pontos móveis e transitórios distribuídos por toda a estrutura social.

As relações de resistência são pensadas a partir das relações entre os sujeitos e o poder. Foucault não pensa que os indivíduos aceitam passivamente as determinações de poder, sem questionar. Segundo o autor, o completo assujeitamento representaria o fim da história.

A partir do momento em que há uma relação de poder, há também uma possibilidade de resistência. Dessa forma, o ser humano não é aprisionado pelo poder, pois pode sempre modificar sua dominação em determinadas condições e segundo uma estratégia específica. “Por sua vez, não se pode interpretar resistência como se localizando fora do poder, mas sim contemporânea e integrada às estratégias do poder. Em definitivo, se não houvesse resistência, não haveria poder” (SEIXAS, 2011, p. 79).

A partir disso, a noção de poder não deve ser considerada como algo detido por uma classe (os dominantes), excluindo definitivamente a participação das demais. Ao contrário, as relações de poder presumem um enfrentamento contínuo. Isso significa que o poder só se exerce, segundo Foucault (2011), sobre sujeitos livres, ou seja, sujeitos que dispõem de um variado campo de possibilidades de atuação. Se esse campo não existir ou for eliminado, não se tem relações de poder, mas sim um estado de dominação pura.

As alternâncias nas relações de poder podem ser percebidas nas passagens do romance *Terra Caída*, por exemplo. O coronel Monteiro, apesar da autoridade de sua patente, vive a desobediência e a traição de seus familiares e agregados. Ele descobre por intermédio de uma carta que sua esposa o traía com seu sobrinho. O impacto da notícia do adultério foi tão violento que afetou a saúde do coronel: “De nada lhe serve o dinheiro, que não compra saúde. Paralítico, o cérebro também avariado pela doença, apenas vive – impotente para discernir, impotente para ordenar e para ralar, impotente para amar, impotente para tudo” (POTYGUARA, 2007, p. 272).

Em outro momento da obra, o narrador é severo na análise da vida do coronel Tônico Monteiro, demonstrando o quanto ele foi enganado pelos que estavam a sua volta: “Conseguiu ser rico, mas não consegue ser feliz! Com quase sessenta anos de idade, triste e desiludido, sente-se só, sem amigos, explorado e traído até pelos parentes mais próximos” (POTYGUARA, 2007, p. 264).

O narrador demonstra ainda o fato de que a sobrevivência do coronel, após um período de forte alagação, é um castigo divino: “O coronel também escapou. Melhor seria, porém, estar sepultado no fundo do rio, com o seu armazém de mercadorias, do que condenado a vegetar, por todo um resto de vida, naquele triste estado, inútil”. (POTYGUARA, 2007, p. 280).

Cípriano sofreu uma traição semelhante à de Tônico. Sua esposa, a ex-prostituta Conchita, fugiu do Fé em Deus na companhia do “sério e manso Antoninho” (LIMA, 2002, p. 161), o homem de confiança do coronel, guarda-livros, secretário e gerente do seringal. Por vingança ambos foram mortos:

E vi, à luz do meu lampião de acetileno, na primeira página da Gazeta da Tarde, a fotografia de Cípriano e Zeca, já presos na delegacia, após ser descoberto o crime que ficara em mistério vários dias. Bem ao lado, na primeira página, um grande retrato de Conchita (LIMA, 2002, p. 318-319).

A partir disso, observa-se que os coronéis amazônicos não eram respeitados pelos subordinados e nem impunham toda a autoridade e medo narrados pela historiografia local. Nas obras ficcionais, evidencia-se que eles sofrem constantes traições tanto de familiares quanto de amigos e empregados. Em *Coronel de Barranco*, apresentam-se os dois lados da história de violência em meio à floresta: a do seringalista/coronel e a do seringueiro. O coronel, ‘representante da lei’, dá suas ordens, enquanto o seringueiro subverte-as em detrimento de seus interesses pessoais:

Soube até um fato, contado por um brasileiro no consulado, do seringalista que mandou enforcar dois seringueiros. Casos de castração. E ainda um, em que o proprietário mandou a vítima cavar a própria

sepultura, antes de executá-la (LIMA, 2002, p. 99).

Mas não só os seringalistas. Os seringueiros, também. Contam coisas tenebrosas dos cearenses, em matéria de querer conseguir saldo depressa, de roubar a mulher do outro, de cometer os maiores abusos e crimes, nesses lugares onde nem chega a notícia de que existe uma justiça. Nem sequer polícia há por ali (LIMA, 2002, p. 99).

A pesquisadora Barbara Weinstein (1993) comprova em suas análises que o seringueiro não somente recebia algum tipo de violência, mas também era responsável por ataques praticados aos patrões. Há registros de assassinatos de seringalistas e familiares em que os suspeitos são os próprios seringueiros:

A passividade do seringueiro tinha também seus limites: a morte de um seringalista acriano e seu filho, por seringueiros que haviam sido enganados em suas contas, pode ter sido um incidente isolado, mas basta um assassinato desse tipo para destruir a autoconfiança de um patrão (WEINSTEIN, 1993, p. 275).

No discurso de Foucault (2011), essas demonstrações de violência podem ser instrumentos utilizados nas relações de poder, mas não são seus instrumentos básicos. Desse modo, o exercício do poder deve ser compreendido como maneiras pelas quais certas ações podem estruturar o campo de outras possíveis ações.

Por exemplo, apesar da arrogância e prepotência de Cípriano, ele não é tido como um dos piores seringalistas da região: “Não é como alguns que a gente pode considerar verdadeiros monstros. Mas também não é boa coisa” (LIMA, 2002, p. 121). Porém, reúne características peculiares de um dono de seringal – ambição cega e coração duro:

Para ser um verdadeiro ‘patrão’ de seringal... é preciso ter uma ambição cega. Só pensar no lucro. E, acima de tudo, precisa ter o coração duro. Principalmente, para enfrentar e saber castigar certos seringueiros desonestos. Do tipo de Cípriano, que era bicho desonesto mesmo (LIMA, 2002, p. 122).

Alguns aspectos do coronelismo diferem entre o Nordeste e a Amazônia. O coronel preservava alguma imagem positiva no Nordeste. Ele mantinha o respeito de familiares, amigos e trabalhadores. Geralmente, se tornava mais violento quando os seus interesses estavam ameaçados, ao contrário da região amazônica, onde o coronel é constantemente representado como uma ameaça a todos os moradores do seringal. Ele é alguém que precisa ser vencido, por ser violento, inculto, prepotente e extravagante.

Diferente do Nordeste que era terra natal dos que ali viviam. Na Amazônia, não se busca ter vínculos com o local. A princípio, todos estão de passagem. A transitoriedade era a marca da Amazônia, “onde se chegava já numa busca obsessiva de juntar dinheiro, contando as horas pelos mil-réis de lucro, com a ideia de não permanecer” (LIMA, 2002, p. 130). Os coronéis não visavam melhorias para região e seus agregados. Por isso, falta a estrutura básica de sobrevivência de uma comunidade: escola, posto de saúde, igreja, etc.

As escolas são exemplos de melhorias pouco comuns em meio à floresta amazônica. Nas palavras do coronel Tônico Monteiro, em *Terra Caída*: “Raro é o seringal que tem esse luxo!” (POTYGUARA, 2007, p. 61). Quando a escola existe, tem espaço físico pequeno e simples, a professora, geralmente, é encaminhada pela prefeitura/estado ao seringal; e as aulas são ministradas para uma meia dúzia de crianças, apenas as que conseguem caminhar das suas colocações até o centro do seringal: “A escola é uma barraca de madeira coberta de zinco, como as outras. Tem três peças: sala de aula, na frente, quarto e cozinha” (POTYGUARA, 2007, p. 59). No pensamento de Leal, a existência e funcionamento dessas instituições podem dar ao coronel o título de ‘herói’ perante a sua comunidade:

A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada – tudo exige seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo (LEAL, 1976, p. 58).

O estudo na Amazônia era visto como ameaça para as atividades dos seringueiros: “Eu já lhe disse, seu Albuquerque, jornal e livro só tem besteira” (LIMA, 2002, p. 202), assim pensava Coronel Cipriano. Os patrões temiam que a leitura, o entendimento das leis e a habilidade para cálculos

tornassem os seringueiros mais espertos no trabalho. Seria, então, mais difícil enganá-los: “Seringueiro metido a letrado é a pior gente pra seringal. Só vive perguntando saldo, fazendo conta, metendo besteira na cabeça dos outros, querendo voltar pro Ceará” (LIMA, 2002, p. 147).

No pensamento de Foucault (2001), a ausência da educação sistematizada impede mudanças nos discursos. No caso do seringal, conserva-se o pensamento do coronel em que ele relaciona esse tipo de educação com a diminuição do seu lucro pessoal. Por isso, Foucault afirma que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2001, p. 44). E completa: “o que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra” (FOUCAULT, 2001, p. 44).

Em contrapartida, os coronéis dão apoio político aos candidatos tanto no Norte quanto no Nordeste. O coronel garante o voto de seus subordinados em troca de favores políticos. Como afirma Leal (1976):

Esse elemento rural, como já notamos, é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição (LEAL, 1976, p. 56).

Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalhos perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento (LEAL, 1976, p. 56).

No romance *Seringal*, o médico e candidato Ademar passa pelas colocações fazendo atendimento ‘gratuito’ à população em troca de votos. Essa rotina no interior da floresta é muito comum em tempos de eleição e recebe apoio dos coronéis de barranco:

O dr. Ademar está em campanha política. O atendimento dos doentes faz parte do programa do candidato – médico. A eleição é um comércio. O candidato adquire o voto do eleitor ou do dono do eleitor. O preço é variável, conforme a pessoa e as circunstâncias, e de natureza diversa. O do médico é a consulta, acompanhada do medicamento. Quem não cura, nem tem medicamento, dá roupa, sapatos, dinheiro, ou trafica com influências. Bom mesmo é ser amigo do dono do eleitor ou dispor de dinheiro fácil. Candidato que não é amigo do dono do eleitor, não tem dinheiro, nem nada

para oferecer em troca do voto, perde eleição (FERRANTE, 2007, p. 97-98).

O apoio do coronel significava o aumento de votos decorrentes da quantidade de trabalhadores que viviam no interior da floresta. Segundo Roberto Santos (1980), havia uma exploração de 21.405.000 seringueiras, distribuídas em 174.024 estradas que ocupavam 175.787 seringueiros e auxiliares, localizados em uma área de 14.300.000 hectares, com cerca de 24.000 seringais. A partir desses números, evidencia-se a importância do apoio do coronel à política, pois muitos eram os seus subordinados. Porém, vale a ressalva de que o poder do coronel se restringia “à política local, sem acesso às esferas decisórias” (JANOTTI, 1981, p. 10).

A presença dos coronéis foi destaque na construção do imaginário do primeiro ciclo econômico da borracha. É a partir da presença desses sujeitos e das relações sociais que estabelecem com as demais personagens dos seringais que se compreende melhor o contexto e as subjetivações amazônicas.

## I.2. Narrativas em trânsito: vida e trabalho no primeiro ciclo da borracha

A Amazônia tem fronteiras;  
sim há uma delimitação de fronteiras,  
mas para nós não passam de fronteiras imaginárias.

*Milton Hatoum*

Parte da população amazônica, principalmente os coronéis, acreditava que a exploração da seringa seria sempre rentável aos seringalistas da região, mesmo que ela não fosse alicerçada em base sólida. A borracha era levada da colocação ao barracão, onde era pesada e, posteriormente, enviada para as cidades de Manaus e/ou Belém, onde estavam as casas aviadoras.

No que diz respeito à organização do trabalho, as empresas estrangeiras financiavam os seringalistas que forneciam ferramentas e alimentos aos seringueiros. Estes, por sua vez, deveriam pagar suas dívidas com a produção da borracha, cujo controle de preços era mantido pelo patrão. O seringalista cobrava caro pelo que vendia e pagava barato pelo produto. A finalidade da produção no seringal era o lucro dos patrões e seus financiadores, à custa do trabalho do seringueiro.

Seringalistas e financiadores – representantes das casas aviadoras – construíram um sistema que contribuía para a reprodução do capital e sustentação do poder do patrão seringalista. Esse sistema, conhecido como aviamento, era composto por capital industrial-financeiro, casas aviadoras, seringalistas e seringueiros. E era a ligação entre o núcleo urbano e o extrativista.

Segundo Alisson Leão (2011), uma análise do sistema de aviamento ajuda a compreender alguns aspectos do sistema capitalista, no qual o seringal estava inserido. A Amazônia vem sendo considerada periferia, margem ao longo de sua história, porém passa pelos mesmos processos do capitalismo industrial das outras localizações consideradas mais ‘civilizadas’, caso dos países do continente europeu:

(...) o aviamento, com todos os horrores e brutalidades que o constituem, não é uma anomalia ou um simples arranjo local resultante da aparente condição pré-capitalista da região; ele é um procedimento periférico e, ao mesmo tempo, um comportamento perfeitamente operacional do capitalismo industrial. De tabela e de igual forma equivocadamente, mítica-se o centro como se ele não comportasse também seus brutalismos e desumanidades (LEÃO, 2011, p. 73).

O capitalismo executa com rigidez todas as operações necessárias contra as sociedades cujo aparelho de defesa é desorganizado, caso da Amazônia. O que for preciso fazer para atingir os objetivos do sistema será feito. Durante o primeiro ciclo, havia necessidade de borracha para os centros industriais, portanto as casas aviadoras não mediram esforços para conseguir-la. Somente indígenas e caboclos amazônidas apresentaram oposição/resistência e não quiseram se adequar ao ritmo excessivo de trabalho, que não correspondia ao que já estava posto na região antes do ciclo econômico da borracha.

A casa aviadora surgiu relacionada ao processo de ocupação da Amazônia. Seus proprietários foram portugueses, criaram o termo aviador, que se referia àqueles que dependiam da empreitada de desbravar seringais. A princípio, o negócio era arriscado, pois o fornecimento era efetuado mediante acordo verbal estabelecido entre o comerciante e o desbravador, pelo qual o seringalista ficava obrigado a entregar toda a produção conseguida ao seu financiador. A partir desse momento, todo trabalhador que pretendesse atuar na produção regional tinha que se submeter ao endividamento.

Para Craveiro Costa (1999), patrão e freguês sofriam as mesmas pressões no que se refere à dívida porque o 'aviador' era 'aviado' por outro e também porque pagavam juros altos: "a situação do proprietário não era melhor que a do seringueiro. *Patrão e freguês* eram irresistivelmente arrasados no mesmo círculo vicioso. Ambos eram vítimas das mesmas torturas morais, sob o arrocho da dívida" (CRAVEIRO, 1999, p. 40).

Os aviadores organizaram uma infraestrutura capaz de implementar cada vez mais o comércio com os seringais. Eles se interessavam pela venda das mercadorias porque quanto mais vendessem, maior seria a remessa em borracha que receberiam e, conseqüentemente, maior o lucro resultante da exportação para o exterior.

O aviamento consistia no fornecimento de mercadorias a crédito. Os

produtos levados das casas aviadores para os seringais eram diversificados e em quantidades variadas. O pagamento da mercadoria era feito mediante entrega de toda a produção alcançada no decorrer do ano.

No seringal, o pedido era feito de modo que suprisse as necessidades do abastecimento no período do corte da seringueira, como também para pagar o adiantamento da mercadoria. O seringalista, geralmente, não comprava a dinheiro, recebendo, portanto, um adiantamento.

Os coronéis de barranco se aproveitaram dos seringueiros vendendo a eles produtos sem serventia, caso dos reguladores de menstruação que eram vendidos como fortificantes. Muitos seringueiros não sabiam ler ou liam muito mal, por isso os seringalistas se aproveitavam da pouca ou nenhuma escolaridade dos trabalhadores da floresta e os enganavam.

Um excesso de solicitude que chegava ao ponto de lhe mandarem umas poucas latinhas de caviar, além das grandes mantas de bacalhau. Patê como complemento do jabá. Conhaques para reforço da cachaça. Os absurdos requintes, que iam do licor fino ao regulador para atrasos menstruais (LIMA, 2002, p. 309).

Para os seringais, ainda no primeiro ciclo, vinham produtos de todo tipo, desde a agulha, a munição, o medicamento, o enlatado, a arma, a bebida, tudo de origem estrangeira. Essas mercadorias chegavam por preços bastante altos, mesmo que as casas aviadoras dispusessem de gaiolas, pequenos navios a vapor adaptados aos rios da região, que faziam a entrega diretamente nos seringais para depois retornar às suas origens, Manaus e/ou Belém, carregados de borracha. De posse desse produto, as casas aviadoras remetiam para os grandes centros industriais, principalmente Inglaterra e Estados Unidos.

O seringueiro era obrigado a consumir os produtos que ficavam no barracão, pois fazia parte do regulamento do seringal. Para Euclides da Cunha, os regulamentos eram “dolorosamente expressivos” e permitiam o surgimento “de um feudalismo acalanhado e bronco” (1999, p. 14). Evidenciam-se esses aspectos por meio das falas do narrador Matias Albuquerque:

Ficava obrigado a se aviar, exclusivamente, no armazém do seringal. Semanalmente, se o centro fosse perto. De quinze em quinze dias, se mais distanciado. E devia ficar sabendo que era considerado ‘crime’ tentar a aquisição de mercadorias em turco de regatão, a quem também não podia, em hipótese nenhuma, vender qualquer quantidade de seringa, por menor que fosse. Multa para a desobediência: cem mil réis (LIMA, 2002, p. 152).

Durante o período da *Belle Époque*, nada parecia abalar a ideia de que a riqueza seria eterna. Mas a presença de Henry Wickham e o contrabando das setenta mil sementes da árvore da seringueira – um dos principais temas abordados por Cláudio de Araújo Lima em *Coronel de Barranco* – além da falta de estratégia econômica do governo para o extrativismo, propiciaram, em poucos anos, a queda da venda da borracha na Amazônia, devido ao aumento da produção nos seringais de cultivo das colônias inglesas.

As sementes foram espalhadas, posteriormente, por todo o sudeste asiático e vendidas a preços mais baixos. Em 1912, a borracha asiática ganha mercado, enquanto a borracha brasileira começa a despencar e, em 1926, a falência já estava decretada, uma vez que o Brasil ocupava somente 5% do mercado internacional.

A decadência da revolução da borracha abalou financeiramente os grandes empresários, os coronéis de barranco da época, pois concentravam seu capital no “ouro negro”, como assim era chamada a borracha pelos historiadores na região amazônica. O narrador de *Coronel de Barranco* afirma que: “A borracha silvestre, no ano de 1913, em vez das quarenta e duas mil toneladas do ano anterior, caíra a trinta e nove mil apenas. E a do Oriente, primeira vez, esmagava a nossa” (LIMA, 2002, p. 291).

Esse período de fausto da região ficou conhecido como *Belle Époque* e abrange os anos aproximadamente de 1880 a 1910. Foi um momento áureo do ciclo da borracha vivido pelas sociedades amazonense e paraense. É época em que a sociedade amazônica urbanizada vivia do luxo e sofria uma forte influência francesa. Corresponde ainda a um tempo caracterizado pelo crescimento econômico e também pelo aumento dos males sociais nas cidades de Belém e Manaus. Segundo Ana Maria Daou, a *Belle Époque* representava o esplendor da sociedade da época:

A 'bela época' é a expressão da euforia e do triunfo da sociedade burguesa no momento em que se notabilizaram as conquistas materiais e tecnológicas, se ampliaram as redes de comercialização e foram incorporados à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas (DAOU, 2004, p. 7).

A partir de 1890, nas capitais das províncias do Pará e do Amazonas ocorrem as transformações urbanísticas. A atuação das elites alterou de forma marcante a situação da Amazônia brasileira. Com o final do século XIX, a borracha é incorporada como matéria-prima da economia industrial, devido às novas técnicas aliadas à incorporação de fontes de energia e materiais, o que foi responsável pela visibilidade da Amazônia durante a chamada *Belle Époque*. Para Daou, a economia da borracha é responsável pela aproximação da sociedade burguesa amazônica a europeia:

Foi a economia da borracha que facultou às elites das duas províncias (a do Amazonas e a do Grão-Pará) uma aproximação social e cultural com a Europa, já de muito cultivada: orgulhavam-se da riqueza promovida pela floresta – o monopolizado pela produção amazônica que os conectava, afinal, com o que havia de mais expressivo das conquistas do século XIX. Era um salto qualitativo para aqueles que, há pouco mais de três décadas, queixavam-se do isolamento e clamavam pelo comércio entre os povos (DAOU, 2004, p. 21).

Segundo Frederic Jameson (1992), essa estruturação do capital também está relacionada aos aspectos culturais. A produção de mercadorias em grande escala existia para suprir as necessidades sociais de se comportar e viver como na *Belle Époque* europeia. A sociedade amazônica comportava-se com a influência do velho continente. As pessoas estavam sempre na moda francesa. Os homens usavam até fraques e cartolas na floresta. Nas casas de família havia sempre um piano, tocavam-se hinos patrióticos.

É possível perceber essa inadequação das misturas de hábitos amazônicos e franceses na personagem Conchita, a prostituta que 'atuou' como mulher de Coronel Cipriano. Ela usava roupas muito quentes para o calor da região. Vestia-se como nas cidades europeias: chapéu de plumas, perfume francês, indumentária elegante, joias caras.

As cidades eram imponentes, com longas avenidas arborizadas com mangueiras frondosas, numerosas praças públicas e iluminação a gás. Belém possuía praças ajardinadas, edifícios de administração pública, escolas, hospitais, asilos. Manaus era considerada a capital da borracha, pois foi durante o primeiro ciclo que a cidade ganhou visibilidade, projetando-se internacionalmente como uma cidade “moderna”, dotada de sofisticados meios de transporte e comunicação.

Ana Maria Daou (2004) afirma que o estilo das casas e a disposição dos jardins e pomares expressavam a diversidade das origens dos que ali viviam. Alguns eram ingleses, outros americanos, libaneses. Enfim, muitos foram os estrangeiros que chegaram à região por causa do mercado supostamente promissor da borracha e deixaram seu importante legado para a Amazônia.

Ainda no pensamento de Daou, Manaus, no início do século XX, foi repensada para ser uma cidade não somente instrumento de ação sobre o espaço, mas para ser referência de uma nova sociedade. É o que afirma Daou:

A Manaus modernizada atendia particularmente aos interesses da burguesia e da elite ‘tradicional’, vinculada às atividades administrativas e burocráticas. Foram implantados vários serviços urbanos: redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação das ruas, circulação de bondes e o sistema de telégrafo subfluvial, que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha (DAOU, 2004, p. 36-37).

O que havia antes desse período na Amazônia, nada mais era do que a expectativa do uso das riquezas da floresta ou a possibilidade de exploração agrícola da Amazônia, nada comparado à efervescência social, que a economia gomífera promoveu, modificando assim a sociedade da época.

As artes também foram favorecidas com a inauguração do Teatro da Paz, em Belém, no ano de 1878, e o Teatro Amazonas, em Manaus, em 1896, sendo essa a obra arquitetônica mais significativa do período áureo da borracha e principal patrimônio artístico cultural da região. Esses teatros propiciavam novas manifestações artísticas: operetas, zarzuelas e, posteriormente, os espetáculos cinematográficos.

A arquitetura europeia, que marca as construções das cidades ama-

zônicas do final do século XIX, indica o quanto a região estava eivada da influência do Velho Mundo e o quanto a elite, sobretudo de Belém, gostava de estabelecer relações com o universo europeu, não querendo, por conseguinte, estabelecer maiores vínculos com o restante do Brasil e seus aspectos culturais.

Por essas características, Belém chegou a ser chamada de ‘Liverpool brasileira’ e Manaus de a ‘Paris tropical’. Essas cidades tornam-se também expressões imagéticas de que era possível construir ‘civilização nas selvas’. A prova disso são os jornais com notícias da Europa, a moda europeia que influenciava a população local, os teatros e cafés com inspiração parisienses, além de navios de diversos lugares do mundo chegando e saindo dos portos da Amazônia.

Longe dali e afastados da cidade, estavam os seringais, fonte essencial para os negócios não apenas por fornecerem a borracha, mas por serem abastecidos com gêneros alimentícios, bens de consumo e os poucos instrumentos de trabalho utilizados pelos seringueiros. Nos seringais, estavam grandes consumidores da economia capitalista daquele momento histórico. E mais:

Os seringais e seus trabalhadores eram expressão tanto da ampliação das bases geográficas da economia europeia do final do século XIX, quanto da ampliação generalizada do consumo que a economia industrial da *belle époque* engendrou. Como fregueses, garantiam, nos recônditos seringais amazônicos, o significativo aumento do consumo de bens produzidos pelas indústrias europeias e americanas. As variadas origens dos produtos disponíveis nos barracões (...) noticiam o pluralismo da economia industrial ou a diversidade do modo como se davam as diferentes presenças estrangeiras no contexto amazônico da *belle époque* (DAOU, 2004, p. 63).

A literatura apresenta uma simbiose entre os aspectos culturais e econômicos. E essa mistura ajuda na compreensão do funcionamento da sociedade. No caso do romance *Coronel de Barranco*, as contradições subjacentes estão à tona: a Amazônia e sua economia desestruturada no primeiro ciclo da borracha, a relação entre seringueiros e seringalistas, a adaptação/sobrevivência dos nordestinos em meio à floresta, além de outras relações.

Essa análise contextual é um esforço de localizar as contradições da narrativa como indicativas da presença das contradições sociais mais amplas. E são nesses processos contraditórios do romance, que o ser humano vive diversas experiências, traz dúvidas ao debate, questiona a realidade de uma região e até subverte-a, se for necessário. Nesse momento, é possível afirmar que o texto não é mais construído como obra individual, mas é reconstruído com aspectos dos discursos coletivos.

### **I.3. Amazônia: outros olhares sobre a história e a literatura**

Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela.

*Lima Barreto*

Como vimos, o romance, aqui estudado, narra sobre a vida de personagens que viveram na Amazônia, principalmente, no primeiro ciclo da borracha. A obra é observada como uma narrativa histórica que descreve esse período da Amazônia de forma minuciosa, a partir do comportamento das suas personagens.

O universo amazônico é formado de seres, signos, fatos, atitudes que podem indicar múltiplas possibilidades de análise e interpretação. Ele é formado por pescadores, indígenas, seringueiros, caboclos. E todos estão na Amazônia – um lugar considerado “ponto de fuga” para o exotismo na ficção.

Em outra perspectiva, o discurso a respeito dessa localidade, somado ao seu processo de ‘invenção’, é considerado como um recurso de dominação. A relação de dominância é semelhante à estabelecida entre Ocidente e Oriente, como bem enfatizou Edward Said em seu *Orientalismo*. “A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia” (SAID, 1990, p. 17).

O que não era observado nem documentado pela Europa permanecia perdido até que fosse ‘descoberto’ pelos europeus. O mesmo se aplica à região amazônica constantemente fetichizada por não estar no centro dos interesses do Brasil. Se observarmos a Amazônia sob o vértice do conceito de orientalismo, será possível perceber que cabem à região palavras como atraso, degeneração, passividade, termos estes também atribuídos ao Oriente pelo Ocidente.

A obra de Said questiona as relações Oriente/Ocidente e, sobretudo, reivindica um novo olhar para o Oriente sem os antolhos da hostilidade ou

da condescendência. Assim sendo, aspectos semelhantes também devem ser requeridos quando se fala a respeito da região amazônica.

O *Orientalismo*, de Said, está preocupado essencialmente com representações do chamado 'outro', e na construção das imagens do Oriente no Ocidente. Muitas vezes, estudos sobre histórias de viagens focalizam as maneiras estereotípadas pela qual uma cultura é percebida.

A ideia em *Orientalismo* é romper com as feições que a tradição ocidental deu ao Oriente, tradições que são deformadas pelo medo, o preconceito e o sentimento de superioridade. O ideal é não reforçar essas imagens e conceitos de que o(s) outro(s) são seres distantes e inferiores.

Tal sentimento de superioridade é percebido nos relatos que os 'outros' têm da Amazônia. Para exemplificar a estranheza e o desconhecimento com o qual a região é percebida pelos estrangeiros, segue uma passagem do livro de Cristina Scheibe em que a pesquisadora comenta suas impressões a respeito de sua viagem ao extremo norte do Brasil. "Foi uma viagem no espaço e no tempo. Saí do Sul do Brasil, para um mundo completamente distante e estranho, muito fora dos padrões de nossa sociedade globalizada, urbanizada e higienizada" (SCHEIBE, 1999, p. 10).

O mundo completamente distante, estranho, fora dos padrões globalizados, urbanizados e higienizados, ao qual a autora se refere, é o Acre. Esse tipo de opinião a respeito dos estados da Amazônia (Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Rondônia, Amapá, Tocantins) aparece frequentemente tanto em meios de comunicação quanto em pesquisas acadêmicas como a citada, mas não pode mais ser aceito sem questionamentos. Por isso, cabe à história e à literatura narrar múltiplos olhares a respeito da região e de seu povo para que essa visão esfumada seja, de certo modo, suprimida.

Quando analisamos as palavras de Said (1990) a respeito da visão europeia sobre o oriente, é possível enxergar que a mesma visão acompanha a Amazônia desde a chegada dos primeiros viajantes. O autor considera que o Oriente era uma invenção europeia, e desde a Antiguidade era "um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis" (SAID, 1990, p. 13). Pensamento semelhante existe sobre a região amazônica. A Amazônia é, portanto, o 'Oriente' brasileiro, o desconhecido.

Apesar dessa visão romantizada e exótica, o livro *Coronel de Barranco* tenta fugir da visão determinista presente em algumas obras da região.

Uma das saídas foi não apresentar o seringalista/coronel de barranco apenas como explorador e o seringueiro [tanto o caboclo quanto o nordestino] unicamente como o explorado. O romance proporciona também outro olhar sobre o seringueiro e aborda novos aspectos das relações no seringal. Dar voz a esses sujeitos é romper com a ideia de uma ‘Amazônia silenciosa’ e constantemente ‘silenciada’.

Teoricamente, o seringueiro teria que obedecer às seguintes regras:

(...) ficava expressamente proibido de plantar. Nada de fazer lavoura. Nem de caçar ou pescar. Tinha de consagrar o tempo de trabalho, numa faixa média diária de doze horas, somente à extração da borracha, conforme as instruções que receberia oportunamente. Ficava obrigado a aviar, exclusivamente no armazém do seringal. Semanalmente, se o centro fosse perto. De quinze em quinze dias, se mais distanciado. E devia ficar sabendo que era considerado ‘crime’ tentar a aquisição de mercadorias em turco de regatão, a quem também não podia, em hipótese nenhuma vender qualquer quantidade de seringa, por menor que fosse. Multa para a desobediência: cem mil réis (LIMA, 2002, p. 152).

Contudo, todas essas regras são subvertidas no convívio diário do Fé em Deus. De acordo com o exposto no romance, o seringueiro vende borracha ilegalmente para o regatão – figura integrante da economia dessa região desde os primórdios de sua organização social. Ele caça e pesca mesmo que essas atividades sejam proibidas pelas leis do barracão, mantém relações sexuais com índias, prostitutas, apesar da proibição do coronel a respeito da presença de mulheres nas colocações. Como estratégia, até as fêmeas de animais são utilizadas para saciar necessidades sexuais dos homens.

Para Cípriano, “seringa, com saia, não combina, não” (LIMA, 2002, p. 204). E na ausência de mulheres, os seringueiros buscavam soluções nos excessos masturbatórios: “O melhor é aguentar. Ou fazer como o Dico [um seringueiro]. Espia as olheiras dele. Resolve mesmo é na canhota” (LIMA, 2002, p. 226). O narrador Matias revela ainda que alguns desses homens praticavam o bestealismo. “(...) tinham fama de se defender nos troncos moles de certas árvores. Nas fêmeas de bichos derrubados na mata” (LIMA, 2002, p. 228).

Outra solução para o sexo era usar o bacalhau ou a melancia. “Ele resolveu se remediar com um pedaço de bacalhau enrolado” (LIMA, 2002, p. 228). Com bom humor, os seringueiros acusavam uns aos outros de usarem esses recursos. “Depois quando fica enjoado, faz uma temporada de melancia. Bota a bicha no sol pra esquentar. Ele disse que é experimentar e ficar freguês” (LIMA, 2002, p. 228).

Essa carência sexual é um dos aspectos históricos relatados na obra. E não se restringia aos seringueiros, Cípriano – antes da chegada da prostituta Conchita, que assume papel de esposa – e Matias também demonstravam o quanto as mulheres faziam falta no Fé em Deus. A fala do narrador, que está a seguir, evidencia suas necessidades físicas:

Porque, de dia a dia, com o passar do tempo, sentia os graves sinais de um tédio, que se tornava cada vez mais pesado. Já nem era apenas o problema da prolongada abstinência sexual, a que praticamente me habituara, vivendo só de recordações e com a certeza de que esse lado da vida nada mais me traria de bom. Depois de uma amante tão completa como Mitsi, não haveria de ser na cama de uma prostituta, por mais alto que fosse o seu preço, como era o caso das mulheres da Floreaux, que eu poderia reatar o fio partido da minha existência carnal, encerrada em Paris, com aquela morte que tanto me abalara (LIMA, 2002, p. 264).

Segundo Márcio Souza (2001), os coronéis vibravam com as francesas, perfumadas *cocottes*, enquanto as senhoras de respeito eram mantidas nos palacetes, cercadas de criadas e ocupadas de afazeres mesquinhos. A ausência de mulheres e a necessidade de buscar satisfação em prostíbulos também são percebidas em outros romances que tratam da Amazônia.

É o caso de *A Casa Verde*, de Mario Vargas Llosa. A casa de prostituição que dá nome à obra é frequentada por homens de posse, que podem pagar pelos serviços das mulheres da noite. O local surge da necessidade dos ‘forasteiros’ de terem mulheres em Piúra – departamento e capital no litoral peruano. “E assim foi que nasceu, buliçosa e frívola, noturna, a Casa Verde” (LLOSA, 1991, p. 32). Ao passo que os demais homens sem condições financeiras, buscam alternativas fora daquele lugar para satisfazerem suas necessidades físicas.

Como citado anteriormente, outro aspecto histórico abordado em *Coronel de Barranco* era a comercialização dos produtos na floresta. O seringueiro só podia comprar produtos e vender borracha no barracão, porém, ao menor descuido de Cípriano, negociações eram feitas na beira do rio. “E vi (...) Maneco escapar, sorrateiramente, em direção ao ponto (...) onde ia acumulando (...) as peles de seringa que (...) vendia escondidamente ao regatão” (LIMA, 2002, p. 256). A partir disso, não se pode dizer que o morador/trabalhador do seringal era passivo e sem identidade social.

Esses fragmentos de real vão construindo uma obra literária com verossimilhança, devido aos dados históricos que vão urdindo a trama. Cláudio de Araújo Lima se aproxima dessa tendência na medida em que é comum em sua obra o aparecimento de nomes de pessoas, lugares e referências a episódios da sua própria vida. Assim como, pessoas, lugares e referências históricas. Por isso, não se pode afirmar que obras consideradas produtos da imaginação sejam inteiramente fictícias, principalmente quando apresentam fatos, personagens e destinos identificados com aqueles que tiveram outrora existência real.

Acontecimentos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais ocorridos na Amazônia ou ao redor dela são, portanto, material de trabalho do escritor que, como artista, pode transformar esses elementos em matéria ficcional, reiterando a realidade, transformando informações em real fictício.

Um dos exemplos de semelhança entre a vida do autor e a do narrador ficcional Matias é o fato dos dois terem frequentado o Colégio Anacleto, em Manaus. Cláudio de Araújo Lima foi aluno dessa escola na juventude, exatamente como acontece no romance com o xamã/mediador/recitante – como assim Roland Barthes denominou a figura do narrador. Percebe-se a seguir na passagem do texto:

Um mundo sem qualquer horizonte, pelo menos no sentido dos ideais que construía na minha imaginação de adolescente. Ao tempo em que, internado no Colégio Anacleto, chegara a fazer os preparatórios. Aprendera um pouco de francês e inglês. E buscara acumular alguns conhecimentos de literatura, visto que o meu sonho maior era um dia ser escritor. Autor de um romance em que estudasse a estranha vida do Amazonas (LIMA, 2002, p. 66).

Esses elementos, tomados ao contexto histórico em que se insere o autor são, em sua obra, transformados em matéria ficcional. Isso quer dizer que sofreram um processo de seleção e de combinação para poderem adquirir uma nova roupagem e/ou para se transformarem em objeto artístico, como assim afirma Assmar:

Com efeito, quando se pensa em ficção surge logo o termo imaginação, já que é por meio desta que a obra ficcional se constrói. Mesmo assim, não se pode afirmar que toda obra considerada produto da imaginação seja inteiramente fictícia como aquela que apresenta fatos, personagens e destinos identificados com aqueles que tiveram outrora existência real (ASSMAR, 2003, p. 43).

No tocante à presença das personagens, parte do enredo gira em torno da ação do botânico inglês Henry Wickham. Ele transporta semente de *Hevea Brasiliensis* da Amazônia para Europa e, posteriormente, para Ásia (biopirataria amazônica). Historicamente, pesa sob Sir Wickham a responsabilidade da derrocada da borracha. Porém, o pesquisador Roberto Santos (1980) o inocenta e culpa o governo brasileiro que nada fez para aperfeiçoar essa produção:

Entre a remessa de Wickham, em 1876, e a plena atividade dos seringais do Oriente transcorreu um quartel de século. Nesse meio tempo, poderiam, por exemplo, as autoridades brasileiras ter realizado experiências próprias com o plantio da seringueira, preparando o país para o futuro (SANTOS, 1980, p. 232).

Pela sua relevância histórica, é relatado em toda a narrativa literária o percurso do pesquisador inglês até chegar à região. Matias é testemunha de todo o processo. E a viagem, na companhia do botânico, muda os rumos de sua vida, bem como contribui para mudanças na Amazônia.

Chegara até a Venezuela, lá pelas cabeceiras do Orenoco, por sugestão do que lera no trabalho de um outro inglês, Sir Joseph Hooker, do Jardim Botânico de Kew. Mas as espécies de hévea, cujas mudas conseguira, não correspondiam exatamente ao que se considerava como a 'borracha do

Pará, apesar de denominada no tal estudo como sendo a 'hévea brasiliensis', tipo que era, realmente, a preciosidade botânica (LIMA, 2002, p. 79).

Nas palavras de Matias, Wickham era “um estrangeiro que fora buscar (...) sementes no seringal, que vivera, dez ou doze dias, em função delas somente (...) eu vira a contemplá-las como se fossem um tesouro, a adorá-las como se fossem deuses” (LIMA, 2002, p. 78). Fisicamente, Mister Henry era descrito como:

(...) homenzarrão de olhos azuis, ruiva bigodeira caída sobre a boca enérgica, testa suarenta escondida sob o chapéu de cortiça, que acenava para os que iam continuar viagem no vaporzinho de bandeira inglesa, águas acima do Rio Amazonas (LIMA, 2002, p. 39-40).

Os amazônidas não imaginavam a fortuna – em formato de sementes – que tinha em suas mãos e que estava sendo levada da região: “E que Wickham, em pessoa, ajudava a contar, examinando-as uma a uma, com cuidado, palpando-as, quase as acariciando, como se fossem pedras preciosas” (LIMA, 2002, p. 81).

Depois do deslocamento das sementes, anos mais tarde, a Amazônia perderia seu posto, principalmente, por causa da Malásia e do Ceilão. Lugares estes por onde o narrador Matias passou na companhia do pesquisador britânico:

Ali [na Malásia] pude ver, menos de uma hora depois, um mundo de seringueiras de altura quase normal, plantadas em renques como se fossem as árvores de grande parque, sobre um chão que mais parecia o caminho de um jardim entre canteiros de flores, limpo e varrido, pronto para se passear ao longo deles (LIMA, 2002, p. 87).

O narrador relata o percurso das sementes, seus primeiros cortes e sua produção inicial nas colônias britânicas. Além de comparar a produção da borracha feita nos dois continentes – América e Ásia. É o que se pode observar a seguir:

E que as sementes destas árvores, distribuídas e replantadas por várias terras das colônias britânicas, também se haviam feito árvores. A ponto de sofrerem o primeiro corte, pelos meados de 1885, solenemente, quando o próprio Dr. Trimen, diretor do Jardim Botânico de Paradenyva, no Ceilão, sangrava uma seringueira ali plantada e crescida. E pôde comunicar à S. M. Britânica que o leite colhido era absolutamente igual, por todos os aspectos, ao da nossa borraça nativa, das matas amazônicas (LIMA, 2002, p. 86).

Foi o narrador que descreveu outro momento histórico – a produção dos primeiros pneumáticos realizada pelo engenheiro escocês John Boyd Dunlop, em 1888. Esse acontecimento muito contribuiu para produção de borraça em maior quantidade e, por consequência, para a evolução dos transportes. Evidencia-se na passagem:

Crescente processo de valorização que culminou em 1888, quando se soube no mundo inteiro que um engenheiro escocês, John Boyd Dunlop, conseguira produzir os primeiros pneumáticos. O que representava, mais do que simples invenção, uma revolução radical da história dos transportes (LIMA, 2002, p. 85).

Por carta, Matias ainda na Europa, recebe a notícia de que naquele mesmo ano do surgimento dos primeiros pneumáticos, houve a libertação dos escravos no Brasil. E, por consequência, fica sabendo através de seu tio Amâncio que o acontecimento tornara a vida financeira da família complicada. A todo o momento, o autor entrelaça aspectos históricos a ficcionais para compor sua narrativa.

O romance embasado pela história tende a reconstruir novas versões, sobretudo, para o imaginário e para as tradições culturais de uma determinada comunidade: “Inclusive porque o Brasil acabava de libertar os seus escravos e, com isso, a vida de nossa família se complicara, tornando mínimas as possibilidades de eu [o narrador do romance Matias Albuquerque] fazer carreira” (LIMA, 2002, p. 85).

Paralelo a esses fatos, os nordestinos migravam para a região amazônica em busca do Eldorado. Os migrantes da obra são personagens ficcionais, mas representam narrativas pessoais construídas dentro de contextos históricos. Eles ajudam a resgatar vidas do passado, presentificando fatos

históricos. Dessa forma, a história passa a ser revisitada pelo texto literário, não como uma escrita definitiva, mas sim com um olhar mais crítico.

De volta à Amazônia, depois de vinte nove anos na Europa, Matias passa a acompanhar o crescimento da borracha pelos números apresentados nos jornais envelhecidos que chegavam ao seringal. Enquanto ele se mostrara preocupado com as consequências do avanço da produção de borracha, o coronel Cípriano analisava os números com uma ‘cegueira otimista’ (LIMA, 2002, p. 166), como assim denominou o narrador:

E foi num desses muitos jornais, onde se transcreviam informações de procedência inglesa, que tomei conhecimento de que novo avanço ocorrera no progresso da produção gomífera do Oriente, que alcançava, no ano recém-findo, o volume de quarenta toneladas. O que apresentava ser um volume ridículo, comparado ao da nossa, da ordem de trinta e tantas mil, embora tivesse sua significação. Ao menos pra mim, que acompanhava os fatos sem cegueira otimista (LIMA, 2002, p. 166).

Em *Coronel de Barranco*, é possível perceber que a literatura segue buscando referências na história para compor seus cenários e criar sua narrativa. No que se refere aos personagens históricos, além de Wickham, o gaúcho Plácido de Castro também é citado no romance.

A personagem histórica Plácido de Castro é o centro de uma das biografias escritas pelo autor Cláudio de Araújo Lima, intitulada *Plácido de Castro, um caudilho contra o Imperialismo*. Nascido em 9 de dezembro de 1873, em São Gabriel, participante da Revolução Federalista; atravessou o país do Rio de Janeiro a Manaus e de Manaus ao Acre.

Na biografia de Araújo Lima, Plácido é descrito como homem muito estudioso, principalmente, de geografia, alguém de conduta impecável, ambicioso com “ânsia de enriquecer” (LIMA, 2008, p. 84) e, por vezes, bastante autoritário. “Discreto, lacônico, porém inflexível cumpridor dos deveres que lhe são traçados” (LIMA, 2008, p. 54).

Segundo Márcio Souza (2001), ele era um homem de coragem e eficiente, promoveu uma guerra popular no território acreano, valendo-se de uma frente única de seringueiros e seringalistas, sonhando com o fim da monocultura e com uma sociedade justa liberta das manobras do imperialismo: “Foi ele o primeiro a tentar, em suas terras no Acre, uma diversifica-

ção agrícola por meios modernos, usando adubos e máquinas para melhorar a produção” (SOUZA, 2001, p. 183).

Em *Coronel de Barranco*, não há falas ou descrições minuciosas dessa personagem, mas ela é citada na narrativa. Antoninho – o guarda-livros, secretário e gerente do seringal Fé em Deus – afirma que o caboclo Inácio lutou ao lado de Plácido de Castro numa guerra.

Na biografia de Plácido de Castro, Cláudio de Araújo Lima relata no capítulo ‘A Primeira Cena’ sobre a presença de “um velho bebedor devastado por longos anos de vício” (LIMA, 2008, p. 89), que era chefe dos remadores durante as ações de preparo e tomada do município de Xapuri, em 6 de agosto de 1902. O episódio histórico ficou conhecido como Revolução Acreana.

O remador sofreu ameaças de Plácido por não querer cumprir suas ordens. Por ser supersticioso, o caboclo não queria levar a tropa de barco na primeira segunda-feira de agosto, por acreditar ser dia de azar. O líder da revolução não aceitou a superstição e o ameaçou:

Meu velho: se trabalhares hoje, pode ser que te aconteça algum desastre, como dizes temer... Aponta para ele a boca da arma engatilha: Mas se te negares a trabalhar, morrerás na certa. E já. (LIMA, 2008, p. 90).

O caboclo remador, conhecedor da região, desobediente, supersticioso e viciado em bebida alcoólica possui as mesmas características da personagem ficcional Inácio presente na obra *Coronel de Barranco*.

Na narrativa ficcional, um personagem informa que o líder da Revolução Acreana iria comprar um seringal em Capatará (na história tradicional, Capatará é tido como local sede do comando de Plácido de Castro durante a disputa de terras acreanas entre Brasil e Bolívia). E é nesse momento que o coronel Cípriano diz ser o braço direito de Plácido na revolução em que participaram juntos. O coronel o chama de “meu companheiro Plaço” (LIMA, 2002, p. 116). Nessas oportunidades, o narrador entrelaça as vidas das personagens ficcionais a acontecimentos coletivos e personagens históricos.

Enquanto a vida se desenrola no seringal, a cidade de Manaus vive a *Belle Époque* amazônica, tentando reproduzir o ambiente europeu. Matias relata seus passeios pela Manaus europeia: “apreciando as edificações mo-

deras, muitas delas inspiradas na arquitetura francesa, quando não eram cópia legítima de um prédio londrino” (LIMA, 2002, p. 92).

Da mesma forma, seringalistas/coronéis de barranco querem se comportar como europeus. Os coronéis tratavam de trocar os seringais pelas cidades de Manaus e/ou Belém durante o período das fortes chuvas amazônicas. Assim, eles podiam gastar suas fortunas e se aproximar de hábitos provenientes da Europa:

No período da cheia, o mísero primitivismo da choupana na selva pelo luxo europeu do Hotel Cassina. A abstinência sexual forçada, pelos desregramentos orgíacos da Pensão Floreaux. O rude convívio dos seringueiros brancos, pelas mesuras bajulatórias dos grandes comerciantes aviadores. O grosseiro traje usado no seringal pelo enfarpelamento nos fatos de H. J. engomados na Lavanderia Chinesa. A solidão, pelo vaivém dos sessenta mil habitantes da cidade moderna. O silêncio incômodo das noites agrestes, pelo bruhaha das salas de jogo e das casas de aperitivos (LIMA, 2002, p. 160).

A partir dessas inferências, é notável que a Europa passa a ser vista pelos amazônidas, principalmente, os coronéis, como o centro a ser seguido, enquanto a Amazônia vai se transformando na periferia. O período é marcado pelo interesse amazônico em relação aos padrões de consumo europeu.

Coronel Cípriano e Matias Albuquerque frequentavam locais na ficção que realmente existiram na Manaus do primeiro ciclo da borracha e faziam uso de serviços da Agência Freitas e da Livraria Universal, que também funcionavam à época. A Agência Freitas encaminhava os jornais nacionais e internacionais que, mesmo chegando atrasados ao Fé em Deus, distraíam a vida de Matias no seringal. Enquanto isso, a livraria providenciava os livros de sua preferência, que o ajudavam na passagem do tempo. É o que se observa no romance: “À luz amarelada do lampião de querosene, eu lia os últimos jornais, nacionais e estrangeiros, chegados da Agência Freitas, junto com os livros mandados pela Livraria Universal, que me situavam na vida da Europa” (LIMA, 2002, p. 201).

Em Manaus, um dos locais favoritos das personagens do romance era a pensão Floreaux. Situada na Rua Epaminondas, era frequentada por homens de negócio, proprietários de seringais, intelectuais, políticos, jor-

nalistas, francesas de vestidos longos e decotados. Na fala do autor da obra, o lugar é assim definido: “Luxuosas pensões alegres. Como a afamada Floreux, situada no centro de um jardim, que se dava ao luxo de manter diariamente, noite adentro, um jantar – dançante, com orquestra exclusiva” (LIMA, 2002, p. 93).

Outro ambiente existente na Manaus do final do século XIX e início do XX e que ocupa as páginas da obra de Cláudio de Araújo Lima é o Hotel Cassina. Ele foi construído em 1899, recebendo o nome de seu proprietário, o italiano Andréa Cassina. Teve seus dias de glória no período áureo da borracha, depois foi transformado em pensão e, posteriormente, em cabaré, sendo chamado cabaré Chinelo.

Enquanto os seringalistas usufruíam dos benefícios da cidade, os seringueiros eram obrigados por ‘contrato’, entre outras coisas, a consumir produtos importados, como bebidas, comidas e charutos, como se descreve nas narrativas históricas. A venda dos produtos alimentava o armazém/barracão, que era o coração financeiro do seringal.

Ao contrário de muitos romances que se limitam à vida nas estradas de seringa, *Coronel de Barranco* apresenta os trânsitos entre a vida no barracão/armazém e nas colocações onde trabalham e moram os seringueiros, fazendo, assim, outra leitura da vida e da permanência no seringal. A passagem a seguir destaca um relato sobre a rotina no barracão e a distribuição de mercadorias:

Durante aquele dia, foram fornecidas várias bebidas estrangeiras. Latas de conservas finas. Dois fiambres. Três vidros de ‘regulador’, agora oficialmente catalogado como fortificante. E até uma caixa de charutos ‘havana’ para um seringueiro que não parava de tossir (LIMA, 2002, p. 235).

Em *Terra caída*, de Alberto Rangel, o autor expõe a forma paciente com que o caboclo lida com a floresta e os rios e apresenta também sua insistência em permanecer nesse meio, por vezes, hostil: “A terra podia desaparecer, o caboclo ficava. Acima das convulsões da natureza, acima da fraqueza da terra, estava a alma do nativo com tranquilidade e fortaleza” (RANGEL, 2008, p. 67).

Essa relação com a terra pode ser identificada pela presença dos caboclos na obra *Coronel de Barranco*, caso de Inácio. Ele é caboclo, nativo,

portador de uma sabedoria local que o diferenciava dos demais nordestinos. Possui conhecimento de tudo que diz respeito à Amazônia. Conhece a gastronomia, o clima, os costumes, os hábitos, as matas, as encantarias da Amazônia. As passagens a seguir demonstram o saber tradicional:

Maneco e Inácio, nascidos e criados na região, garantiam que a grande enchente estava por pouco (LIMA, 2002, p. 165).

— Ah. Foi uma jabota que o Quinquim pegou aí no mato, ontem. Olhe só o tamanho dela. E foi preparada com todo capricho, jogando a bicha pro ar três vezes. Como o Inácio ensinou (LIMA, 2002, p. 184).

(...) Vai ser uma maniçoba de arrebentar tripa, que eu também aprendi com o Inácio (LIMA, 2002, p. 185).

Inácio, como nativo que é, aprendeu muito cedo a conviver com as dificuldades de seu ambiente, concebendo seus problemas de modo diferente do estrangeiro. Inserido na floresta, ela lhe impõe algumas privações, mas proporciona também inúmeras vantagens. É nela que ele trabalha, pesca e caça para sua subsistência.

O caboclo não acredita ser necessário tanto esforço e sofrimento para sobreviver. Porém, o seu modo de pensar e agir é interpretado pelos seringalistas como sendo preguiça e falta de disposição para o trabalho. É o que se observa na fala do coronel Cipriano:

O senhor vai aprender com o tempo, caboclo aqui do Amazonas não tem tutano para enfiar a cara na mata. Só quer viver em beira de lago e de rio, pescando. Coisa de cabra preguiçoso. Só o senhor vendo, um peixe desses é capaz de ficar uma porção de tempo parado que nem uma estátua, esperando a hora de sapear o arpão em cima dum peixe-boi. Mas bota o safado pra cortar seringa. Pois sim. Isso é coisa pra cearense, cabra safado de ganância, mas bom na machadinha (LIMA, 2002, p. 134).

Outra característica observável no romance é apontada pela pesquisadora Leopoldina Leitão de Barros (1991). Segundo a autora, as personagens estrangeiras à Amazônia aparecem ligadas à cultura, são consideradas letradas e superiores, caso de Henry Wickham, dos médicos e engenheiros

que passam pelos seringais. As pessoas estudadas são bem recebidas pelos coronéis e são relacionadas ao desenvolvimento da borracha e ao progresso da região.

Na passagem a seguir, Cípriano recebe em seu seringal um médico e um engenheiro. Segundo o narrador, isso acontece com “transbordamento de hospitalidade” (LIMA, 2002, p. 139), que não era oferecido comumente aos seringueiros e caboclos da região. Para o coronel, só era digno desse tratamento os ‘doutores’:

[Regatão] Explicou que só encoçtara ali no Fé em Deus para desembarcar aquele moço, que estava ao seu lado.  
- Doutor médico. (...) Meio intimidado, vendo tantos homens armados de rifles, o jovem forasteiro pediu hospedagem até que passasse um vapor, mais ou menos dentro de dois dias, segundo lhe haviam informado.  
- Ora, Doutor. E o senhor precisa pedir uma coisa dessas? A casa é sua. (...)  
- O Doutor só vai ter trabalho de desembarcar. E ir entrando, como se fosse a casa de sua família (LIMA, 2002, p. 135).

Em pouco, desembarcara o engenheiro de comissão de limites, que andara pelo alto Acre, a serviço do governo federal. Novos transbordamentos de hospitalidade. Tão peculiares a Cípriano, sempre sensível à chegada de estranhos, raros por aquelas bandas, e que já somavam quatro naquela noite, contando comigo e o agrimensor (LIMA, 2002, p. 138-139).

O próprio narrador Matias Albuquerque é considerado sujeito cosmopolita e, segundo Cípriano, “conhecedor de coisa fina” (LIMA, 2002, p. 138) por causa das experiências vividas na Europa. Ele é visto por todos os moradores do Fé em Deus como um intelectual, culto e merecedor de respeito. O trecho a seguir apresenta o refinamento gastronômico de Matias:

(...) escolhi uma porção de conservas finíssimas, a fim de reforçar o jantar e quebrar a rusticidade do pirarucu, que já assava na brasa. Do feijão e do arroz triviais. Sem falar do tambaqui pescado por Inácio, que trescalava na panela, sob a vigilância de Maneco. Apanhei uma latinha de caviar. Outra de patê francês, do melhor, para aproveitar o pão que o despenheiro de bordo

me presenteara, lembrando-me que tão cedo eu não o tornaria a comer. Queijo. Doces ingleses. E vinhos franceses vários. Além do uísque, do gím e dos vermouths (LIMA, 2002, p. 139).

A personagem do narrador Matias Albuquerque causa estranhamento na obra. Apesar de ele ser um sujeito amazônida, não se comporta, pensa, fala, age como os demais moradores da região. O narrador é letrado, gosta de leitura, bebidas caras e boa música; não exerce a ocupação de seringueiro, transita entre os dois espaços do seringal – barracão e colocação – com tranquilidade. Além disso, estabelece boa relação com trabalhadores da seringa e com o seringalista Cipriano.

O estranhamento é um dos recursos intelectuais e narrativos que caracteriza o entrelaçamento entre história e literatura, pois permite representar a realidade com todos os equívocos e ambiguidades possíveis. Foucault (1999) deixa claro que o estranhamento altera a percepção do mundo. Pode também provocar riso por inverter a ordem familiar das coisas. Essa experiência engendra no sujeito a possibilidade de olhar o mundo com outros olhos, modificando a percepção que se tem do outro e de si mesmo.

A observação desse exercício de estranhamento permite ao leitor uma compreensão das entrelinhas da obra. No caso de Matias, ele ensaia ser ‘o outro’. A princípio, o fato dele se diferenciar por seus estudos, por seus modos e condições de um europeu dá a impressão de que a distância entre ele e os seringueiros é uma grande barreira. Mas é essa distância inicial que vai dar suporte às experiências que o narrador vive sozinho e junto aos demais moradores do Fé em Deus. O que dá a medida diferenciadora para Matias é a distância que ele adquire de si mesmo – distância cultural, moral e fundamentalmente do *locus* identitário.

Durante muito tempo, a Amazônia e seus habitantes ficaram esquecidos. Um dos fatores que contribuiu para a não integração da região ao restante do Brasil foi a economia. Isso se deve ao fato de que nos pontos mais desenvolvidos do país subsistia o sistema de *plantation*, criação de gado ou as minas de ouro e prata. Ao passo que na Amazônia, a economia dependia quase que exclusivamente da floresta. E foi exatamente a relação com a natureza que contribuiu para a construção do imaginário dos indivíduos isolados e dispersos às margens dos rios:

(...) desde o século XVIII baseava-se na exploração das drogas do sertão, isto é, de certas plantas da floresta que atendiam a finalidades diversas e que eram exportadas para a Europa: algumas serviam à conservação, ao preparo ou à fabricação de alimentos – cravo, canela, pimenta, raízes aromáticas, cacau, etc.; outras atendiam à farmacologia da época, como a salsaparrilha no combate à sífilis; além disso exportava-se a borracha, que depois se destacou como um produto especialmente procurado (LOUREIRO, 1995, p. 23).

Embora a região apresentasse uma imensa riqueza, a dificuldade de acesso impedia qualquer tentativa de aproximação com essa região. Somente com a ascensão da borracha, a Amazônia recebe um número maior de migrantes. Leopoldina Leitão (1991) apresenta em seu texto conjecturas sobre o porquê das pessoas se deslocarem para essa localidade: “Assim, deslocar-se para a Amazônia era uma atitude que só poderia ser motivada pela ambição dos invasores estrangeiros ou pela necessidade de sobrevivência dada a fartura da região” (BARROS, 1991, p. 28).

Cláudio de Araújo Lima aborda no ensaio *Imperialismo e Angústia* (1960) a interferência estrangeira, sobretudo norte-americana – não só na Amazônia, mas também no Brasil. O texto, que já havia sido publicado em 1959, com o título de *Facteurs de Détérioration Sociale dans la Civilization Technique*, fala sobre a influência dos estadunidenses no país após os anos de 1930 e contesta essas mediações, por vezes, realizadas de forma equivocada.

E, juntamente com o seu ferro redondo, com os seus cimentos, com as suas ferragens, com a sua louça sanitária colorida e sedutora, com todo o material que nos mandava para construir os ‘arranha-céus’ – que íamos erguer, aliás, também sob o modelo das suas revistas de arquitetura e decoração – juntamente com isso, o imperialismo sediado nos Estados Unidos da América do Norte nos mandou, igualmente, a semente da sua anterior filosofia panglossiana dos anos de 1929 (LIMA, 1960, p. 12).

É possível perceber esses aspectos dos estrangeiros, que alteram o comportamento da população, não só em *Coronel de Barranco*, mas também no primeiro romance de Cláudio de Araújo Lima – *Babel*. Os traços da modernidade estão presentes na vida da personagem Madame Babel. O

seu antigo casarão deu origem a um prédio portentoso: “No antigo local da Pensão, erguia-se agora um edifício portentoso, cujos alicerces pareciam estar esmagando toda a história da legião de insatisfeitos que por ali passaram” (LIMA, 1940, p. 249).

O autor afirma ainda que a influência norte-americana é tão grande que mudou até a forma de se escrever romances no Brasil:

Os romances que se vão traduzindo, em substituição aos originais franceses que os brasileiros liam preferentemente, ou os que certos autores nacionais escrevem a partir do ano de 1930, não falam mais de pequenas vivendas ladeadas por um lírico caramanchão. Nem de palacetes isolados dentro de um grande parque arborizado. Ou de casas de porta e janela, daquelas que integravam o cenário de certos romances do fim do século. Falam, isto sim, e somente isto, de apartamentos altamente situados, aos quais só se chega à custa de um elevador. Um edifício onde os vizinhos não se conhecem, e jamais compartilham dores ou alegrias. Qualquer pequeno apartamento onde habita algum solteirão amargo, que ouve tangos na vitrola. Ou um divorciado neurastênico, que ruma foxes dolentes, enquanto olha lá embaixo, pela vidraça, o formigueiro humano do centro urbano (LIMA, 1960, p. 24).

Contestar essas relações sociais e as interferências estrangeiras, por intermédio da literatura, é uma arma ao sistema maniqueísta. A subversão dos valores impostos pela vida na floresta em *Coronel de Barranco* desafia o cânone vigente e busca romper com as regras literárias impostas anteriormente. Invalida-se, assim, a suposição de que o europeu estaria no centro e o nativo sempre à margem. Portanto, pode-se afirmar que os textos de ruptura rescindem com a ordem legitimadora do poder hegemônico, sendo, assim, textos que representam o contra discurso.

O estudo de textos literários com função de desvelar as práticas diárias e o cotidiano de diferentes localidades à margem do poder hegemônico, caso da Amazônia, possibilita resgatar a ficção enquanto instrumento de combate. A palavra escrita passa a ser usada como forma de conscientização. E a literatura contra discursiva, de caráter crítico e questionador passa a ser vista como fator positivo na formação da identidade cultural dos indivíduos que compõem as localidades abordadas.

A partir desses aspectos, sobretudo do entrelaçamento história e literatura, é possível perceber de que forma a Amazônia se constrói no romance ora estudado. Influência estrangeira/europeia, auge e decadência do primeiro ciclo da borracha, *Belle époque* amazônica, personagens históricos e ficcionais, o perfil de caboclos e nordestinos, entre outros aspectos retratados no romance fazem dele não só um texto sobre a Amazônia e suas representações, mas, principalmente, um texto sobre questões que abrangem diversos aspectos das relações humanas.



# 2 AMAZÔNIA BRASILEIRA: FACES DE SUA HISTÓRIA

A gente gosta do Brasil e tal, mas na hora do  
vamos ver uma europazinha bem que ajuda.

*Antonio Prata*

A incorporação da Amazônia como tema da literatura de ficção data do século XIX com a publicação da obra *Simá – Romance Histórico do Alto Amazonas*, de Lourenço da Silva Araújo Amazonas, em 1857; e, em seguida, em 1875, foi publicada a obra *Os Selvagens*, de autoria de Francisco Gomes de Amorim.

Esses primeiros livros se detêm sobre os embates sociais na Amazônia. O primeiro romance era indianista e abordava a colonização portuguesa, o segundo tinha como foco a cabanagem. Porém, os ficcionistas da região amazônica buscaram nos relatos de viagem influência para compor sua literatura. Dessa forma, europeus e brasileiros projetam suas impressões e fantasias nos textos.

O romance *Simá* apresenta um perfil de mulher indígena, cuja tribo está prestes a perder a identidade. Segundo o prefácio da obra, escrito por Neide Gondim e publicado em 2003, o romance está ligado à estética romântico-indianista e explicita a perda de caráter tribal através da descaracterização e da ruptura identitária de personagens da Nação Manau no contato com o homem branco. A pesquisadora completa:

Na época o índio despontava como o elemento possuidor da brasilidade que faltava à literatura ou mesmo como uma justificativa ante os caminhos que tomava o país frente ao processo de implantação da República e o incômodo que representava a escravidão negra (AMAZONAS, 2003, p. 8).

O romance tem características dos relatos de viajantes, com destaque para a paisagem amazônica. Esse é o surgimento da paisagem amazônica na literatura ficcional da região, bem antes de autores como Inglês de Souza e Alberto Rangel. A primeira edição da obra *Simá*, em 1857, é do mesmo ano daquele que é tido como o iniciador do gênero indianista, *O Guarani*, de José de Alencar.

Inglês de Souza, sob o pseudônimo de Luiz Dolzoni, publicou três obras: *O cacaulista*, *O Coronel Sangrado*, em 1876, e *História de um pescador*, em 1877. As duas primeiras obras apresentam o mesmo herói em diferentes momentos da vida. E as três apresentam características naturalistas.

A principal obra de Inglês de Souza foi *O Missionário* (1888). Nessa obra, as personagens são submetidas à força do meio e da herança biológica, e aparecem no cenário grandioso da Amazônia. Como era de costume nas representações da floresta nos relatos dos viajantes, o ambiente é uma força telúrica que condiciona as personagens e também aprisiona.

Em 1899, publica-se *O paroara*, de Rodolfo Teófilo, uma das primeiras obras a abordar o ciclo da borracha através da aventura de um migrante cearense na selva amazônica. Para Mário Ypiranga Monteiro (1976), a obra não foi bem fundamentada, uma vez que o Teófilo não esteve na região para aprofundar suas pesquisas.

Na opinião da pesquisadora Luciana Murari (2009), na narrativa do paroara – termo que designava cearense que emigrava para Amazônia – a região amazônica foi definida em contraste com o Ceará.

(...) os recursos naturais encontravam-se distribuídos com abundância, tão generosos e de coleta tão simples que era desnecessário trabalhar para comer com fartura, também porque a terra, que nunca se cansava, produzia durante todo o ano sem demandar esforço. Para o escritor, esta visão paradisíaca da Amazônia adequava-se ao gosto dos mestiços pelo maravilhoso (MURARI, 2009, p. 145).

O pernambucano Alberto Rangel (1871-1945), que morou no Amazonas, também contribuiu com uma obra importante chamada *Inferno Verde*, publicada em 1908. A obra dialoga com *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, autor do prefácio da obra de Rangel, no qual expõe que a Amazônia, apesar de já possuir vasta literatura, só se deixava conhecer por fragmentos.

Rangel e Euclides cultivaram uma longa amizade, desde quando eram estudantes na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Euclides da Cunha chega à região amazônica, em 1904, para chefiar a equipe brasileira da Comissão Mista Brasileiro Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, que tinha como objetivo demarcar a fronteira entre o Brasil e o Peru. Naquela oportunidade, esteve hospedado na casa do amigo Rangel.

Em 1909, foi publicada a obra póstuma de Euclides, *À Margem da História*, um ano após a publicação de *Inferno Verde*. A obra aborda a espoliação sofrida pelo seringueiro e evidencia a identificação de estilo e de ideias entre os autores. Com o tempo, o autor tornou-se cânone e responsável por cunhar alguns estigmas sobre a região amazônica. Para o pesquisador Alisson Leão:

(...) o interesse de Euclides por diversos aspectos da região amazônica corresponde à perspectiva geográfica que sempre o acompanhou, seguramente a espinha dorsal de sua obra, verificável no conhecimento binômio que sempre ocupou suas reflexões: o homem e a terra (LEÃO, 2011, p. 43).

A Amazônia, para Cunha, é território livre, lugar que “tem tudo e falta-lhe tudo” (1999, p. 3) de “fauna singular e monstruosa” (1999, p.2), como dito no prefácio do livro de Alberto Rangel – ela é narrada como a última página do gênese. Esse espaço é definido como selvagem e tem “o dom de impressionar a civilização distante” (1999, p. 9). Euclides revela sua opinião sobre a presença humana na região:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem (...) (CUNHA, 1999, p. 2).

Para Euclides da Cunha, o trabalho no seringal era uma “criminosa organização (...) que ainda engenhou o mais desacomodado egoísmo” (1999, p. 13). Ainda segundo Cunha, o homem ao penetrar na Amazônia, entra em um paraíso diabólico dos seringais, “abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio” (1999, p. 12). O seringueiro “é o homem que trabalha para escravizar-se” (1999, p. 13). Porém, ele elogia o trabalho do migrante dizendo que: “As gentes que a [Amazônia] povoam talham-se-lhe pela braveza” (1999, p.29). E mais:

O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuos e heróicos, disciplinados pelos reveses, garantem-lhes que os organismos, o triunfo na campanha formidável (CUNHA, 1999, p. 29-30).

Euclides ajuda a (re)construir uma imagem “magistral” da Amazônia que marca parte da produção literária da região, tanto pelo determinismo quanto pelos ecos posteriores em um regionalismo sempre recorrente. O texto euclidiano ganha *status* de texto fundador, apresenta excesso de adjetivos, necessidade de exatidão na descrição da paisagem, tradução do espanto que também marcou os relatos dos viajantes e narração de uma paisagem monótona. Textos como o de Euclides permitem a personalização da natureza. Ela adquire vontade, consciência e voz própria.

Apesar de suas inquietações e da constante tentativa de deixar o senso comum a respeito da região amazônica, Euclides não conseguiu atingir pensamento diferenciado daquele que já se apresentava por essas paragens. Nicolau Sevchenko cita uma fala de Euclides em que ele demonstra o desejo de querer observar a paisagem amazônica em suas entrelinhas e de forma diferenciada: “É uma grandeza que exige penetração sutil dos microscópios e a visão apertadinha e breve dos analistas; é um infinito que deve ser dosado” (CUNHA apud SEVCENKO, 1989, p. 230).

Além de Euclides, outros autores continuaram descrevendo a região amazônica, tomando como base as informações históricas construídas pela chegada dos primeiros europeus. Alberto Rangel e Euclides da Cunha influenciaram a linguagem da obra *Deserdados* (1921), de Carlos Vasconcelos.

Além de ficcionistas brasileiros, o europeu Ferreira de Castro também contribuiu para a literatura através da obra *A Selva* (1930).

O autor, através da personagem Alberto, documentou sua experiência no seringal Paraíso, localizado no rio Madeira, em 1911, topônimo do lugar da ficção. O romance é narrado em ambiente amazônico, apesar de seu protagonista ser português, exatamente como o autor.

A intenção do europeu era enfocar o ambiente amazônico na visão de um imigrante. Segundo Allison Leão (2011), “de Rangel para Ferreira de Castro, há uma evidente diminuição na atenção que se dá ao ambiente natural – mas isso, só com o crescer do romance do português, a partir da metade do texto” (2011, p. 27). Comprova-se a manutenção de alguns estereótipos nesse romance. E isso acontece pela percepção do imaginário do narrador, que está arraigado à mente do europeu:

Superioridade intelectual, sofisticação cultural, disposição para transformar a natureza em progresso, oposição à inconveniente proximidade do homem amazônico com a natureza, a letargia deste causada possivelmente pelo clima, o desânimo para acumular riquezas (LEÃO, 2011, p. 75).

Comparando *A Selva* e *Coronel de Barranco*, é possível perceber que são dois romances que aprofundam o debate sobre o ciclo da borracha. Entretanto, segundo a pesquisadora Lucilene Gomes Lima (2009), a obra de Ferreira de Castro se diferencia por ter um protagonista que não só analisa os acontecimentos, mas também trabalha no seringal. Ao contrário do Matias que não trabalha na produção da borracha, apenas desenvolve suas atividades no barracão, sendo um analista da vida no seringal Fé em Deus.

Para o pesquisador Alisson Leão (2011), no romance *A Selva*, o forasteiro não é somente o nordestino, mas o europeu das margens da Europa que também vem tentar a sorte na região. Destacam-se nas páginas do romance, aspectos do ‘infernismo’ de Rangel, em que a natureza ainda é apresentada com aspectos de monstruosidade, apesar das tentativas de incursões nas temáticas sociais. Na passagem a seguir, o autor esclarece o mover da narrativa:

(...) oscila entre a reprodução de noções estereotipadas a respeito das populações amazônicas, especialmente aquelas

noções ligadas ao determinismo geográfico, e posturas mais críticas frente aos temas amazônicos, direcionando progressivamente seu olhar aos problemas sociais vividos pelos seringueiros e menos à natureza por si mesma (LEÃO, 2011, p. 25).

A Amazônia não foi narrada só em prosa, alguns autores fizeram uso de versos para abordar a região. Em 1907, um ano antes da publicação do livro de Alberto Rangel, o escritor cearense Quintino Cunha, que vivera no Amazonas, publicou *Pelo Solimões*, um conjunto de poemas. Para Allison Leão (2011), um dos poemas contidos na publicação e intitulado *Encontro das águas* tornou-se uma ode no século XX: “quase um documento oficial a ser declamado nas inaugurações governamentais e nos eventos político-sociais” (LEÃO, 2011, p. 53).

Na década de 1950, os autores, principalmente, do estado do Amazonas, decidem repensar a representação da natureza na sua pauta de discussão. Segundo o Allison Leão (2011), um dos movimentos mais representativos do período foi o Clube da Madrugada:

Dentre esses movimentos, talvez o de maior repercussão tenha sido o Clube da Madrugada, não apenas pelo número de intelectuais que congregou, mas pela intenção em rever as práticas estéticas, sociológicas e políticas que vigoraram então no Amazonas. Destas, no campo da literatura, o ensaio biográfico foi possivelmente o que mais grassou no período que vai da década de 1930 a 1960 (LEÃO, 2011, p. 26).

O movimento surge em 1954 quando a produção literária era escassa na região. A ideia era incentivar a escrita dos intelectuais. Apesar de não fazer parte do movimento, Cláudio de Araújo Lima também escreveu trabalhos biográficos na década de 1950, no mesmo período de produção dos intelectuais pertencentes ao clube.

Ainda no início do século XX, enquanto a produção amazônica crescia de forma tímida, muitos eram os escritores brasileiros que abordavam diversos ciclos econômicos por meio de suas narrativas. Com influências do movimento romântico, as obras começam a surgir com essa temática. Um exemplo disso é o livro *O garimpeiro*, de Bernardo Guimarães, em que

o ciclo da mineração é subsidiário da temática amorosa.

Enquanto isso, no Nordeste, os romances de 30 também expressaram ciclos econômicos, como o do cacau e o da cana-de-açúcar, além de ter a seca como temática recorrente. O ciclo econômico do cacau propiciou destaque, principalmente, para a literatura de Jorge Amado. Dentro dessa temática, *Terras do sem fim* (1942) é um dos seus romances mais representativos. Ele narra a trajetória dos coronéis que haviam conquistado suas terras com sangue e bala, no sul da Bahia, no início do século XX. Em duas décadas teriam feito enormes fortunas, mas na década de 30, elas passaram para os exportadores. A sociedade do sangue seria substituída pela do dinheiro.

Em torno do ciclo da cana-de-açúcar, destacam-se as obras de José Lins do Rego: *Menino do engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) e *Fogo morto* (1943). O ciclo das secas originou a produção de obras como *O quinze* (1930), de Raquel de Queiróz, *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida, e *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos.

Com temáticas semelhantes, o que difere autores como Jorge Amado e José Lins, por exemplo, é a visão plural que o baiano tenta oferecer às suas narrativas, não limitando suas abordagens a aspectos regionais. Nas palavras de Durval Albuquerque Júnior (2009):

O que ele [Jorge Amado] quer restabelecer é uma narrativa verdadeira, usando a ficção para denunciar a ficção dos discursos oficiais. Sua linguagem ficcional se submete, pois, a este imperativo de dizer a verdade, de revelar o falseamento da ideologia burguesa, como concebia sua visão teórica (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 243).

Nos romances do ciclo das secas, desenvolveu-se um discurso literário linear, em torno de alguns aspectos dessa temática na região Nordeste e as consequências para seus habitantes. Desse modo, observa-se a propagação de discursos clichês e homogeneizadores, além da veiculação de algumas imagens que se tornaram comuns. É o caso das imagens com vegetação tostada e de solo rachado pelo sol. Outra imagem corriqueira é a peregrinação do retirante que abandona a sua terra em busca de condições de sobrevivência, imagem imortalizada no quadro *Os retirantes*, de Cândido

Portinari.

Os termos 'seca' e 'sertão' adquiriram significados generalistas na literatura e na história. Para Murari (2009), a busca da identidade nacional fez com que esses termos fossem aplicados para denotar o interior do Brasil de forma geral, não restringindo a espaço geográfico. O termo representa a parte rural em oposição à urbana, assim como representa todas as outras regiões do território nacional dotadas de características peculiares, caso do campo e da floresta.

O momento do êxodo do flagelado da seca estabelece relação com o ciclo da borracha. Num trecho do romance *O quinze*, da autora Rachel de Queiróz, a personagem Chico Bento revela o anseio de uma vida melhor na Amazônia, narrada como lugar de natureza bruta e ocupada por feras:

Agora, ao Chico Bento, como único recurso, só restava arribar. Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse. Depois, o mundo é grande e no Amazonas sepreháborraça... Alta noite, na camarinha fechada que uma lamparina moribunda alumia mal, combinou com a mulher o plano de partida. Ela ouvia chorando, enxugando na varanda encarnada da rede, os olhos cegos de lágrimas. Chico Bento, na confiança do seu sonho, procurou animá-la, contando-lhe os mil casos de retirantes enriquecidos no Norte. A voz lenta e cansada vibrava, erguia-se, parecia outra, abarcando projetos e ambições. E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do Amazonas, vencia a natureza bruta, dominava as feras e as visagens, fazia dele rico e vencedor (QUEIRÓZ, s.d., p. 30).

Esse entrelaçar dos discursos ajuda a narrar não só a Amazônia, mas também o Nordeste. Nele, é possível conhecer melhor as duas regiões, seus estigmas e representações, além disso, evidencia-se o imaginário que as cercam.

## 2.1. Páginas acreanas na literatura

Para o brasileiro, a Amazônia é papagaio,  
arara e macaco em galho de árvore.

Carlos Carvalho<sup>2</sup>

O levantamento feito até aqui, permite compreender que muito se escreveu sobre a região amazônica e, especificamente, sobre os seringais, seringueiros, caboclos, coronéis e extrativismo acreanos. O romance *Coronel de Barranco* é prova disso. Porém, esta e tantas outras obras citadas até o presente momento são escritas, em sua maioria, por autores que não são naturais do estado do Acre. Por essa observação, surgiu a necessidade de se fazer uma breve recolha sobre os autores e os textos literários produzidos por acreanos. Qual foi, afinal, a contribuição local para a formação literária da região amazônica?

A finalidade deste subcapítulo é fazer um levantamento sobre algumas obras e autores de destaque que contribuíram para a construção da imagem acreana na literatura, não existindo a pretensão de se fazer um mapeamento completo. A princípio, a ideia é apenas compreender os principais processos de construção e divulgação literária no Acre.

Com os dois ciclos da borracha, o Acre contribuiu muito para a economia da Amazônia. Mas a mesma contribuição não aconteceu no âmbito cultural, pois os livros apareciam de forma esporádica. Não havia meios propícios para garantir uma produção literária no período do *boom* da borracha.

Os profissionais liberais, médicos e bacharéis em Direito, muitos vindos de outras regiões do país, tornaram-se responsáveis pela atividade intelectual nos anos iniciais do território acreano. Em 1903, surge o primeiro poema referenciando o Acre, *O Hino da Conquista*, redigido pelo escritor e

---

2 - A frase foi dita pelo Fotógrafo Carlos Carvalho em entrevista a Letícia Silva de Jesus, da *Revista Discursos Fotográficos*, da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

médico baiano Francisco Mangabeira.

O poema foi elevado à condição de hino acreano, musicado vinte anos depois, por Mozart Donizetti, e é considerado ponto de partida para uma concepção heroica, patriótica e lutadora do povo acreano. O hino e a bandeira são símbolos do território acreano que estava se formando naquele momento.

Além de Francisco Mangabeira, podem-se citar como exemplos outros autores que contribuíram para os escritos sobre o Acre, caso do cearense Juvenal Antunes, que se formou em Direito em 1902 e escreveu o primeiro livro sobre o Acre que se tem notícia. A publicação se chamava *Acreanas* e era composta por poemas. Foi editada pelo *O Norte* e lançada em 1922. A maior parte dos textos dos livros foi publicada no jornal *Folha do Acre*, onde o poeta era colaborador. Para Silva (1998), o livro *Acreanas* é o coroamento da consciência que, pela via inversa, acentua o ideal de integração que caracteriza as primeiras manifestações literárias.

Um acreano que produziu e publicou textos foi o poeta Jorge Tuffic. Escreveu quatro obras: *Varanda de Pássaros* (1956), *Pequena Antologia da Madrugada* (1958), *Chão sem Mácula* (1966), *Faturação do ócio* (1974). Por morar no Ceará, a obra do autor não circulou no Acre.

Segundo a pesquisadora e professora da Universidade Federal do Acre (UFAC), Margarete Edul Prado de Souza Lopes (2006), o romance acreano surgiu pelas penas de dois escritores paraenses Abguar Bastos e Raimundo Moraes. Eles foram autores, respectivamente, das obras *Certos Caminhos do Mundo: romance do Acre* (1936), publicação feita no Rio de Janeiro; e *Ressuscitados: romance do Purus*, publicação feita em São Paulo na década de 1930.

Em 1942, o cearense José Potyguara publicou o livro de contos *Sapupema*, no Rio de Janeiro. A publicação colocou o autor como precursor da atividade contista no Estado. O livro é uma coletânea de onze histórias ambientadas nas últimas décadas do século XIX entre os rios Tarauacá e Envira.

O primeiro romance do Acre escrito por um acreano foi *A represa* (1942), de Océlio de Medeiros, nascido em Xapuri, em 9 de dezembro de 1917. A prosa de ficção desses autores permitiu a criação de ambientações, personagens e enredos que favorecem a leitura dessa realidade a partir dos parâmetros que escapam à história.

Os escritores acreanos atrelavam seu trabalho a escritas documentais e optavam por publicar suas obras em Manaus, Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo nos períodos em que a região amazônica estava melhor economicamente, caso dos dois ciclos da borracha. A escolha por outros estados acontecia devido a maior concentração de público leitor e também devido a uma maior facilidade de distribuição dos livros das editoras dos grandes centros.

Poucos autores acreanos publicaram obras no Acre até a década de 1970, período de publicação da obra *Coronel de Barranco*. Seguem alguns exemplos: *Mosaicos da cidade nascente* (1950), Garibaldi Brasil; *Capiongo* (1968), José Inácio Filho; *Seringal* (1972), Miguel Jeronymo Ferrante; *Estórias Amazônicas* (1974), Epaminondas C. Baharuna; *Rios e barrancos do Acre* (1978), Mário Maia; *O silêncio* (1979), Miguel Jeronymo Ferrante. Margarete Lopes explica a pouca produção acreana a partir das dificuldades econômicas geradas após os ciclos da borracha:

Depois das duas derrocadas da borracha (a crise dos anos vinte e mais tarde, a nova falência provocada após o término da segunda guerra) além das mudanças de governo, de território a estado, seguidas da implantação do governo militar e da ditadura, vivia-se uma fase muito recessiva, em que mal se obtinha recursos para a sobrevivência, sendo muito raro dispensar tempo e verbas para a produção cultural (LOPES, 2006, p. 84-85).

A pesquisadora segue afirmando que as publicações no Acre são feitas com dificuldades de impressão e circulação. Em grande parte com patrocínio das Prefeituras e Governo do estado, por intermédio das duas Fundações de Cultura: a Fundação Garibaldi Brasil, da Prefeitura de Rio Branco e a Fundação Elias Mansour, instituição estadual. Porém, esse recurso público só se tornou possível nas últimas décadas do século XX.

A Universidade Federal do Acre (UFAC)<sup>3</sup>, criada nos anos de 1970, possui uma editora, a Edufac, funcionando oficialmente desde 2003. Porém, desde a década de 1980 a universidade já contava com uma Coordenadoria de Editoração e Divulgação Científica, que publicava prioritariamente dissertações e teses de professores da instituição. Seguem alguns exemplos: *A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico* (1988), de Pedro Martinello; *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental* (1992), de Pedro Vicente Costa Sobrinho; *Acre: prosa e poesia – 1900/1990* (1998), de Laélia Rodrigues da Silva.

Outra possibilidade para os escritores que não quiseram ou puderam fazer uso dessas Fundações ou da Editora da Ufac era pagar a impressão do livro por conta própria, alternativa mais difícil, uma vez que a impressão de um livro sempre foi muito cara e as condições econômicas das pessoas da região não eram muito favoráveis para esse tipo de investimento. A dificuldade de publicar e distribuir livros na região fez com que muitos amantes das letras optassem por publicar textos em jornais locais até meados do século XX. A princípio, a ideia era registrar a nova terra que estava sendo povoada. A imprensa assumiu a responsabilidade de representar o sujeito local e seu ambiente. Para Laélia Silva (1998), a presença da literatura na imprensa, nos primeiros anos do território do Acre, indica a intenção de impor ao novo meio social, traços da civilização e avanço cultural já estabelecidos no restante do país.

Os dois primeiros jornais do Acre foram *El Acre* (1902), produzido por bolivianos e publicado onde hoje é o município de Porto Acre<sup>4</sup>; e *O Pro-*

---

3 - Ainda na década de 1960, os movimentos estudantis e comunitários reivindicaram a necessidade de uma instituição de ensino superior para incentivar a cultura, qualificar e atender à demanda de profissionais dispostos, além de contribuírem com o desenvolvimento do Estado. Segundo a edição do Jornal da Ufac de 5 de abril de 2001 (apud ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007), o primeiro vestibular da Faculdade de Direito (FADACRE) foi realizado em 16 de fevereiro de 1965, com 37 inscritos, dos quais 32 foram aprovados e 18 concluíram o curso. Em 1968, foi criada a faculdade de Ciências Econômicas e, em seguida, os cursos de Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais. Porém, a Universidade Federal do Acre só foi instituída em 22 de janeiro de 1971, sob regime de fundação. A federalização só se concretizou no dia 5 de abril de 1974, por meio do decreto lei nº 6.025.

4 - O primeiro jornal é anterior à anexação do Acre ao Brasil. O jornal foi fundado em Xapuri por bolivianos, quando a cidade era denominada de Mariscal Sucre. O jornal e o nome da cidade desapareceram quando Plácido de Castro e seus homens tomaram a cidade na madrugada de 6 de agosto de 1902, iniciando a tomada do Acre da Bolívia e a anexação da terra ao Brasil.

*gresso* (1904), em Cruzeiro do Sul, que atendia a necessidade dos editores e seringalistas da região com publicações de temas referentes à borracha e à autonomia administrativa dos seringalistas do Juruá.

A circulação de jornais sob domínio brasileiro começou em 1907 com os jornais *O Acre* e *Acreano*. A partir de 1911, surge o jornal *Correio do Acre*, em Xapuri, que também informava a opinião pública sobre as vantagens de se ter uma unidade territorial. A presença dos periódicos e a consequente circulação da informação diminuía a desfragmentação cultural dos três departamentos do território: Purus, Acre e Juruá, além de possibilitarem as trocas simbólicas com outras culturas.

Surgem na sequência, os jornais *A Alvorada* (1913) e *O Município* (1913) que abrem espaço para publicações literárias. Muitos são os jornais que aparecem e desaparecem repentinamente no território do Acre com o intuito de fazer circular notícia e literatura.

Durante os ciclos da borracha, alguns dos periódicos eram financiados pelo poder econômico dos seringalistas. A dependência financeira dos jornais implicava quase sempre na dependência ideológica, ou seja, parte do que era publicado estava relacionado com os interesses dos coronéis de barranco e das administrações de cada departamento.

Os jornais circulavam em maior quantidade do que os livros, mas a divulgação enfrentava o mesmo problema: a falta de letramento da população. Os leitores de jornais e livros eram quase que restritos ao próprio grupo de pessoas que produzia esse material. De qualquer modo, “a existência da imprensa é passo significativo para a garantia da atividade literária, oferecendo as condições materiais para que os textos possam circular como objeto” (SILVA, 1998, p. 82).

De acordo com Silva (1998) entre os anos de 1902 e 1941, os jornais<sup>5</sup> publicavam seleção de textos de autores consagrados da literatura nacional (Olavo Bilac, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, entre outros), enquanto que a produção local tinha como tema: as datas comemorativas organizadas pela administração dos Departamentos do Território, o heroísmo, exaltação à terra etc. O intuito era integrar o Acre ao resto do país abordando temas de cunho patrióticos.

A evolução cronológica da literatura acreana pode ser organizada em fases: a primeira é de 1903 a 1961, em que os jornais eram a única possibilidade de divulgação dos textos para os leitores. Os periódicos selecionavam o que seria publicado e, dessa forma, tornavam-se responsáveis pela escolha do que seria considerado ou não literário.

O repertório literário que aparece nas páginas dos jornais até 1961 retrata a bagagem cultural dos homens letrados. Os títulos dos poemas são significativos: Hino patriótico, Terra forte, Terra acreana, O Acre, O canto dos heróis, A Pátria,

---

5 - Segue lista de jornais acreanos em Xapuri: Casos de *O Alto Acre* (1913), *O Paladino* (1913), *Commercio do Acre* (1915), *Gazeta do Acre* (1917), *Fitas* (1919), *A Coisa* (1919), *Talisman* (1919), *O Sporte* (1921), *A Ordem* (1923), *Boletim Oficial* (1932), *Gazetilhas Xapurienses* (1937) e *O Oeste* (1949). Em Rio Branco, capital do Estado, o primeiro jornal se chamava *O Rio Acre* (1908-1929), depois surgiu *O Acre*, primeiro veículo oficial, idealizado pelo governador Hugo Carneiro. Circularam ainda os seguintes jornais: *Cidade da Empresa* (1910), *Folha do Acre* (1910-1931), *Acreano* (1911-1912), *O Pium* (1913), *O Autonomista* (1914-1915), *Boletim Oficial* (1915-1918), *O Prego* (1915), *Jornal do Acre* (1916), *O Inseto* (1916-1917), *Reforma* (1916-1917), *O Futuro* (1919-1921), *Noroeste* (1917), *O Foguetão* (1917), *A Notícia* (1918-1919), *O Norte* (1921), *A Capital* (1921-1922), *o Jornal Oficial* (1925-1926), *O Rebate* (1921-1972), *Jornal do Povo* (1952-1955), *O Esportivo* (1953), *O Bandeirante* (1953), *Renovação* (1953-1956), *O Liberal* (1956-1965) e *O Estado* (1958-1965), *Vanguarda* (1963), *O Grêmio* (1964), *O Estudante* (1965), *Jornal do Acre* (1966), *Correio do Oeste* (1966), *A Folha Acadêmica* (1967-1968), *Notícias do Acre* (1967-1968), *Boletim da Associação Comercial do Acre* (1967), *A Bola* (1967-1968), *Jornal do Servidor* (1968), *O Imparcial* (1968), *O Normalista* (1969), *A Folha* (1969), *O Rio Branco* (1969 até os dias atuais), *O Acre em Revista* (1971), *Nós Irmãos* (1971-1983), *O Acre* (1972), *O Pop* (1973), *O Chute* (1973), *Educação* (1974), *O Jornal* (1974-1981), *Boletim da Assessoria de Comunicação Social* (1976), *Terra* (1976), *O Barracão* (1977), *Acre Rotário* (1977), *Varadouro* (1977-1981), *Envelope* (1977-1978), *Jornal 3 de Março* (1978), *A Gazeta do Acre* (1978-1983), *O Estado do Acre* (1978), *Alternativa* (1978), *O Manifesto* (1982), *Diário do Acre* (1982-1984), *O Gafanhoto* (1982), *Folha do Acre* (1983-1986), *O Cípo* (1984), *Acre Hoje* (1984), *O Hidrômetro* (1984), *Tribuna do Povo* (1984), *Informativo Municipal* (1984), *Repique* (1984-1985) e *Informativo Voz do Campo* (1984).

Esse primeiro momento tem como perspectiva o fortalecimento da ideia de integração do Território ao Brasil, o estabelecimento dos primeiros núcleos administrativos e o auge e a decadência dos ciclos da borracha. Essas circunstâncias históricas, sociais e econômicas intensificam a publicação dos jornais. Nesse período havia dificuldades de circulação dos textos devido ao baixo índice de letramento. Porém, como citado anteriormente, o número de periódicos era grande.

A atividade jornalística começou a declinar após a reorganização política e administrativa do Acre, pelo Decreto Federal 14.383, de 1º de outubro de 1920, quando o Acre deixou de ser dividido em prefeituras departamentais (Acre, Juruá e Purus) e passou a ser unificado, criando-se o Governo Geral do Território Federal do Acre. A partir dessa mudança política, o número de jornais diminuiu, pois até então era bastante elevado quando comparado com o nível de escolaridade da população e de leitores da região. Entre os anos de 1907 a 1921, a professora Laélia Silva (1998) encontrou uma média de 13 jornais apenas no município de Xapuri.

No período de 1942 a 1961, registra-se a edição de três romances e um livro de contos (*Sapupema*/contos, *A represa*/romance de Océlio Medeiros, *Vidas Marcadas* e *Terra Caída*/romances de José Potyguara<sup>6</sup>). Outra fase acontece entre os anos de 1962 e 1990. O início desse momento começa com um marco histórico para o Acre, que passa da categoria de Território Federal a Estado. Os textos literários que circulam na época renovam a busca de identidade. Naquele momento, a literatura produzida no Acre busca redimensionar seus valores tanto em prosa quanto em verso.

Entre os anos de 1962 e 1990 surge um maior número de publicações de livros de poesia e prosa. Para a pesquisadora Laélia Silva (1998), o fio condutor da narrativa produzida no Acre é a busca pela identidade. Porém,

---

6 - Existem divergências sobre a naturalidade do escritor José Potyguara. Para pesquisadoras como Laélia Silva e Margarete Edul Prado, o escritor nasceu em 1906, na cidade de Tarauacá, no Acre. Na biografia presente na 3ª edição do livro *Terra Caída*, o autor é apresentado como sendo cearense de Sobral e nascido no ano de 1903. No presente trabalho, o autor é citado como sendo cearense, pois se toma como referência as informações contidas na edição analisada do ano de 2007.

nesse momento, abandona-se a fase da celebração da conquista do Estado e toma-se consciência das dificuldades de vida na região, criticando, por consequência, os colonizadores e processos exploratórios da floresta.

No final da década de 1970, Márcio Souza afirma em uma de suas publicações que o livro na Amazônia é uma presença ainda exótica, rara e difícil:

Se a imprensa é ainda aquela de 1900, o livro é quase uma presença exótica. Menos requisitado que o jornal, de publicação acessível apenas para os que possuem recursos próprios, geralmente velhos senhores em fim de carreira, o livro amazônico é um ente raro e difícil. O público leitor é pequeno e ainda não existe um mercado interno para este tipo de produto. O livro circula marginalmente e torna-se um cadáver incômodo nas mãos do autor (SOUZA, 1977, p. 170).

A afirmação do autor amazonense evidencia que mesmo após o término do segundo ciclo da borracha, com os investimentos econômicos e os programas de integração na Amazônia, a atividade cultural ainda recebia incentivo menor e precisava ser intensificada.

Apesar da reduzida produção e das dificuldades de circulação da literatura produzida na Amazônia e, sobretudo, no Acre, essa atividade inicial é válida pelo incentivo à leitura e pela expansão das informações sobre a região. Pode ser considerado também um meio de superação para o pouco incentivo recebido e para o isolamento cultural sofrido pelo Acre – e demais estados da Amazônia brasileira.

## 2.2. Formação social na Amazônia: a questão do Acre

Amazônia!  
Quantos segredos  
Mistérios, encantos!  
Recursos, quantos!  
Para salvar o País  
Da eterna etérea  
Dívida  
Já há muito, não devida.  
E da leviandade  
Dos seus pretensos  
Donos!  
E quantos donos  
A ti  
Essa insanidade voraz  
Traz!

*Raimundo Nonato*<sup>7</sup>

O Acre, parte do cenário da narrativa *Coronel de Barranco*, é uma região ocupada desde 1877 por muitos nordestinos. Em 14 de julho de 1899, Luiz Galvez Rodrigues de Arias, proclama o Estado Independente do Acre, ocupa o cargo de presidente e instala um governo provisório. Tudo isso com o apoio do governador do Amazonas, José Cardoso Ramalho Júnior.

Cláudio de Araújo Lima (2008) comenta na obra biográfica *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo* os verdadeiros interesses dos amazonenses nas terras acreanas:

---

7 - Poeta acreano e autor dos livros *As curvas dos rios da vida*, publicado em 2006, e *Sonhar... Amar...Viajar...*, de 2013.

A perda do Acre será, para o Tesouro amazonense, a supressão de vultosas rendas provenientes dos impostos sobre a borracha, bem como dos polpudos impostos que derivam do avolumado movimento da praça de Manaus, onde negociam as firmas abastecidas dos seringais. Será, enfim, o encerramento de uma fase de áureas larguezas e de alto estalão de vida mundana (LIMA, 2008, p. 35-36).

Com Galvez, o primeiro Decreto transforma Puerto Alonso em Cidade do Acre, cria a bandeira como símbolo do Estado, emite selo postal, ordena a convocação da Constituinte e propõe o sistema presidencialista de governo, mas com eleições indiretas, elegendo-se. E decreta ainda a fundação de centros agrícolas e pastoris medindo 25 hectares, objetivando a cultura de plantas alimentícias.

Apesar dessa estruturação, o Brasil não se interessou pelo Acre. O presidente Campos Sales continuava considerando o Acre boliviano, com base no tratado internacional de Ayacucho<sup>8</sup> assinado em 1867. Por isso, ordenou uma expedição naval da Marinha brasileira que, em 15 de março de 1900, extinguiu, sem resistências, a República do Acre instituída por Galvez.

O fracasso de Galvez não acalmou os ânimos dos amazonenses. Ao contrário, Manaus foi tomada de agitação e fervor patriótico. Acreditava-se que o Acre tinha que pertencer ao Brasil. Em meio aos discursos inflamados e caminhadas cívicas, contando com o apoio do governador Silvério Néri, foi organizada a Expedição Floriano Peixoto, que ficou conhecida como Expedição dos Poetas devido ao elevado número de jornalistas, boêmios e intelectuais que dela fizeram parte, tais como Dom Epaminondas Jácome, Vítor Francisco Gonçalves e Trajano Chacon, todos incentivados pelo jornalista Orlando Corrêa Lopes, que ambicionava proclamar a Segunda República do Acre.

Os participantes do movimento não tinham qualquer tipo de ex-

---

8 - Conhecido por selar a paz entre o Brasil e a Bolívia, o Tratado de Ayacucho ou Tratado da Amizade foi assinado em 23 de novembro de 1867. Esse tratado era composto por trinta artigos nos quais se declarava a paz entre os países e se estabeleciam relações amigáveis de navegação e tráfego, algumas que persistiram no Tratado de Petrópolis. Foram recuadas as fronteiras bolivianas a favor do Império Brasileiro, a partir dos rios Guaporé e Mamoré, passando por Beni e seguindo uma linha reta que recebeu o nome de Cunha Gomes. As embarcações bolivianas teriam acesso aos rios brasileiros a partir dali.

periência que os qualificasse para a missão. Logo, não causou surpresa o total insucesso deles quando, recém-chegados ao Acre a bordo do vapor Solimões, em 29 de dezembro de 1900. Os 132 integrantes da expedição foram facilmente dispersados a tiros de canhão, pela guarnição boliviana de Puerto Alonso, retornando pouco depois a Manaus. Nem o aventureiro espanhol nem os poetas da capital haviam conseguido reverter o quadro. O Acre continuava nas mãos da Bolívia.

Orlando Corrêa, comandante dessa expedição, convidou o seu velho amigo Plácido de Castro para combater junto a ele no meio da selva. O movimento dos seringalistas, liderado por Plácido, convocou seringueiros para uma disputa que ficou conhecida pela historiografia local como Revolução Acreana. Esse movimento permaneceu unido enquanto o inimigo comum eram os bolivianos.

Os brasileiros tinham pressa em ‘resgatar’ o Acre de volta porque a região já havia sido arrendada pela Bolívia ao *Bolivian Syndicate*. O sindicato teria o direito de explorar as terras pelo prazo de 30 anos, além de “Direitos absolutos de administração fiscal e policial. Poderes para manter um exército” (LIMA, 2008, p. 79). E isso, obviamente, não agradava aos interesses dos amazonenses que lucravam muito com a produção de borracha. O autor Arthur César Ferreira Reis também discorre sobre o assunto em sua obra *A Amazônia e a Integridade do Brasil*:

O Bolivian Syndicate, que conseguiu incorporar, com capitais ingleses e norte-americanos, sob a direção de um filho de Teodoro Roosevelt, que presidira à grande nação do Norte, contratou então com o governo boliviano a conquista e a exploração do Acre. Os poderes que lhe transferiu o governo de La Paz podiam ser compreendidos como uma verdadeira delegação de soberania. Porque o Bolivian Syndicate, por ele, assumiria o controle total do Acre. Possuiria bandeira própria, força armada, frota marcante e de guerra, lançaria a tributação e realizaria os demais serviços de valorização e de exploração, essenciais ao bom andamento do negócio (REIS, 2001, p. 139).

Contrariando a vontade dos bolivianos e dos investidores internacionais, em 6 de agosto de 1902, data de aniversário da independência da Bolívia, as tropas de Plácido de Castro tomam Xapuri e derrubam o Inten-

dente boliviano, D. Juan de Dios Barrientos. Vencida essa fase, os padrões se dividiram em grupos, alguns a favor e outros contra Plácido de Castro. A revolta armada terminou com a tomada de Puerto Alonso, sede da Delegação Nacional Boliviana, em 24 de janeiro de 1903.

No Acre, Plácido de Castro é apresentado como um herói, uma figura essencial na passagem das terras acreanas da Bolívia para o Brasil. Porém, nem todos os historiadores concordam com isso. Caso do boliviano, Hermán Messutti Rivera, que o interpreta como sendo um mercenário e não um herói nas questões que envolvem Acre-Bolívia.

Plácido era militar. Ele começou a carreira e ascendeu muito, mas, quando chegou à certa patente, percebeu que sua vocação não era aquela, porque ele queria ganhar dinheiro. Então veio para a Amazônia. Em Manaus, foi contratado para fazer incursões, limitando o tamanho dos seringais, mas contraiu malária e voltou a Manaus. Foi então que o governador José Néri, sucessor do Ramalho Júnior, contratou-o para fazer uma demonstração de força do Brasil para a Bolívia. A idéia era fazer os bolivianos desistirem de defender essa região. Por isso, ele foi enviado e também foi pago muito bem. (...) Para os brasileiros, Plácido pode ser um herói, mas, para os bolivianos, ele foi um mercenário. Um herói é alguém que dá sua valentia, sua vontade, seu suor por amor à pátria sem compensações. Mas uma pessoa que faz um trabalho de guerra, sendo paga para isso, chama-se mercenário, isso desde a Idade Média. Ele condicionava o seu proceder ao dinheiro que recebia. Um mercenário<sup>9</sup>.

Com a vitória militar, seguem-se as questões diplomáticas que resultam na assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, que valeria mediante pagamento de 2 milhões de libras esterlinas e a cons-

---

9 - Entrevista concedida ao jornalista Josafá Batista, publicada no blog do jornalista acreano Altino Machado, em 14 de jan. de 2007 (BATISTA, Josafá. *A questão do Acre*. Disponível em: <<http://altino.blogspot.com.br/2007/01/questo-do-acre.html>>. Acessado em 12 de mai. de 2013.

trução da estrada de ferro Madeira Mamoré<sup>10</sup>. A Bolívia foi indenizada juntamente com o *Bolivian Syndicate* para que houvesse desistência das terras acreanas. E o Brasil ainda teve que ceder a Bolívia mais de 1000 km de terras alagadiças, que correspondiam à região do Mato Grosso.

No caso da ferrovia, a obra se deu em duas fases (1878-1879; 1907-1912), mas foi marcada por: “morticínio em massa, (epidemias tropicais e acidentes nos locais de trabalho), deserções também em massa” (HARDMAN, 2005, p. 151). Além disso, houve greves e revoltas de trabalhadores, cujo confinamento comprometeu o êxito.

Apesar de todas as dificuldades, o Acre se tornou brasileiro. Todavia, independente do episódio chamado de Revolução Acreana, o Brasil teria que firmar tratados de fronteiras com o Peru e a Bolívia. Porém, os dois últimos ministros do Itamaraty, que antecederam o Barão do Rio Branco, não estavam se baseando no *Uti Possidetis* e sim no *Uti Possidetis Juris*. Ou seja, os ministros acreditavam que os donos das terras eram os que possuíam os títulos dela. Já o Barão de Rio Branco afirmava que os donos são os que detêm a posse da terra e não quem tem os títulos.

A Fase Militar não anexou terra ao Brasil, pelo contrário, criou um Estado Independente. O Acre brasileiro é um resultado das fases conhecidas pela história acreana de Fase da Invasão e Fase Diplomática. A Fase Militar não foi decisiva. Plácido de Castro não ‘libertou’ o Acre como diz a historiografia oficial acreana. Por exemplo, a região do Juruá só foi plena-

---

10 - Segundo Márcio Souza (2001), em 1872, uma primeira tentativa de construção tem início com o norte-americano George Earl Church. A firma P & T Collins é contratada, mas logo no início do trabalho na ferrovia uma embarcação naufraga com 80 pessoas e 700 toneladas de material. Seis anos após o início da obra, somente 3 km foram construídos. Aproximadamente, 6 mil trabalhadores morreram de malária, disenteria, pneumonia, ataques indígenas. Em 1879, a P & T Collins decreta falência, abandonando na floresta máquinas, trilhos e ferramentas. Em 1906, a Madeira Mamoré Railway Limited, de Percival Farquhar assume a obra. Em 1912, houve uma viagem de inauguração de Porto Velho a Guajará-Mirim com a presença de algumas autoridades. Em 1937, o governo Vargas rescinde contrato com Farquhar e passa a controlar a ferrovia. A maioria dos administradores era de oficiais corruptos do Exército. A ferrovia é completamente desativada em 1966, durante a Ditadura Militar.

mente legalizada em 1909 e Plácido de Castro morreu em 1908<sup>11</sup>. Além do mais, os combates com os peruanos aconteceram independente de Plácido. A Fase Militar serviu, portanto, para derramar sangue e acelerar o processo de negociação do Brasil com a Bolívia<sup>12</sup>.

Com a anexação ao Brasil, o Acre foi organizado em Território Federal, ficando subordinado politicamente ao governo federal. A subordinação causou desentendimento entre os chefes 'revolucionários' que esperavam influenciar nas decisões a respeito do Acre.

O governo federal dividiu o Território em três prefeituras departamentais independentes entre si, que levava em conta o regime hidrográfico, identificado pelos principais rios que nomeiam cada um dos departamentos da época. O Acre foi dividido em três unidades administrativas controladas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI): Alto Acre (sede em Vila Empresa, depois Rio Branco), Alto Juruá (sede em Cruzeiro do Sul) e Alto Purus (sede em Sena Madureira).

Entre os anos de 1904 e 1912 se sucederam aproximadamente 14 diferentes prefeitos departamentais. A maior parte das autoridades nomeadas para o Território era proveniente de outras localidades brasileiras, o que causou insatisfação nos acreanos e nos líderes da época. Havia a ideia de que a região precisava de ordem e disciplina, por isso a necessidade de enviar homens – geralmente militares – para administrarem e regularem as vilas e cidades do Território Federal do Acre.

Segundo o professor e pesquisador Francisco Bento da Silva (2013), no artigo intitulado *As raízes do autoritarismo no Executivo Acreano (1921-1964)*, os relatórios dos primeiros nomeados evidenciavam o quanto as lo-

---

11 - Segundo o Cláudio de Araújo Lima (2008), Plácido de Castro morreu com dois tiros numa emboscada preparada pelo coronel Alexandrino José da Silva. O coronel havia lutado com Plácido na 'Revolução', mas foi repreendido por desobedecer às ordens do caudilho. Como resposta, jurou vingança. Para a pesquisadora Maria José Bezerra (2013), o mentor intelectual do assassinato do caudilho foi Gabino Besouro, prefeito do Departamento do Alto Acre, em 1908. Bezerra afirma que essas informações podem ser comprovadas pelo autor Genesco de Castro e pelos jornais da época, publicados em Manaus e Belém.

12 - Informações extraídas do Blog de História do Acre, escrito pelo Professor Doutor da Universidade Federal do Acre, Eduardo Carneiro e pela Professora Especialista Egina Carli Rodrigues Carneiro, da Secretaria de Educação do Estado do Acre (Resumo do processo de anexação do Acre ao Brasil. Disponível em: <<http://eduardoeginacarli.blogspot.com.br/2013/04/resumo-do-processo-de-anexacao-do-acre.html>>. Acesso em 12 de mai. de 2013).

calidades acreanas eram interpretadas como insalubres e o quanto as pessoas nelas residentes eram vistas como sem capacidade e competência.

O primeiro prefeito do Alto Acre, por exemplo, Raphael da Cunha Mattos, diz em seu relatório que uma das primeiras medidas a se tornar era adotar a cidade de Xapury como sede administrativa do Departamento, pois a região do povoado chamado Empreza (depois Vila Rio Branco) era de clima insalubre e mortes causadas por doenças endêmicas que ali vicejavam (SILVA, 2013, p. 173).

Também faltavam pessoas especializadas aos novos afazeres públicos que a incipiente administração departamental necessitava, pois de acordo com o prefeito 'absolutamente apto não se encontrava ninguém para exercer cargos de maior importância, sendo muito limitado o número dos que dispõem de alguma capacidade e competência' (SILVA, 2013, p. 173).

O autor segue apresentando impressões a respeito do Acre. Por exemplo, no relatório do juiz Carlos Domício Toledo, convocado para prestar serviços, o local é definido como sendo atrasado, bárbaro, habitado por gente ignorante, rude, um lugar inadequado para florescer cidades e civilização. Diante de tal cenário, o governo federal interpretava que só uma influência externa poderia melhorar as condições de vida na região recentemente anexada ao Brasil.

O próprio Plácido de Castro, comandante da Revolução Acreana, emerge como uma liderança política nomeada interinamente como prefeito departamental do Alto Acre, somente entre 1906 e 1907. E foi com essa

insatisfação que surgem os ‘movimentos autonomistas’<sup>13</sup> que se intensificam com a crise da borracha.

A Amazônia foi pioneira na produção de borracha até início do século XX. Em 1912, a produção girava em torno das 42 mil toneladas. A queda teve início em 1913, quando a produção baixou para 39 mil toneladas. Enquanto isso, a Ásia, que produzira 3 toneladas por volta de 1900, passou, em 1913, a produzir 47 mil. Esse número aumentou consideravelmente em

---

13 - Segundo o professor Dr. Francisco Bento da Silva (2002), da Universidade Federal do Acre – Ufac, em princípio, não havia um movimento autonomista unificado. O que existiam eram vários focos autonomistas surgidos ao longo dos anos. Somente a partir da década de 1920 é que surgem, com regularidade, os jornais e panfletos autonomistas. Nos anos 30, surgem os partidos e associações autonomistas e, nos anos 1940, com o fim do Estado Novo, a tese ganha força com Guiomard Santos. Em 1904, surge na cidade de Cruzeiro do Sul, o Movimento Autonomista do Alto Juruá, formado por comerciantes e personalidades locais. O primeiro projeto autonomista do Acre foi apresentado, em 1908, pelo deputado cearense Francisco Sá e, em 1910, Justiniano Serpa, apresenta outro projeto. Ambos foram engavetados no Congresso Nacional. Em 11 de abril de 1910, comerciantes de Sena Madureira enviaram uma carta tratando da questão autonomista, ao presidente Nilo Peçanha. Em 1º de junho de 1910 ocorreu a “Revolta do Alto Juruá”, quando uma Junta Governativa toma o poder e declara criado o Estado do Acre. Esse movimento teve seu estopim quando chega à cidade de Cruzeiro do Sul, o novo prefeito nomeado pelo governo federal, João Cordeiro. Diante disso, o prefeito, que só existiu formalmente no papel, voltou para o Rio de Janeiro. O movimento era composto basicamente por seringalistas e comerciantes locais, ligados ao Partido Autonomista do Juruá (PAJ). O movimento contou com apoio de todos os proprietários, dirigidos pelo Francisco Freire de Carvalho, presidente da Associação Comercial do Alto Juruá. Para tentar ganhar apoio do Departamento do Alto Purus, os membros do movimento do Alto Juruá propuseram nomear Sena Madureira capital do “Estado do Acre” e ainda, o coronel Antônio Antunes de Alencar, então prefeito do Alto Acre, governador do Estado. Ele estava em viagem a Manaus e se mostrava pouco interessado em assumir a cadeira de governador que lhe ofereceram. Com esses entraves iniciais, provocados pela indiferença dos outros Departamentos, o movimento cruzeirense foi fragmentado e não recebeu o apoio necessário. Pouco tempo depois, o exemplo vindo do Alto Juruá reaparece no Alto Purus, cuja sede era a cidade de Sena Madureira. Em 1912, cerca de 350 pessoas se insurgiram contra o prefeito Tristão de Araripe, incendiaram a prefeitura, depuseram-no e proclamaram o Estado Livre do Acre. A insurgência contra a municipalidade foi deflagrada pelos coronéis e homens de poder da localidade. Mas o movimento foi sufocado e os opositores foram obrigados a se refugiarem no seringal Oriente. Mais uma vez, as aspirações autonomistas isoladas foram reprimidas e controladas. Em 1921, o deputado amazonense Aristides Rocha apresentou um Projeto na Câmara Federal, que visava anexar o Acre ao Amazonas. O deputado Juvenal Antunes, do Rio Grande do Norte, apresentou parecer favorável a ideia. É o estopim para a fundação em 17 de novembro daquele ano da Liga contra a anexação do Acre, composta pelos “homens de bens”. Frente a essa oposição, o projeto não foi adiante. O governo federal não queria conceder a autonomia ao Território do Acre.

1920, quando a produção já atingia 300 mil toneladas.

Em 1920, enquanto a produção da borracha diminuía, o governo federal cria um Território unificado para o Acre. Rio Branco se torna sede do governo, o que cria muita insatisfação nos Vales do Juruá e Purus. No período entre 1921 e 1927, os administradores acreanos não conseguiram criar medidas que diminuíssem a queda da borracha.

Nesse contexto, a produção brasileira foi perdendo espaço no mercado internacional e, conseqüentemente, a sobrevivência da empresa extrativista amazônica só foi possível na condição de atividade produtiva complementar às necessidades do mercado mundial.

A grande ruína causada pela concorrência da borracha asiática tornara esse empreendimento na Amazônia pouco lucrativo, levando parte dos seringais a serem desativados ou abandonados pelos seus donos. Em *Coronel de Barranco*, Cípriano é um dos seringalistas que abandona o seringal, pois foi preso na cidade de Manaus. Ele é acusado dos assassinatos da sua mulher Conchita e de seu guarda-livros, Antoninho. Enquanto isso, os seringueiros seguem sua vida no Fé em Deus, que após a derrocada da borracha, passa a ser chamado de seringal Matias Albuquerque.

A historiografia acreana afirma que a queda da borracha fez com que muitos seringueiros fugissem e abandonassem suas moradias na floresta. Porém, a obra *Coronel de Barranco* e a literatura apresentam outras possibilidades para a história. Elas dizem que apesar do colapso do extrativismo da borracha, os seringueiros permaneceram no interior da floresta e buscaram outras formas alternativas de subsistência, tais como: cultivo da terra, a caça, a coleta da castanha, o comércio de peles e madeira.

No entanto, a extração do látex não foi abandonada definitivamente. Todas as atividades proibidas anteriormente passam à rotina do seringal, dessa vez, sem cobranças por parte dos coronéis. Novamente, comprova-se com passagens do romance: “Maciel continuava no seringal que agora era chamado de Seringal Matias Albuquerque” (LIMA, 2002, p. 364); “O velho caboclo Inácio, [também continuava no seringal] curtindo no seu meio século de aguardente” (LIMA, 2002, p. 364).

A eclosão da Segunda Grande Guerra (1939-1945) e a conseqüente ocupação pelos japoneses das áreas produtoras de borracha natural localizadas na Ásia levaram os Estados Unidos a adotarem medidas drásticas, pois a falta de abastecimento dessa matéria-prima iria acarretar sérios pro-

blemas no decorrer da guerra. Diante da gravidade da situação, tornou-se urgente a busca de fontes alternativas para o fornecimento de borracha, pois a Amazônia voltaria a exportar o produto.

A Amazônia foi incorporada ao esforço de guerra com a convocação dos “soldados da borracha”<sup>14</sup>. Por isso, foram acertados os Acordos de Washington, assinados pelos governos brasileiro e americano em 3 de março de 1942. O acordo paralisava, temporariamente, um período de enorme dificuldade enfrentado no seringal.

O Brasil assina os Acordos assumindo, entre outras coisas, o compromisso de fornecer produtos para indústria bélica, caso da borracha. Foi estabelecido um fundo de financiamento, gerenciado pela *Rubber Development Corporation*. Com esse recurso, o governo brasileiro se comprometia a recrutar trabalhadores para os seringais da Amazônia.

Ainda durante a Segunda Guerra, em 1942, foi criado pelo Decreto – Lei nº 4451 de 9 de julho, o Banco de Crédito da Borracha S.A, no estado do Pará. O banco foi fundado pelo governo de Getúlio Vargas com o intuito de incentivar a atividade extrativista do látex na Amazônia. À medida que a indústria de artefatos de borracha voltada para o mercado interno consolidava-se economicamente, surgiam pressões políticas para romper a reserva de mercado.

No governo do presidente Juscelino Kubitschek, por meio do decreto 44.728 de outubro de 1958, foi revogado o monopólio da comercialização da borracha administrado pelo banco. Com essa medida, facultou-se aos fabricantes de derivados da borracha a importação do volume complementar às suas necessidades do produto, desde que respeitada a proporcionalidade de consumo da borracha vegetal produzida internamente. Como consequência, houve diminuição dos recursos do banco destinados ao fi-

---

14 - Soldados da Borracha eram os brasileiros, principalmente, nordestinos que trabalharam no corte da seringa e produção de borracha durante a Segunda Guerra. Foi prometido a esses combatentes que, após a guerra, eles retornariam à terra de origem. Na prática, a maioria deles morreu em meio à floresta, de fome, frio e de doenças como malária. Os sobreviventes ficaram na Amazônia, pois não tinham dinheiro para pagar a viagem de volta ou porque estavam endividados com os seringalistas. Segundo Pedro Martinello (1988), o número de pessoas vindas para a Amazônia e Mato Grosso na Batalha da Borracha foi de 55.339, dos quais 36.289 eram de homens aptos para o corte da seringa e 19.059 eram dependentes – mulheres, crianças e idosos. Em 1946, a imprensa local divulgou o registro de 23 mil mortos.

nanciamento das atividades empresariais na região.

Com o fim da Segunda Guerra, a rendição do Japão e a consequente liberação das colônias produtoras de látex no Oriente, acabam, pela segunda vez, os interesses pela borracha amazônica, ficando o banco quase sem funções. No ano de 1950, o Banco de Crédito da Borracha S.A. foi transformado no Banco de Crédito da Amazônia S.A (BCA). Em 1966, o governo militar muda seu nome para Banco da Amazônia S/A, ou simplesmente, BASA, que passa a operar na nova estrutura da região, a Amazônia pós-1960.

Ainda na década de 1950, um processo de ocupação do território amazônico tem início. Em 1953, houve a criação da Superintendência do Plano Econômico de Valorização da Amazônia (SPVEA). Segundo Reis (2001), há duas razões fundamentais para o propósito da valorização: estabelecer condições iguais a todos os brasileiros e garantir a segurança nacional para que ela não seja ferida pela ambição de potências desenvolvidas.

Em 1966, foi criada, pelo Presidente Marechal Castelo Branco, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio da lei 5.173 de 27 de outubro de 1966. A finalidade desse órgão era promover o desenvolvimento da agropecuária, além de integrar a região amazônica ao restante do Brasil.

A criação da SUDAM chama atenção pela justificativa apresentada em seu projeto. A Amazônia é narrada como “um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva”; e ainda: “uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais”<sup>15</sup>. A ideia de vazio demográfico é um dos estereótipos reforçados na tentativa de integração amazônica.

O vazio demográfico na Amazônia não diz respeito somente à característica de distribuição geográfica, mas, sobretudo, a um vazio histórico e discursivo. Pensa-se a região amazônica como um vazio para que ela seja preenchida livremente com o referencial dominante, com o pensamento do colonizador, como lugar exótico, pitoresco. Esse suposto vazio embasa-

---

15 - Trecho retirado da Tese intitulada *Meios alternativos de comunicação e movimentos sociais na Amazônia Ocidental*, de Pedro Vicente Costa Sobrinho, defendida no ano 2000, na Universidade de São Paulo (USP).

ria, portanto, após a década de 1950, algumas campanhas de ocupação da região, com promessas novamente de alcançar o Eldorado.

As campanhas de ocupação dão origem a um novo momento para a Amazônia. A região começa a ganhar mais relevância. Naquela oportunidade, foi esgotada a possibilidade do projeto de um desenvolvimento regional autônomo e distante do restante do Brasil. Aparece, então, um território com necessidades de integração com o capitalismo mundial.

Segundo Ana Pizarro (2012), começava-se, nas décadas de 1960 e 1970, a colocar em marcha projetos de integração nacional. Para isso, contava-se com o aval do Banco Mundial: “Os projetos foram financiados por capitais japoneses, americanos, ingleses, alemães, franceses e holandeses” (PIZARRO, 2012, p. 169).

A década de 1960 também foi marcada por iniciativas do governo militar que visavam ao desenvolvimento do país, sobretudo, da região amazônica. As estratégias para ocupação dos vazios territoriais e demográficos da Amazônia e sua efetiva integração ao conjunto da economia brasileira passaram a ser delineadas logo após o golpe militar de abril de 1964. Ortiz evidencia esse momento de reorganização econômica brasileira:

Na verdade, o golpe possui um duplo significado: por um lado ele se define por sua dimensão essencialmente política, por outro aponta para transformações mais profundas que se realizam no nível da economia (...) 64 é visto, tanto pelos economistas quanto pelos cientistas políticos, como momento de reorganização da própria economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital. O golpe militar tem evidentemente um sentido político, mas ele encobre também mudanças econômicas substanciais que orientam a sociedade brasileira na direção de um modelo de desenvolvimento capitalista bastante específico. Tal modelo, geralmente descrito através de seus traços genéricos, concentração de renda, crescimento do parque industrial, criação de um mercado interno que se contrapõe a um mercado exportador, desenvolvimento desigual das regiões, concentração da população em grandes centros urbanos, reorganiza a sociedade brasileira como um todo. O processo de ‘modernização’ adquire assim uma dimensão sem precedente (ORTIZ, 2006, p. 80-81).

O mote dessas iniciativas era a inserção de um falso nacionalismo,

que incluía a ocupação amazônica. Mas, na verdade, esse processo de ocupação fazia parte de novos aspectos do capitalismo. Como parte das iniciativas foi criada a Zona Franca de Manaus, por intermédio do Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, com sua respectiva superintendência: a SUFRAMA. Além desses órgãos, por meio da lei 5.174, de 27 de outubro de 1966, foram consolidados e criados novos incentivos, isenções e deduções tributárias para investimentos na região.

A proposta era atrair investidores estrangeiros e turistas do Sul do país, rompendo assim com o isolamento. O objetivo dos militares foi alcançado. Manaus se viu ocupada por pessoas vindas de diversas partes do país: comerciantes e compradores. Na visão dos militares, o desenvolvimento dependia das pessoas e dos investimentos vindos de fora da região.

A vida dos habitantes da Amazônia começa a ser organizada de outra forma, não somente a partir dos rios. Os projetos dos governos militares visavam extrair enormes jazidas minerais, o que determinou as condições de modernização – estradas e energia – que atraíram grande capital nacional e internacional. No pensamento da Pizarro: “As estradas fluviais deram lugar às grandes rodovias, à construção de hidrelétricas a partir de enormes diques, à abertura de grandes buracos em formas de crateras, que eram resultado das minerações” (PIZARRO, 2012, p. 167).

Como parte desse processo de ‘integração’, ‘evolução’ e ‘progresso’ da região, estavam as construções da estrada Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A Transamazônica foi iniciada em 1970 com o objetivo de ligar o Nordeste “miserável” à Amazônia “pobre”. Em menos de dez anos, a obra havia sido destruída pela floresta.

No tocante à construção da usina, ela era localizada em Tucuruí (11 km de extensão), a 400 km de Belém. Foi construída para gerar energia elétrica e para tornar navegável um trecho do rio Tocantins cheio de corredeiras. Esse processo introduziu um crescimento populacional exagerado e gerou conflitos fundiários, expulsão de terras, êxodo rural dos novos imigrantes e dos antigos (seringueiros e colonos), além da marginalização social.

Surgiram os trabalhadores sem-terra, localizados ao longo da Transamazônica. Muitos trabalhadores rurais foram retirados de suas terras. Sem o apoio do Estado, essas pessoas começaram a buscar oportunidades em seringais e garimpos na região Norte, produzindo uma paisagem deso-

ladora de desempregados.

Ainda na década de 1970, o Governo Federal criou outros programas, tais como: Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), Programa de Integração Nacional (PIN), I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em 1975, no Governo de Ernesto Geisel, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Todos esses programas visavam melhorias para região amazônica, com o objetivo de torná-la capitalista.

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 também foram marcados por conflitos fundiários na região, principalmente, no Acre. Os posseiros disputavam terras e tentavam impedir o desmatamento de seringueis. Na região amazônica, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), instalada em várias cidades, ajudava na organização dos sindicatos rurais e no impedimento da prisão de seringueiros, que lutavam para permanecer em suas terras.

Os trabalhadores rurais contavam também com o apoio da Igreja Católica que auxiliava com a ajuda das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Essas comunidades passaram a atuar na zona rural, o que causou grande desconforto aos “paulistas” – como eram chamadas todas as pessoas que vinham do Sul e Sudeste do país para a região amazônica. É importante salientar que na Amazônia, a tentativa de substituição da economia extrativista pela agropecuária não foi bem sucedida.

No Acre, a década de 1960 foi fundamental, pois a região passou de Território Federal a Estado, por força da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962. O autor do projeto foi o Deputado José Guimard dos Santos, que se tornou, posteriormente, Senador pelo Acre. O primeiro governador foi o acreano José Augusto de Araújo, empossado em 1963.

Após o golpe militar, eclode no Acre uma campanha ‘caça comunista’, que também se deu em diversos pontos do país. Na oportunidade, foram presas várias lideranças sindicais e pessoas ligadas ao governo de José Augusto, com a suspeita de atividades subversivas. O governador eleito do Acre era acusado de desordem e animosidade. A oposição afirmava que o governador daria um golpe para permanecer mais tempo no poder e realizaria uma profunda reforma agrária. José Augusto se vê, então, pressionado a renunciar e o faz. Após o governador ter renunciado, o capitão Edgard Pedreira de Cerqueira Filho intimou os deputados estaduais a emendarem a

Constituição do Estado para proceder à eleição do novo governador, cargo para o qual se candidatava.

Antes da votação, ele encaminhou um telegrama assinado por um genérico Comando Revolucionário em que afirmava que o deputado que não votasse no capitão seria preso. Cerqueira venceu por 14 votos. O único deputado que não compareceu foi Nabor Júnior. O político alegou problema de saúde para justificar sua ausência.

O Brasil sofreu com as consequências do regime militar. Na Amazônia e, em especial, no estado do Acre, a situação não foi diferente. Os militares queriam trazer a todo custo o desenvolvimento, mas sem observar os aspectos culturais, sociais e econômicos da região. Observa-se isso na passagem a seguir, extraída da obra dos professores Olinda Assmar, Iracilda Bonifácio e Gleisson Lima:

Já no caso da Amazônia, os militares planejavam tornar a região capaz de ser explorada pelas grandes empresas estrangeiras, sob o pretexto de 'ocupar para desenvolver', tomando posse das terras dos índios e seringueiros. No Acre, os empresários implantaram a agropecuária no lugar dos seringais quase falidos, através do corte sucessivo dos incentivos do governo aos seringalistas e produtores da borracha (ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 87-88).

Na década de 1970, o Estado foi marcado pela tentativa de ocupar as áreas de floresta pelo trabalho com o agronegócio. O movimento de transferência de seringais para novos donos – os fazendeiros – passou a acontecer com maior intensidade em 1971, quando o BASA suspendeu todas as linhas de crédito e financiamento aos seringalistas endividados, pois foram considerados incapazes de saldar as dívidas junto ao banco.

Nos anos de 1971 a 1975, o Acre foi governado por Wanderley Dantas. Sua gestão contribuiu para a expansão pecuarista. O governador desejava, com o incentivo do governo federal, estabelecer uma política transformadora na região e isso incluía uma economia não voltada para o extrativismo. Esse projeto, todavia, só se tornava viável com os investimentos maciços de recursos do governo federal. Dessa forma, o estado se tornaria atrativo para os investidores da agropecuária do Centro-Sul do Brasil. Eles receberiam incentivos fiscais, créditos subsidiados e o destino final dos seus produtos

seria a exportação pelo oceano Pacífico, que já era visto como solução para os processos de industrialização do Norte do Brasil, desde os escritos de Euclides da Cunha.

O escritor dedicou uma parte de seus textos sobre a Amazônia para defender a construção da Ferrovia Transacriana, não apenas como fomento à integração da região ao restante do país, mas também como uma saída para o Pacífico. É o que diz Nicolau Sevcenko (1989) em sua análise sobre o autor canônico:

Nas páginas de Euclides o Pacífico aparece como o espaço do futuro, o palco privilegiado do industrialismo e o campo final da luta entre as etnias mais poderosas. O Pacífico consagraria o ápice da evolução, que se iniciou no Oriente e agora culminaria novamente às suas portas depois de um longo e milenar percurso, fechando todo um ciclo da história humana (SEVCENKO, 1989, p. 207).

Como parte dos processos de investimento da região, o governador Dantas, iniciou uma ampla campanha publicitária no Sul do País, com vistas a divulgar para os empresários as vantagens em investir seus capitais no Acre. O *slogan* da campanha era: “Acre a nova Canaã./Um Nordeste sem seca./Um Sul sem geadas./Invista no Acre e exporte pelo Pacífico”.

Nas campanhas, todas as vantagens eram arroladas no intuito de atrair interessados: os incentivos fiscais e créditos oferecidos pelos governos federal e estadual, as facilidades de acesso à terra pelo baixo preço de aquisição, os estoques disponíveis de terras livres e supostamente regularizadas.

O movimento migratório em direção ao Acre mobilizou grandes, médios e até pequenos proprietários do Centro-Sul. Estes últimos foram atraídos pela possibilidade de se tornarem fazendeiros prósperos e bem sucedidos no ‘novo Eldorado’, pois a venda de suas propriedades de dimensões menores no lugar de origem permitia a aquisição de glebas de terras que variavam de 100, 500 até 1000 hectares.

Após ‘legalizar’ a ocupação da terra pela compra, o próximo passo seria expulsar a população que lá já estava. A operação de retirada de índios, posseiros e seringueiros passou a ser prioritária. Para que essa ação prosperasse foram mobilizados advogados, oficiais de justiça, promotores, juizes,

policiais, jagunços e pistoleiros.

Os métodos de expulsão foram os mais variados: desde a compra por preços irrisórios ou troca por lotes de área inferior ao módulo oficial à destruição das plantações; invasão de posses; proibição de desmates para o plantio do roçado; obstrução dos caminhos/varadouros, inclusive de rios e igarapés. Além disso, foram utilizadas formas violentas como espancamentos, prisões e assassinatos.

No processo de sua implantação, a pecuária extensiva de corte desorganizou, de certo modo, a produção nos seringais. A expectativa era que essa atividade fosse substituir de forma lucrativa e rápida a produção de borracha. Depois de decorridos pouco mais de 10 anos de implantação da pecuária, levando-se em conta o tempo gasto com a formação dos pastos e dos rebanhos, o criatório de bovinos já ultrapassava 500 mil cabeças.

Uma das consequências desse movimento local foi o deslocamento da população para as cidades sem contar com condições adequadas de sobrevivência. Quando os seringais falidos foram transformados em grandes fazendas, houve confronto entre índios e seringueiros nativos, pois, eles foram expulsos à força. Este fato ocasionou uma mudança grande não só na economia, mas também na estrutura populacional do Estado. Os seringueiros expulsos foram obrigados a fazer o deslocamento para as cidades, principalmente, para a capital do estado, Rio Branco, o que ocasionou o surgimento de várias áreas de invasões no local. Posteriormente, essas áreas ocupadas se tornaram bairros periféricos e a população sofreu mais uma vez com a falta de estrutura básica para sobrevivência.

Apesar de todos os investimentos na região na década de 1970, a Amazônia e o Acre continuavam áreas isoladas – geograficamente e economicamente – dos grandes centros, recebendo estereótipos ainda em virtude da influência dos primeiros viajantes que nela chegaram. E, para piorar, passaram a áreas de conflitos por posse de terra. A economia caminhava com algumas vantagens, mas a custa do sofrimento e, até mesmo, da vida dos moradores da floresta.

O imaginário amazônida gera uma forma particular de pensar a floresta, os rios, os habitantes, a paisagem e toda a encantaria que o cerca. Décadas após o término dos dois ciclos da borracha, a floresta continua sendo vista como o entrelugar. Nas palavras de Homi Bhabha (1998), o entrelugar é um terreno de elaboração de estratégias de subjetivação, ou seja,

o início de novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade.

Em outras palavras, a Amazônia e seus personagens continuavam na década de 1970 repetindo histórias e (re)construindo caminhos em busca do tão sonhado progresso. No primeiro e segundo ciclos, o recurso era a borracha. Posteriormente, os investimentos se destinaram à pecuária. Mas, apesar disso, o sujeito amazônida continuava se (re)integrando e se (re)inventando na região, que estava às margens com os processos de ‘modernização’. Em contrapartida, o estrangeiro seguia tentando encontrar o Eldorado tão sonhado e desvendar como (sobre)viver na região.

Enquanto a Amazônia vivia esses processos econômicos e históricos na década de 1970, os aspectos culturais se desenvolviam e intensificavam não só no Brasil, mas também na América Latina. As novas narrativas brasileiras, que surgiam na época, caso de *Galvez*, de Márcio Souza, rompiam com as concepções tradicionais de tempo e não se vinculavam tão somente à Europa, e sim ao Brasil com todas as suas peculiaridades.

A Amazônia é palco de uma história em que o ambiente é descrito por muitos estudiosos como nebuloso e mítico e os acontecimentos fascinam e desafiam o ser humano que tenta interpretá-lo. A região também é descrita como um espaço onde tudo é grandioso e, aparentemente, sem limites. Constantemente associada a termos como bela, rica, misteriosa, infernal, paradisíaca, muitas vezes, é vista como um gigante palco verde de história plural e literatura enriquecedora, especialmente do ponto de vista das encantarias e dos símbolos culturais que sempre marcaram o olhar sobre a região.

Tomando como referência essas observações, este trabalho se desenvolve a partir de duas narrativas – a história e a literatura – que se encontram no percurso das personagens da obra *Coronel de Barranco*. Esse pensamento corrobora com as ideias de Marc Bloch (2001), quando afirma que os historiadores creem que a literatura tem muito a contribuir com a história. E é sob o viés da literatura que se enxerga aqui parte importante da história amazônida, de seu imaginário e de sua cultura.

### 2.3. Culturas amazônicas: uma construção do imaginário

O segredo da verdade é o seguinte, não existem fatos, só existem histórias.

*João Ubaldo Ribeiro*

Para analisar o imaginário social a partir do romance *Coronel de Barro Preto* são necessários alguns passos nos bosques da teoria e da tradição literária amazônica, além de incursões frutíferas na história. As duas narrativas têm o real como referente para representá-lo.

O imaginário pode ser designado como sendo todas as imagens (cinematográfica, pictórica, escultural, tecnológica etc.), figuras de memória, guardadas no inconsciente coletivo de uma sociedade. Esse conceito abrange todas as representações, as formas de pensar e as experiências humanas. E para conhecê-las é preciso compreender também o sistema social, a economia, as culturas, as relações de classe, as formas de comunicação, entre outros aspectos.

O estudo do imaginário aprofundou-se com os trabalhos dos fundadores de *Annales* – Marc Bloch e Lucien Febvre. Mas foi a terceira geração desse movimento que deu ênfase especial ao assunto com seus estudos sobre mentalidades e culturas. Nesse contexto, a pesquisa historiográfica passou a admitir, no seu campo de investigação, aspectos considerados irrealis, demolindo o conceito de que o concreto era mais importante que o abstrato.

A partir disso, pode-se afirmar que a Nova História Cultural incorporou a literatura às suas fontes de pesquisa sobre questões culturais. A análise literária efetuada nessa perspectiva possibilita a indagação da literatura sob os aspectos social, cultural e histórico. Desse modo, intensificam-se os vínculos entre a ficção e a realidade. Em outros termos, a literatura deixa de ser entendida pelo historiador como fantasia, como atividade descompromissada, proveniente da imaginação e destinada somente ao entretenimento.

mento.

No século XIX, os escritores brasileiros já se preocupavam com a representação da Amazônia, mas os viajantes e os exploradores estrangeiros falam sobre a região desde o século XVI. A viagem de Francisco Orellana (1540-1542), a primeira que se tem notícia na Amazônia, abre os olhos do Ocidente para o universo privilegiado da natureza e a multiplicidade da riqueza amazônica.

A escrita da narração de fatos referentes à região tem o seu surgimento no relato de frei Gaspar de Carvajal. O relato do cronista remete ao imaginário incorporado pelos europeus sobre a figura do outro e comprova o fascínio despertado no Velho Continente a respeito do interesse pela alteridade cultural, social e política<sup>16</sup>. No dizer de Ana Pizarro, os viajantes vão encontrar o que o imaginário deles já havia criado, antes mesmo de sair da Europa:

Para o viajante, o que espera ver e encontrar já havia sido ditado por suas leituras, seus temores, suas fantasias, toda a informação fabulosa que reuniu em seu meio. De algum

---

16 - Carvajal elabora importantes descrições sobre a população que encontra na Amazônia, durante o percurso do rio Amazonas. O cronista retrata as populações amazônicas ainda intocadas pelos efeitos da ocupação europeia e descreve províncias ribeirinhas cujos habitantes se diferenciam, aos olhos exploradores, pela indumentária ou enfeites, pelas armas e pelo tipo de moradia. Além de Carvajal, Pedro Teixeira também fez uma expedição importante, saindo de Belém em 1637. Alonso de Rojas teve acesso ao roteiro de viagem desta expedição e escreveu, em 1639, o *Descobrimento do Rio das Amazonas e suas dilatadas províncias*. Em Quíto, Teixeira se vê obrigado a embarcar Cristóbal de Acunã, que vai escrever crônicas de acordo com os interesses espanhóis. Em 1641, ele escreve a obra *Novo Descobrimento do grande rio Amazonas*. Nos anos de 1735 a 1745, o cientista Charles Marie de La Condamine, membro da Academia das Ciências de Paris, também fez expedições à região amazônica. Levou à Europa informações sobre espécies vegetais e seu aproveitamento pelos indígenas, na confecção de artefatos produzidos com uso de borracha, como botas, garrafas e bolas. O cronista observa os indígenas e descreve as diferenças de peles, de alimentos, dos costumes e das relações comerciais. De volta a França, publicou, em 1745, a *Relation abrégée d'un Voyage fait dans l'intérieur d l'Amérique méridionale*. Além desses, quase todos os outros pesquisadores do século XIX – Johann Baptist Von Spix, Carl Friedrich Von Martius, os naturalistas ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace possuíam igual interesse, preocupando-se em definir características da região e de seus habitantes, dirigindo a todos um olhar preconceituoso e equivocado. Eles se interessavam pela raça e pela natureza, na tentativa de encontrar o elo perdido, sem se desvencilhar da fantasia que marca as falas dos cronistas e viajantes que os antecedem.

modo, ele vai encontrar o que esperava encontrar, o que imagina de alguma maneira já está em sua cabeça. Daí sairá o imaginário de gigantes, anões, a monstruosidade do cinocéfalo, do bispo do mar, dos homens com rabo, dos orelhões (PIZARRO, 2012, p. 67-68).

Tanto as crônicas de descobrimento, os relatórios de viagens científicas quanto as obras literárias inaugurais, principalmente, as escritas dos cronistas de viagem e missionários espanhóis a serviço da Espanha nos séculos XVI e XVII, apresentam a Amazônia como um cenário grandioso e misterioso, onde se sobressai uma floresta cortada por caudalosos rios, habitada por índios arredios e monstros devoradores, cujos perigos ameaçam constantemente aqueles que teimam em percorrê-la.

As imagens construídas por esses primeiros viajantes ajudam a compor estereótipos a respeito da região, caso da imagem da mulher, do índio e do negro. Segundo Neide Gondim (1994), as imagens do paraíso e a ideia de riqueza acompanhavam os europeus e ajudavam a compor uma imagem que pouco ou nada tem a ver com a real complexidade da região:

As imagens do Paraíso Terrestre, a fonte da eterna juventude, a riqueza adquirida sem esforço físico, as monstruosidades corporais, as fantásticas descrições da flora e fauna, as amazonas solitárias e mesmo o reino de Preste João, em muitos casos sinônimo de Grão Cã, de uma certa maneira, acompanharam os marujos, grumetes e almirantes na travessia das fronteiras líquidas do antimundo (GONDIM, 1994, p. 42).

Em sua essência, nos discursos das crônicas e narrativas de viagens sobressai o modo como foi “inventada” a identidade cultural da região e dos sujeitos que nela habitam. Esses textos buscam conservar o exotismo folclórico da imagem inventada a partir do olhar estrangeiro, mantendo um pacto com a fantasia.

Posteriormente, os escritores literários que se enveredaram a narrar os caminhos da floresta amazônica se depararam com essa ‘armadilha’ do naturalismo e dos exageros plantados por esses primeiros viajantes, limitando o olhar perante os sujeitos da região norte do Brasil.

O oeste do Brasil se tornou historicamente estereotipado, local de

fantasia, mitos e lendas. Para a pesquisadora Laélia Rodrigues da Silva (1998), são esses aspectos que povoam o imaginário daqueles que olham em direção à Amazônia:

Através da literatura, a Amazônia apresenta-se como uma realidade cujos limites mais amplos são fixados pelas falas que foram construindo durante séculos a ideia de que, nela, toda experiência humana está de algum modo envolta no mistério da floresta e das águas. A linguagem denuncia que qualquer olhar sobre essa terra está contaminado pelos mitos e lendas que se incorporam à invenção do *paraíso* e do *inferno verde* (SILVA, 1998, p. 23).

A título de exemplo, há mitos indígenas como o do Macunaíma<sup>17</sup>, retratado no romance de Mário de Andrade ou histórias que sustentam relações sociais como a que afirma que a sociedade amazônica reprimia, principalmente, no início do século XX, a mãe solteira, mas aceitava a explicação de uma criança ser “filha do boto”. Isso comprova o pensamento de Antonio Candido quando afirma que:

(...) mitos, lendas e contos são etiológicos, isto é, são um modo figurado ou fictício de explicar o aparecimento e a razão de ser do mundo físico e da sociedade. Por isso há uma relação curiosa entre a imaginação explicativa, que é a do cientista, e a imaginação fantástica, ou ficcional, ou poética, que é a do artista e do escritor (CANDIDO, 2002, p. 81).

Mário de Andrade valoriza o acervo de arquétipos populares em

---

17 - “Uma obra como Macunaíma, de Mário de Andrade, tem, reconhecidamente, o ponto de partida num herói pertencente à mitologia de povos primitivos do rio Branco, afluente do Negro. Consta que o primeiro registro desse ancestral indígena foi feito pelo alemão Theodor Koch-Grünberg, em *Von Roroima zum Orinoco*, obra em 5 volumes, publicada entre 1917 e 1928, em Berlim. Depois dele, o etnólogo Nunes Pereira, no volume inicial do *Moronguetá*, um *Decameron* indígena, de 1967, anotou duas narrativas em que Macunaíma aparece, sendo que, numa delas, com a face picaresca com Macunaíma que o autor modernista de preferência o caracterizou. Com pesquisas realizadas na Amazônia e com o conhecimento que tinha do trabalho de Koch-Grünberg, já que o de Nunes Pereira lhe é posterior, Mário de Andrade pôde realizar a rapsódia do ‘herói sem nenhum caráter’” (KRÜGER, 2011, p. 11).

luta pela implantação do nacionalismo estético-literário. Por intermédio da intertextualidade, ele dialoga com mitos de fundação brasileiros, caso da lenda da cobra-grande, o negrinho do pastoreio, o mito das amazonas, além dos relatos dos primeiros cronistas de viagem. Mas o faz de maneira diferente das crônicas de viagem, pois opta pelo caminho da desconstrução das personagens. É o caso de Macunaíma, o herói medroso, indecente, malvado e mentiroso.

A dessacralização do mito das amazonas inicia, em Macunaíma, pela postura do herói brasileiro ao encontrar-se com Ci, rainha das Icamíabas. O deslumbramento e o temor demonstrados pelos cronistas diante das amazonas dão lugar à malandragem de Macunaíma que estupra a Imperatriz das Icamíabas, tornando-se o Imperador do Mato Virgem. A violência contra os indígenas, silenciada nas crônicas dos viajantes é latente em Macunaíma.

O mito relê a antiguidade dos textos fundacionais, mas revela força em sua existência própria, promovendo sua resignificação. Segundo Loureiro (1995), o mito expressa a poética das coletividades humanas. Mítico e poético são produtos de um imaginário estetizante e, no entanto, apresentam-se como verdades aparentes ou formas de verdade, legitimadas pelo livre jogo entre a imaginação e o entendimento.

Entende-se o mito como composição do imaginário, observando-o também a partir de um conceito de Cornelius Castoriadis: “O imaginário só representa um papel porque há problemas reais que os homens não conseguem resolver” (CASTORIADIS, 1982, p. 162). Em outras palavras, o mito pode ser usado como estratégia para compor o imaginário, resolver delicadas questões sociais, além de ajudar a manter o passado vivo.

O mito não está obrigatoriamente contra a história, pelo menos é o que pensa Durval Albuquerque Júnior (2009). Ele tanto pode ser usado para remeter a um passado que se quer manter vivo, tornando o presente uma continuidade de um dado passado que se constrói, como pode ser usado para valorizar uma descontinuidade entre o presente e o passado.

De acordo com o pensamento de João de Jesus Paes Loureiro (1995), isso é a conversão estetizante da realidade em signos. No caso do boto, por exemplo, o interdito desaparece e o anormal repõe a normalidade: “O imaginário estetizante a tudo impregna com sua viscosidade espermática e fecunda, acentuando a passagem do banal para o poético” (LOUREIRO,

1995, p. 63).

As lendas e os mitos amazônicos contribuem para justificar o epíteto de exótica da região amazônica. O exotismo é um recurso recorrente da ficção que pode engessar a narrativa através da reafirmação de um cabedal do imaginário que se tem a respeito do outro.

No contexto dos viajantes, o uso do termo ‘exótico’ torna-se uma questão de poder. Como a história era narrada pelos europeus, os seus antípodas, por consequência, eram caracterizados pelo seu exotismo. Mas se os narradores fossem os nativos da região, quem seriam os exóticos? Provavelmente, uma interpretação inversa se apresentaria:

(...) o conceito de exótico era definidor de lugares e povos diferentes; no entanto, é com o desenvolvimento dos modernos Estados europeus, nos séculos XIX e XX, que o conceito passa a ser definidor das fronteiras entre Ocidente e Oriente. É nesse longo período que exótico ganha diversos matizes, tais como o nascimento de mitos modernos, a auto-exotização, a incorporação como traços culturais daquilo que muitas vezes foi extremamente atribuído ou que não tinha o peso da tradição – o que Eric Hobsbawm e Terence Ranger apropriadamente chamam de ‘invenção da tradição’ (LEÃO, 2011, p. 78).

Apesar de nem toda diferença significar necessariamente exotismo, a base da exotização é a diferença. No dizer de Luciana Murari (2009), o exotismo é a imaginação do diverso como forma alternativa de percepção do mundo, manifestando-se tanto no espaço quanto no tempo. A autora diz ainda que o exotismo não produz uma compreensão perfeita do objeto, mas permite a imediata percepção daquilo que não é possível apreender.

No caso da conceitualização europeia, a diferença do sujeito da Amazônia para o europeu estava na relação com o ambiente natural. Na concepção europeia, é preciso se afastar da natureza para se ter formação cultural. A descrição da paisagem tornou-se central para organizar o discurso a respeito da região. Dito de outro modo, tornou-se um procedimento discursivo de grande importância para uma apropriação do território, sua representação e sua própria formação.

Por isso, os relatos oscilam entre o assustador e a admiração, a elevação e o rebaixamento, a descrição entusiasmada das características e possi-

bilidades daquela nova terra ou o desconsolo com o incompreendido. Essas diferenças são percebidas na fala do pesquisador Alisson Leão:

A ideia da existência de um outro incivilizado, afundado nas trevas do mundo natural e que precisava ascender às luzes dos nossos tempos foi uma das bases da colonização. E muito disso não apenas porque o europeu colonizador via no antípoda a figura perfeita do homem bruto; mas em certa medida porque, mesmo no tempo de um nascente Iluminismo, o homem europeu ainda se encontrava, em diversos níveis sociais, ligado a tradições e superstições medievais cuja principal raiz era a relação das pessoas com o meio natural (LEÃO, 2011, p. 79).

Séculos depois do período de colonização, a Amazônia continua sendo percebida historicamente como área turbulenta, instável e imprevisível, repleta de fantasmas, doenças, misturas, violentas justaposições e “desconhecida pela imensa maioria dos brasileiros”. Pelo menos é o que afirma Milton Hatoum no prefácio do livro *Amazônia de Euclides: viagem de volta a um paraíso perdido*, escrito pelo jornalista Daniel Piza.

Piza (2010) inicia seus relatos pelos rios amazônicos afirmando obviedades: “a Amazônia não perdeu o poder de surpreender por seu porte, clima e complexidade” (PIZA, 2010, p. 49). O projeto do jornalista era refazer o percurso de Euclides na Amazônia, realizado no início do século XX, para demarcar fronteiras entre Peru e Brasil.

Ao concretizar o seu objetivo de viajar pelos rios amazônicos, suas conclusões são as mesmas do escritor canônico. O autor concorda com Cunha sobre a paisagem monótona e as oscilações entre fascínio e desespero da viagem, afirma que “não há morador da região que não tenha história pessoal para contar sobre onças e cobras” (PIZA, 2010, p. 54) e reitera que o homem do Sul se sente deslocado e exilado no Norte do país.

O jornalista também se equivoca ao fazer afirmações sobre doenças desenvolvidas na região. Por exemplo, ele afirma que a malária foi erradica-

da no Acre. Segundo o autor, o padre Paolino Baldassari<sup>18</sup> sai pelos rios em Sena Madureira “ensinando a evitar dengue e outros males que surgiram mesmo com a erradicação da malária há catorze anos” (PIZA, 2010, p. 68). Segundo dados oficiais do período de escrita do livro, os números da doença diminuíram, mas a doença ainda é uma realidade entre os acreanos:

Nos últimos anos, o Acre vem conseguindo resultados satisfatórios nas ações de controle e combate à malária, fruto do trabalho conjunto dos governo federal, estadual, municipal e comunidade. Entre os anos de 2006 e 2007 houve 48% de redução. De 2007 para 2008, 47%. De 2010 para 2011 o número de casos foi 37,9% menor. E se compararmos os anos de 2006 (quando houve o surto de malária) com 2011, a redução dos casos da doença no Acre é de 75,6%<sup>19</sup>.

Piza não é o único que interpreta limitadamente a região amazônica. Muitos outros viajantes, pesquisadores, jornalistas e intelectuais percebem o local apenas com limitações e estranhezas. Os discursos repletos de clichês, exaltados e/ou preconceituosos podem ser observados também no caso da obra *O ladrão do Fim do Mundo*, do escritor e jornalista Joe Jackson, que fez uma visita ao Norte do Brasil em 2005.

É extremamente fácil se perder para sempre em tais terras, no entanto não se pode negar o fascínio da floresta tropical. Talvez seja a percepção de que, de um segundo para outro, a vida pode mudar de uma beleza espetacular ao doce suspiro da morte e da decomposição. Um exército de pragas bíblicas jaz à espera dos incautos: a disenteria amebiana e bacilar, a febre amarela e a dengue, a malária, a cólera, a febre tifoide,

---

18 - Personagem importante na história do Acre. Padre Paolino chegou ao estado, vindo da Itália, em 1950 e, desde então, se destaca pelos serviços prestados aos moradores do rio Purus. O padre costuma fazer casamento, batizados, partos e atendimentos médicos, em que receita ervas da floresta. Também é respeitado por fazer parte de movimentos de preservação da floresta, dos indígenas e dos seringueiros.

19 - Trecho extraído da matéria intitulada “Acre avança no controle da malária”, publicada na Agência de Notícias do Acre, em 18 de mar. de 2012 (CAMPOS, Tatiana. Acre avança no controle da malária. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/especiais/18795-acre-avanca-no-controle-da-malaria-.html>>. Acesso em 10 de abr. de 2013).

a hepatite e a tuberculose. Há locais na Amazônia que sofrem com a praga dos morcegos-vampiros, onde famílias inteiras contraem a raiva (JACKSON, 2011, p. 21).

Na citação anterior, o autor expõe os medos de andar pela floresta e de perder a vida ao contrair alguma doença fatal – medo semelhante teve Euclides prestes a embarcar para a Amazônia em 1903. O escritor imaginou que contrairia malária, beribéri ou elefantíase.

Assim como o autor canônico, Jackson trabalha em seu texto com a dicotomia céu e inferno quando afirma que a vida pode mudar rapidamente de uma beleza espetacular para a morte e a decomposição. Nota-se, então, o quanto as concepções construídas a respeito da Amazônia ainda estão enraizadas no pensamento do outro/estrangeiro, que mesmo *in loco* não consegue desconstruir algumas imagens pré-concebidas.

Menos hîperbólica, porém bastante assustada, a pesquisadora Daniela Marchese (2005) também relata em sua pesquisa desenvolvida no seringal Cachoeira, no município de Xapuri, em 1997, o medo que sentiu ao caminhar pela mata fechada na Amazônia.

Ele [um acreano que servia de guia para pesquisadora] se afastou, como já havia feito outras vezes, para fazer as suas necessidades fisiológicas (...) O tempo de espera aumentou ao ponto de me fazer olhar em volta com olhos de quem procura entender a direção a tomar para sair. Tentei recordar-me por onde tínhamos acabado de chegar porque, eventualmente, deveria prosseguir mantendo aquela direção. Me limitei, porém, a dar uma volta em torno de mim mesma sem conseguir reconhecer nada. Fui invadida por uma sensação de insegurança: levantei o olhar para a copa da castanheira, alta mais de quarenta metros, recordando as palavras de alguns entrevistados que me diziam como sob aquela planta se corria o risco de ser atingido ou morto pela queda do ouriço (MARCHESE, 2005, p. 65-66).

Relatos dessa natureza ajudam a entender a visão escurecida, que o outro constrói da vida no meio da selva brasileira e o quanto é difícil romper com essas impressões sobre o medo, a grandiosidade e o mistério, sobretudo, quando os próprios moradores da região já absorveram essas ideias e ajudam a mantê-las frente aos estrangeiros.

Uma das dificuldades de romper com o imaginário e os estereótipos é o fato de que os próprios moradores da região amazônica se ‘amazonizam’, ou seja, se tornam aquilo que os outros pensam que eles são. Eles passam a viver as dicotomias e os atrasos que são atribuídos à região, acrescentando esses elementos as suas constituições identitárias.

A Amazônia é uma área cujo traço mais geral foi construído pelo pensamento externo aos que nela vivem. A região tem sido pensada, ao longo dos séculos, através de imagens construídas pelos europeus, sobre o que eles entendem a respeito da região. Por isso, o conceito de Amazônia é resultado de uma construção discursiva, como assim afirma Ana Pizarro: “Esta região do imaginário é a história dos discursos que a foram erigindo, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador” (PIZARRO, 2012, p. 33).

A Amazônia e a imagem que manejamos dela estão relacionadas com a construção desses discursos e com a forma como eles expressam a relação do homem com a natureza. Ressalta-se, ao debater a região amazônica, a constante dualidade paraíso/inferno construída, principalmente, devido à presença da selva.

Para Pizarro (2012), a selva é um centro mítico de construção do imaginário. Existem figuras ligadas à água ou à selva, que se recriam e se transformam permanentemente no imaginário popular, são elas que explicam e dão sentido a sua relação com a natureza e com os demais seres humanos.

Essa fusão entre realidade e fantasia atormenta tanto estrangeiros quanto autóctones. Por exemplo, o boto é um ser mitológico que ocupa espaço nas culturas amazônicas mesmo no século XXI. De acordo com as narrativas populares, ele seduz as jovens para engravidá-las e tem o poder de encantar homens, mulheres e crianças. Mesmo com o passar dos séculos, o imaginário permanece impregnado à população amazônica. Ou seja, ainda é possível encontrar pessoas que afirmam ter sido ‘encantadas’ pelo animal.

Na passagem a seguir, extraída de um site de notícias acreano, um morador do vale do Juruá diz que começou a passar mal, logo após ter dado um tiro em um boto. O episódio aconteceu enquanto ele pescava na companhia de um primo.

Depois de atirar num boto que estava perturbando sua pescaria Valdecir da Costa Souza, 20 anos, passou a apresentar perturbações psicológicas e afirma que os

animais estão o atraindo. Além de ouvir vozes ele vê um homem sentado numa pedra no rio tentando levá-lo para a água e o problema está preocupando os familiares<sup>20</sup>.

A família do rapaz teme o animal desde que o avô dele sumiu nas águas do rio Juruá, supostamente encantado. Depois disso, o pai, José Alberto de Souza, e o próprio filho, Valdecir da Costa Souza, também ‘sofreiram ataques’ e começaram a ver a imagem de um homem em cima de uma pedra, que afirma que eles serão levados pelo boto.

O pai pescador, José Alberto de Souza, 62, conta que também já foi vítima de um boto, quando estava com amigos madeireiros nas margens de um igarapé na fronteira com o Peru. Eles jogavam baralho quando sentiu (sic) algo estranho no corpo e via um homem sobre uma pedra no igarapé que tentava levá-lo para a água. José Alberto afirma que tudo começou depois que seu pai desapareceu nas águas do Rio Juruá, encantado por um boto. “Meu [pai] estava numa canoa que naufragou e vários botos começaram a boiar no local, ele nunca foi encontrado. Depois ele apareceu para minha esposa dizendo que estava em um boto e que eu precisava desencantá-lo. Ela me disse antes mesmo dele aparecer três vezes, depois disso nunca mais voltou”, ressaltou<sup>21</sup>.

A partir desse relato, vê-se o quanto as representações e os imaginários atravessam os sujeitos sociais, emoldurando os seus modos de construção de vida e marcando traços de sua identidade. As histórias relatadas no passado continuam sendo vivenciadas pelos moradores da Amazônia no presente, a população segue se ‘amazonizando’. Essas narrativas con-

---

20 - Trecho da matéria intitulada Pescador que atirou em boto diz que quase foi encantado e fica perturbado, extraída do site Voz do Norte. Disponível em <<http://www.vozdonorte.com.br/jornal/index.php/homepage/ultimas-noticias/1427-pescador-que-atirou-em-boto-diz-que-quase-foi-encantado-e-fica-perturbado>>, publicado e acessado em 24 de mai. de 2013.

21 - Trecho da matéria intitulada Pescador que atirou em boto diz que quase foi encantado e fica perturbado, extraída do site Voz do Norte. Disponível em <<http://www.vozdonorte.com.br/jornal/index.php/homepage/ultimas-noticias/1427-pescador-que-atirou-em-boto-diz-que-quase-foi-encantado-e-fica-perturbado>>, publicado em 24 de mai. de 2013.

tribuem, portanto, na manutenção do imaginário local. Mesmo com o decorrer do tempo, os habitantes da floresta acreditam que ainda podem ser ameaçados pelos mitos e lendas construídos ao longo da história.

Outro exemplo de imaginário mítico é a lenda das amazonas, narrativa trazida da Europa. Elas estão incorporadas às figuras básicas do imaginário devido aos relatos do frei Gaspar de Carvajal. Na verdade, segundo Pizarro (2012), o cronista dominicano projeta a cidade medieval, o único sistema social que ele conhecia, para Amazônia. Dessa forma, ele constrói a imagem de mulheres medievais habitando um lugar paradisíaco repleto de riquezas naturais.

Essas mulheres são descritas como fortes, aterrorizantes, dominadoras e erotizadas. A forma como o perfil delas é composto está relacionada não só com o conhecimento que o cronista já tinha sobre a lenda existente em outras regiões, mas também com a carência sexual vivida pelos viajantes. A expedição era longa e, geralmente, não havia mulheres. Sendo assim, a constituição do imaginário a respeito das amazonas está intimamente ligada com as carências e as necessidades físicas dos cronistas que chegavam a passar anos em expedição em meio à floresta.

Além do boto e das Amazonas, pode-se citar também o curupira, figura lendária que habita a floresta para protegê-la. Conforme Pizarro (2012), o popular personagem do curupira recebe denominações diferentes e apresenta grande vitalidade no imaginário popular atual. Ele é descrito ora como uma criatura com os pés ao contrário e, em outro momento, aparece apenas com o pé defeituoso. Há indícios na Europa da existência de uma criatura semelhante a esta. A pesquisadora afirma ainda que um personagem parecido ao Curupira está documentado no texto do cronista Acunã.

Assim como Pizarro, Marcos Frederico Krüger (2011) também acredita que o curupira é mito originário de outra região que não a Amazônia. Para o pesquisador, “pode-se admitir que a transposição do curupira à Amazônia ocorreu pela ação dos missionários, de vez que não encontramos registro dele em livros confiáveis da mitologia regional” (KRÜGER, 2011, p. 198).

Existe uma construção de imaginários desses povos que são da cultura essencialmente oral. Nessas construções, a história, os temores e as expectativas das comunidades vão se juntando num imaginário que incor-

pora as vidas individuais ao destino do povo. O universo mítico amazônico tem se confrontado com a modernização promovida por diferentes instituições e em diferentes momentos. Porém, esses 'seres encantados' seguem ocupando um lugar de destaque na vida das comunidades amazônicas.

O imaginário está inserido em um campo de representação e, como expressão de pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade. Mas essas imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho. Porém, precisam ser resgatadas.

De acordo com Sandra Pesavento (1995), o imaginário é sistema produtor de ideias e imagens que suporta as duas formas de apreensão do mundo: a racional e a conceitual. A autora considera ainda que o imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente.

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelho onde o 'verdadeiro' e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a reprodução do ser e parecer (PESAVENTO, 1995, p. 24).

No livro *Olhos de Madeira* (2001), Carlo Ginzburg traz um ensaio sobre a origem da palavra representação. A origem do termo remonta ao século XIII, chamando-se *représentation* aos manequins de cera exibidos junto ao cadáver dos reis franceses e ingleses durante as cerimônias funerárias. Enquanto o soberano era velado, a presença do manequim era um testemunho à transcendência do rei e a sua presença futura do mundo dos mortos. O manequim tinha a função de lembrar aos presentes que o rei havia assumido outra forma e nessa nova forma, o rei continuaria presente para seus súditos.

Assim, desde sua origem a palavra representação está associada a uma forma abstrata de descrição do mundo. O uso do manequim como representação do soberano morto é apenas um exemplo do problema mais

geral da construção de abstrações que descrevem o mundo. Por outro lado, “a representação faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (GINZBURG, 2001, p. 85).

A representação envolve uma relação ambígua entre a ‘ausência’ e a ‘presença’. No caso, a representação é a presentificação de um ausente. Um dos sentidos de representar é falar em nome do outro, colocar-se no lugar de outro distante no espaço e no tempo, estabelecendo relações. As representações do mundo social não se medem por critérios de veracidade ou autenticidade, mas sim pela capacidade de mobilização e credibilidade.

Nesse contexto, a tarefa do historiador e do literato é construir uma representação a partir das que já estão feitas. Dessa forma, as narrativas têm a tarefa de repensar o passado, oferecendo uma nova leitura. A partir disso, o critério da veracidade pode ser substituído pelo da verossimilhança.

No que se refere à construção do imaginário amazônico e a seus processos de representações, pode-se citar como exemplo o importante papel da elite das cidades de Manaus e Belém, no período dos ciclos da borracha. Ela via os caboclos como preguiçosos, exploradores e ladrões. Os europeus tinham essas mesmas impressões sobre todos os colonizados.

Para comprovar o pensamento a respeito dos caboclos, Loureiro (1995) afirma que eles eram descritos como: “ignorantes, incapazes de assimilarem os padrões de modernidade que a cidade oferece, sem ambições pessoais, de fala típica e ridícula, interioranos, primitivos, aos quais se adita omissão dos poderes públicos” (LOUREIRO, 1995, p. 33-34).

Assim, a elite foi responsável por manter e disseminar o pensamento a respeito dos trabalhadores do seringal, levando em consideração os seus interesses pessoais. Quanto menos credibilidade eles tivessem, menos valeria o seu trabalho. Por consequência, mais vantagens seriam oferecidas a vida financeira dos seringalistas/coronéis de barranco.

Os caboclos não estão diretamente voltados para o comércio. Daí a intensificação do estereótipo de preguiçoso atribuído ao longo dos tempos. Apesar disso, garantem sua sobrevivência e ocupam seu tempo com a caça, a pesca, a limpeza de igarapés, a preparação de festas de santos e muitas outras atividades.

O modo de viver e o trabalho do caboclo são considerados pelos segmentos mais abastados da população como primitivos e inferiores. O

desapego aos bens materiais também é avaliado de forma negativa. Esse é um dos assuntos narrados por Cláudio de Araújo Lima explícito na fala de coronel Cipriano:

O senhor vai aprender com o tempo, caboclo aqui do Amazonas não tem tutano para enfiar a cara na mata. Só quer viver em beira de lago e de rio, pescando. Coisa de cabra preguiçoso. Só o senhor vendo, um peste desses é capaz de ficar uma porção de tempo parado que nem uma estátua, esperando a hora de sapecar o arpão em cima dum peixe-boi. Mas bota o safado pra cortar seringa. Pois sim. Isso é coisa pra cearense, cabra safado de ganância, mas bom na machadinha (LIMA, 2002, p. 134).

O próprio conceito de coronel é uma construção imaginária, uma 'ficção verbal', baseada no que se processa socialmente. E é a partir dessas representações que se constrói o imaginário social não só desses sujeitos, mas, sobretudo, da região amazônica. Por outro lado, a forma como se observa o imaginário de uma região não é unificada e inflexível, pode mudar conforme o tempo, o contexto e a estrutura social.

Outro aspecto importante na constituição do imaginário amazônico é a relação do sujeito com a natureza. Enquanto os autóctones viviam suas vidas e se relacionavam pacificamente com a natureza para manter sua sobrevivência, o comércio da borracha crescia e exigia mais mão de obra humana e uma relação diferenciada com a floresta. Em outras palavras, uma relação exploratória. A ideia de que o povo da região é não civilizado e selvagem foi enfatizada ao longo dos tempos em virtude da relação que o homem e a mulher da Amazônia estabelecem com o meio natural.

A literatura tenta representar as personagens de papel com hábitos, costumes e tradições semelhantes às personagens da vida real, porém seu discurso institui uma verdade própria. Por intermédio das narrativas literárias, é possível romper com ideias limitadoras e reducionistas construídas e fixadas ao longo dos séculos. Além disso, as narrativas permitem ainda a criação de novas representações.

No caso das personagens amazônicas, elas vivenciam práticas particulares com o seu lugar. E isso pode ser caracterizado de processo simbiótico. Em outras palavras, as práticas cotidianas em relação ao trabalho, ao serviço doméstico, a busca pela comida e pelo prazer se efetivam no

entrelaçamento com o rio, a floresta e com a natureza de uma forma geral.

Essa relação entre o sujeito ribeirinho/caboclo/seringueiro, natureza e espaço onde vivem, caracteriza a ficção amazônica por fazer parte dos códigos culturais da região. Como parte desse processo, tem-se o rio. Ele é o elemento que leva e traz o necessário à sobrevivência do homem em meio à floresta. É o elemento diferenciador, pois são as águas que isolam, mas também fornecem a alimentação, separam a vida na cidade da vida no seringal; os hábitos requintados dos hábitos simples e desprovidos de qualquer luxo. O rio cerca a floresta – plantas, flores, bichos. Tomando como base o dizer de Leandro Tocantins: “Os rios são estrada obrigatória, entrada para a conquista do deserto verde” (TOCANTINS, 1982, p. 7).

O espaço geográfico amazônico é essencialmente aquático, por isso Leandro Tocantins (1982) afirma que a história do homem desta região se confunde com a dos rios, uma vez que ele precisa se adaptar, aprender a conviver, em fusão, com os caminhos das águas. O rio é um elemento físico diferenciador, faz parte da paisagem, mas é interpretado como sendo obstáculo/inimigo para o ‘outro’ que adentra na floresta.

O rio integra o ambiente das personagens ficcionais amazônicas. Ele é o referencial para o desenvolvimento da vida, pois uma vez no seringal, todos eram postos distantes dos núcleos urbanos. Logo, o único meio hábil de transporte até a cidade seria pelo rio:

A biografia humana passa a ser contada a partir do rio. O rio, espécie de papai grande. Porque ninguém é filho de tal lugar (excetuando as cidades), ou vem ou vai para esse lugar. E sim, nasceu no Juruá, vive no Purus, casou no Acre, corta seringa no Madeira, mudou-se para o Yaco. Se é imigrante nordestino, e dos sertões, ele, que se acostumou a pisar em securas de terra, estranha tanta água, tanto rio de viajar, canoa e remo ao invés de cavalo e sela (TOCANTINS, 1982, p. 8).

Complementando o pensamento de Leandro Tocantins, Pizarro (2012) afirma que o rio aparece “armado de uma aura, construído com o recurso poético da humanização da natureza” (2012, p. 60). Falar da Amazônia é identificar seus ‘caminhos líquidos’, os rios, e ressaltar a existência de sua floresta. Porém, os escritores não podem se pautar apenas pelo exagero descritivista de paisagens naturais, pois, dessa forma, somente reafirmam

conceitos e valores, por vezes, estereotipados e/ou hiperbólicos a respeito da região.

Quando sem exageros e a sua medida, as narrações sobre a relação sujeito-natureza podem significar uma tentativa de aproximação da realidade amazônica com o leitor ‘estrangeiro’. Seria uma forma de fazer com que houvesse um reconhecimento da realidade desconhecida do leitor com as situações vividas nessa localidade.

No caso de *Coronel de Barranco*, a estruturação do romance sugere a disposição de encenar uma mudança no pensamento, em direção a algo que ultrapasse a simples exotização dos aspectos naturais. Valorizam-se, portanto, nessa obra, muitas características da região, além dos aspectos culturais, sociais e econômicos. Nela, a Amazônia não é tratada nem de forma homogênea e nem muito menos de forma pitoresca.

Apesar disso, reconhece-se, que os discursos não nascem no vazio, eles trabalham com informações já existentes, dando-lhes novos contornos e sentidos. Em decorrência disso, a influência dos primeiros viajantes e dos cronistas estará sempre presente de alguma forma na imaginação literária e histórica daquele que se lança na pesquisa e, por consequência, nos escritos amazônicos.

Ao longo dos tempos, as várias vozes que discorrem sobre a Amazônia ajudaram na composição desse cenário híbrido e multifacetado. Por intermédio dos discursos e imagens conflitantes, elaborados tanto por viajantes quanto por autóctones, formou-se um constructo cultural da região.

João de Jesus Paes Loureiro (1995) afirma que o sujeito amazônico navega culturalmente num mundo *sfumato* (palavra italiana que significa esfumado dos desenhos. Na pintura é um efeito produzido pelo uso da estopa, ao invés do pincel) que funde os elementos do real e do irreal numa realidade única, na qual o poético vibra e envolve tudo em sua atmosfera. Dessa maneira, ele cria uma cultura de grande beleza e sabedoria, transformando o *habitat*, onde desenvolveu seu projeto pessoal e social de vida. E “provoca a interpretação das realidades do mundo físico com as do mundo surreal, criando uma zona difusa na qual a imaginação e o entendimento reproduzem o jogo que possibilita a existência da beleza” (LOUREIRO, 1995, p. 38).

Em muitas obras literárias e até mesmo nas narrativas históricas, o ciclo da borracha reforçou o sentimento de inferioridade cultural nativo

face à cultura ‘de fora’, ‘estrangeira’ e a dependência aos modelos e às influências culturais europeias. Muitas abordagens dadas à região mostram o período próspero da borracha como sendo uma fase em que se deu uma forte subordinação aos padrões do Velho Mundo, uma verdadeira *Belle époque*, e que serviu como estimuladores do imaginário dos ‘outros’ sobre a Amazônia.

Porém, não se pode achar que somente os ciclos econômicos interferiram na formação da região. Desde a chegada do homem à Amazônia, passando pela busca do Eldorado nos ciclos da borracha (final do século XIX e início do XX), até mudanças econômicas como a tentativa de inserção da pecuária como substituição da borracha, além de todos os processos ocupacionais da região também acrescentaram importante legado a essa parte do Brasil. Cada elemento desses ajudou na formação das culturas amazônicas e na construção de sua poética como imaginário.

# 3 HISTÓRIA E LITERATURA: O ENTRECRUZAMENTO NARRATIVO

Com o tempo descobri que não se pode inventar ou  
imaginar o que der na telha,  
porque se corre o risco de dizer mentiras,  
e as mentiras são mais graves na  
literatura que na vida real (...).

*Gabriel Garcia Márquez*

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos evidenciados com a Nova História Cultural, observa-se que a História e a Literatura se esforçam na captura de aspectos da vivência humana e da representação do real. As duas narrativas têm por objetivo a reconfiguração de um passado “real” ou “imaginário”, em que critérios como o da credibilidade e o da verossimilhança são observados.

A Nova História permite o diálogo entre as duas áreas de conhecimento e incorpora a vida cotidiana, as atitudes e os sentimentos de coletividade à história. Essa área do conhecimento se interessa por toda a atividade humana. O que era considerado fixo e imutável passa a ser uma construção cultural propícia a variações, tanto no tempo quanto no espaço. Isso significa dizer que a realidade é uma construção social, em que as opiniões das pessoas comuns também são consideradas como fontes histó-

ricas e podem mudar constantemente.

Na busca da construção de conhecimento sobre o mundo, o historiador pode recorrer ao texto literário. Por sua vez, a literatura também busca inspiração na história. Sendo assim, objetiva-se, neste capítulo, a reflexão acerca da historicidade dos textos literários e da ficcionalidade encontrada na história, vislumbrando diálogos possíveis de serem travados. Para tanto, será feito o uso do pensamento de autores como Hayden White e Dominick LaCapra, além das contraposições de Ginzburg e os apontamentos de Paul Ricoeur, Lloyd Kramer e Michel Foucault.

Segundo Kramer (2001), as novas abordagens a respeito do passado levaram a história tradicional a dialogar com outras áreas do conhecimento:

A busca de novas formas de abordar o passado levou os historiadores à antropologia, economia, psicologia e sociologia; no momento, essa busca os está conduzindo para a crítica literária. De fato, o único traço verdadeiramente distintivo da nova abordagem cultural da história é a abrangente influência da crítica literária recente, que tem ensinado os historiadores a reconhecer o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica (KRAMER, 2001, p. 131-132).

Antes da Revolução Francesa, a historiografia era considerada convencionalmente uma arte literária. No século XVII, os estudos históricos eram próximos à retórica. Falava-se em História como uma forma de expressão da Arte. Porém, os teóricos do século XVIII distinguiram o fato e a fantasia, mesmo assim, a representação dos fatos não estava desvirtuada totalmente dos elementos fantasiosos. Aqui, a oposição básica se dava mais entre verdade e erro do que entre fato e fantasia, depreendendo-se daí que muitos tipos de verdade, mesmo na história, só poderiam ser apresentados ao leitor por meio de técnicas ficcionais de representação.

Somente ao longo do século XIX que a história tentará promover sua ruptura com a literatura. No começo daquele século, tornou-se convencional, pelo menos entre os historiadores mais tradicionais, identificar a verdade com o fato e considerar a ficção o oposto da verdade, portanto um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la.

Autores como Hayden White e Dominick LaCapra tentaram, a partir de seus estudos, abrir o paradigma historiográfico da realidade e da representação dos historiadores contemporâneos. A ideia era romper com o tabu vivenciado pelos mais tradicionais que enfatizavam distinções entre fato e ficção. Assim sendo, afirma White:

Os historiadores talvez não gostem de pensar que suas obras são traduções do fato em ficções; mas este é um dos efeitos das obras. Ao sugerir enredos alternativos de uma dada sequência de eventos históricos, os historiadores fornecem aos eventos históricos todos os possíveis significados de que a arte da literatura da sua cultura é capaz de dotá-los (WHITE, 1994, p. 108).

White acredita na necessidade de ampliar o viés da linguagem e aproximar a história dos preceitos linguísticos. Para os dois autores, White e LaCapra, a ênfase sobre a linguagem, as estruturas narrativas, o diálogo e as categorias imbricantes têm importantes funções no sentido de auxiliar os historiadores a repensar a natureza tanto da historiografia quanto da realidade histórica.

A literatura sugere formas alternativas de conhecer o mundo e representar a vida, o pensamento e as palavras. Por isso, esses autores defendem a ideia de que os historiadores poderiam recorrer à literatura tanto quanto recorreram à ciência ou às ciências sociais.

Segundo White (1994), a história tradicional passou a ser contraposta à ficção e, sobretudo, ao romance, como a representação do real em contraste com a representação do possível ou apenas do imaginável. E assim nasceu a ideia de um discurso histórico que consistisse em afirmações exatas sobre um domínio de eventos que eram observáveis em princípio, cujo arranjo na ordem de sua ocorrência original lhes permitisse determinar com clareza o seu verdadeiro sentido ou significação:

O objetivo do historiador do século XIX era expungir do seu discurso todo traço do fictício, ou simplesmente do imaginável, abster-se das técnicas do poeta e do orador e privar-se do que se consideravam os procedimentos intuitivos do criador de ficções na sua apreensão da realidade (WHITE, 1994, p. 139-140).

White acrescentou ainda que os historiadores do século XIX se acharam “presos à ilusão de que seria possível escrever história sem recorrer absolutamente a qualquer técnica ficcional.” (WHITE, 1994, p. 141). Os autores tanto do século XVIII quanto do XIX eram eruditos e transformaram a história em método para o estudo de questões relacionadas à economia, sociedade, política, psicologia e ao direito.

Essas disciplinas desafiaram a história e buscaram, por sua vez, retirá-la do posto de discurso universal e unificador das ciências humanas. A história buscou distanciar-se da literatura porque queria se tornar uma disciplina autônoma. História e literatura mantiveram, portanto, pontos de uma delicada relação.

Nos séculos XVIII e XIX, a literatura estava buscando novas definições para si, enquanto a história mantinha-se preocupada com a busca pela verdade. Primeiramente, a história precisava livrar-se da ideia de ficcional por causa da associação com a literatura para então adquirir um novo estatuto que lhe garantisse acesso à comprovação de fatos.

Conforme o dizer de White (1994), os historiadores continuavam a acreditar que interpretações diferentes dos mesmos eventos são distorções ideológicas e/ou dados factuais inadequados. Eles acreditavam também que, se fosse possível a abstração da ideologia e se permanecesse fiel aos fatos, a história produziria um conhecimento tão certo quanto qualquer informação oferecida pelas ciências físicas e tão objetivo quanto um problema matemático. A ciência, para eles, era a forma de produção de verdades, por isso a necessidade de uma história nos moldes cientificistas.

Os historiadores ignoravam, entre outras coisas, as diversas interpretações textuais possíveis. A história não é um processo contínuo e retilíneo, ela é uma área de conhecimento composta de fragmentos dispersos, que podem receber múltiplas interpretações. A respeito desse ponto de vista, o italiano Carlo Ginzburg (2009) afirma sobre a necessidade de se estar atento aos detalhes para analisar documentos e, então, revelar informações desconhecidas até o momento. Dessa forma, a análise dos indícios ganharia em credibilidade e em aproximação com o real, pelo menos era assim que pensava o crítico de White.

No século XIX, o documento representava a realidade e a comprovação de que seu uso tornava a história distante da imaginação. Muitos pesquisadores acreditavam que a ficção impedia uma visão verdadeira dos

fatos, a transparência, a objetividade e a autenticidade. Baseado nisso, a história organizava-se no conceito de verdade, observando as informações constantes das fontes e dos testemunhos possíveis de serem comprovados. LaCapra confirma as imbricações das duas narrativas no século XIX:

In the nineteenth century, the novel and narrative history often exhibited noteworthy parallels. Masters of narrative could be found in both areas of prose discourse (...) Toward the end of the nineteenth century, there is by contrast a parting of the ways in historical and novelistic narrative. Narrative in history tends, with some exceptions, to remain set in nineteenth-century ways. Developments in narrative history tend to be on the 'scientific' level of better documentation and data collection, and in line with these developments Ranke is probably the most widely emulated narrative historian<sup>22</sup> (LACAPRA, 1996, p. 122).

Porém, na literatura, os romancistas e seus leitores sabiam perfeitamente distinguir a realidade do gênero romance realista: “O romance realista corta o mundo em pedaços e monta-o de novo de formas distintas. A sua realidade é estilizada – forçada e torcida – para servir às exigências do enredo e do desenvolvimento de personagens criados pelo autor” (GAY, 2010, p. 14).

Ainda segundo Peter Gay (2010), o romance é uma das realizações notáveis da civilização moderna e pode ser lido de diversas formas: “como uma fonte de prazeres civilizados, como um instrumento didático que serve ao aperfeiçoamento pessoal, como um documento que abre portas para sua cultura” (GAY, 2010, p. 15). Semelhante pensamento tem Ricoeur (2010) sobre as diversas leituras textuais, quando afirma que um mesmo texto pode ser lido como história ou literatura, ficando a critério do leitor a interpretação e o encaminhamento dado.

---

22 - Em tradução livre: “No século XIX, o romance e a história narrativa exibiram muitas vezes ideias paralelas. Mestres da narrativa poderiam ser encontrados em ambas as áreas de discurso em prosa (...) Por volta do final do século XIX, há uma separação de caminhos na narrativa histórica e romanesca. A narrativa na história tende, com algumas exceções, a permanecer definida como no século XIX. A evolução da história narrativa tende a estar no nível científico de uma melhor documentação e coleta de dados, e em linha com estes desenvolvimentos Ranke é provavelmente o historiador narrativo mais amplamente imitado” (LACAPRA, 1996, p. 122).

O autor de *Trópicos do Discurso* assevera que história e romance, se vistos apenas como artefatos verbais “são indistinguíveis uns dos outros” (WHITE, 1994, p. 138). E isso só acontece porque ambos desejam oferecer uma imagem verbal da ‘realidade’. Mas a imagem “da realidade assim construída pelo romancista pretende corresponder, em seu esquema geral, a algum domínio da experiência humana que não é menos ‘real’ do que o referido pelo historiador” (WHITE, 1994, p. 138).

Segundo a pesquisadora acreana Olinda Assmar (2003), o texto literário não é a realidade, mas também não se isenta dela. Por isso, a necessidade de “introduzir um terceiro elemento, o imaginário, que se articulará, também com o real” (ASSMAR, 2003, p. 34). A autora segue argumentando que na busca de traços ‘reais’, é possível identificar contextos socioculturais e influência literária prévia. Isso acontece, como já foi dito nesta obra, porque o ‘real’ não é uma cópia do passado, mas é uma referência de sua construção imaginária, um indício desse passado acontecido.

Enquanto a literatura buscava suas fronteiras entre o real e o ficcional, a história continuava caminhando com pretensões científicas. Era preciso se distanciar da literatura para que a história pertencesse ao grupo das disciplinas científicas. A história mantém-se, portanto, com a ideia de expressar o real, baseando-se na sua concepção positivista que afirmava não ser viável uma relação história-literatura.

Sob a influência do Positivismo e com maior contato com documentos, a história passa a ser definida como uma ciência autêntica, construindo sua especificidade em relação à literatura. Dessa forma, ela se preocupa com a veracidade dos fatos, a objetividade da pesquisa e das informações divulgadas.

De acordo com as ideias de White (2008), essa exigência de cientificidade da história representa apenas uma preferência por uma modalidade específica de conceitualização histórica. A ruptura que acompanhou o afastamento da história em relação à literatura também se fez de maneira gradativa, como afirma Kramer:

Toda disciplina é constituída por um conjunto de restrições ao pensamento e à imaginação, e nenhuma é mais tolhida por tabus do que a historiografia profissional. Esses tabus impedem o uso de *insights* originários da arte e da literatura,

pois forçam os historiadores a enfatizar as distinções entre fato e ficção (KRAMER, 2001, p. 136).

Os historiadores fazem uso das evidências para saber mais sobre o passado encontrado. Eles buscam no passado ajuda para ‘inventá-lo’ após a seleção de fontes e a interpretação documental, que, por sua vez, originam os fatos. Porém, para os historiadores essa fabricação é limitada pelos vestígios encontrados e pelos critérios estabelecidos por métodos históricos. Ao selecionar documentos, a história teria a função de (re)criar o passado, compondo um enredo para a recuperação de significados.

A importância dos documentos e a sua crítica são o centro da produção historiográfica, mas Hayden White diz que “os documentos históricos não são menos opacos do que os textos estudados pelo crítico literário” (WHITE, 1994, p. 106). Além do mais, de acordo com o pensamento do autor, o conhecimento das pessoas sobre o passado sempre pode aumentar.

Os historiadores mais tradicionais deram mais atenção aos eventos e fatos do que à linguagem que os ordena, contrariando o pensamento de Hayden White e Dominick LaCapra, bem como o de Foucault, que acreditavam que as ciências humanas deveriam priorizar a linguagem. Esses autores sempre questionaram as fronteiras que separam a história da literatura e da filosofia, contestavam também as tendências dominantes da historiografia, além de focalizarem no papel da linguagem e nas concepções da realidade histórica.

Na história sempre estiveram presentes a linguagem, a leitura, o texto, a retórica. Trata-se agora de colocá-los no centro da investigação, assim como faz a literatura. A ênfase sobre a linguagem, a textualidade, as estruturas narrativas e o diálogo são importantes porque auxiliam os historiadores a repensar a natureza tanto da historiografia quanto da realidade histórica.

Para Foucault (1999), a linguagem é central e constituinte das ciências humanas. É através dela que é possível o sujeito conhecer o mundo e a si, representar o seu pensamento, ter ciência da sua condição, da sua finitude. Ela permite também a ordenação e a representação do pensamento humano.

Ainda de acordo com as ideias foucaultianas, não é o homem que pensa a linguagem, mas é a linguagem que pensa o homem. E isso acontece porque o ser humano é formado por ela. Assim, ele está inserido numa

espiral sem fim na qual falar do homem é falar da linguagem e vice-versa.

Contrariando esse pensamento, os historiadores tradicionais não valorizaram devidamente a linguagem no que se refere ao processo de construção histórica. Há uma tendência na história tradicional de ler os textos de forma unidimensional. Embora discutissem a questão das técnicas com foco no objeto, os historiadores ligados a uma visão mais tradicional, com ênfase na análise dos documentos e fontes, consideravam a linguagem como neutra e não a discutiram.

Nesse modelo, a escrita deveria ser a mais direta possível para que houvesse distância do historiador em relação ao seu objeto. Com esse pensamento, eles ignoravam o fato de que não se pode haver conhecimento sem a interferência do sujeito que escreve a história. Assim como acontece com o literato, não é possível exigir imparcialidade e neutralidade do historiador, pois ele precisa tomar posicionamentos na narrativa perante as informações encontradas e essas posições podem interferir nos encaminhamentos da história.

Segundo White, “o historiador defronta o campo histórico mais ou menos da mesma maneira que o gramático defrontaria uma nova língua” (2008, p. 45), portanto não há como considerar a linguagem neutra ou ignorar suas interferências. É por isso que, segundo Kramer (2001), repensar as fronteiras da linguagem constitui um meio de repensar e ampliar as fronteiras da erudição histórica.

Como dito anteriormente, o historiador é um construtor de texto assim como o literato. No que se refere à região amazônica, historiadores e ficcionistas se apropriaram de discursos semelhantes para contribuir com a formação do imaginário local. Exemplo disso é a dicotomia inferno verde/paraíso tropical que persiste até os tempos atuais tanto na historiografia tradicional quanto na literatura de expressão amazônica.

Para Kramer (2001), o texto é uma rede de resistências, um diálogo. Os textos ou realidades sociais do passado evoluem por meio de diálogos sociais constantes, que devem ser examinados e abordados a partir de um grande número de perspectivas e que não podem ser simplesmente reduzidos a um singular e monológico significado. Em outras palavras, as narrativas não podem apresentar uma grande e múltipla região, caso da Amazônia, como sendo possuidora de características unicas. Os variados estudiosos da região não podem vê-la com aspectos limitadores e sempre desenhada

com os mesmos contornos.

O acesso ao passado está condicionado a sua existência como texto, ou seja, seus documentos e suas evidências também são textuais. Por isso, o sentido de um escrito não se reduz ao que quer dizer o autor, nem ao que quer entender o leitor. A significação da escrita ocorre dialogicamente nesse espaço entre um e outro. Não existindo, portanto, uma verdade única e sim verdades, no plural. E são essas múltiplas verdades que precisam emergir sobre a região Norte do Brasil para que as interpretações não permaneçam sendo, pelos próximos cinco séculos, reducionistas.

White (2008) examina a historiografia como uma estrutura verbal ou discursiva e sustenta a ideia central de que a mente não é capaz de explorar o real sem a linguagem. Em outras palavras, sem a linguagem não há como expressar o pensamento. O autor acrescenta:

Em suma, o problema do historiador é construir um protocolo linguístico, preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual irá caracterizar o campo, e os elementos nele contidos, nos seus próprios termos (e não nos termos em que vêm rotulados nos documentos) e assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa (WHITE, 2008, p. 45).

A literatura é considerada por alguns estudiosos da história como narrativa inferior, menos séria, menos objetiva, mas que proporciona à história sua referência. Apesar disso, permanece na história enquanto linguagem, leitura, texto. Ela “sugere formas alternativas de conhecer e descrever o mundo e usa a linguagem imaginativamente para representar as ambíguas e imbricantes categorias da vida, do pensamento, das palavras e da experiência” (KRAMER, 2001, p. 158).

O estudioso Hayden White considera ainda que a obra historiográfica é “estrutura verbal na forma de discurso narrativo em prosa” (WHITE, 2008, p. 11). A história esconde o discurso no interior da narrativa. A partir daí, o autor esclarece que não é a linguagem que se adapta a uma perspectiva historiográfica, mas é a perspectiva que já se organiza fazendo uso da linguagem. Nesse aspecto, White e Foucault se assemelham no que diz respeito à dependência do homem em relação à linguagem.

O passado continua a ser obtido por intermédio das evidências e fon-

tes, todavia o trabalho do historiador permanece sendo a construção narrativa dos fatos. Em outras palavras, o historiador é uma espécie de detetive e procura base em documentos, ao passo que o ficcionista, baseia-se em técnicas figurativas. Independente disso, os dois tipos de textos são escritos a partir de pesquisas: documentos, fotografias, entrevistas, testemunhos, entre outros. Porém, “tanto as formas de seus respectivos discursos como os seus objetivos na escrita são amiúde os mesmos” (WHITE, 1994, p. 137). Sobre o debate, Kramer acrescenta:

White sugere que o reconhecimento do componente filosófico na ‘história propriamente dita’ e do elemento fictício nas narrativas históricas só se constituirá em ameaça aos historiadores se eles insistirem numa definição rígida da história segundo a teoria científica do século XIX, que estabelece uma distinção radical entre fato e filosofia, ou entre fato e ficção. Ao contestarem essa distinção, porém, os historiadores podem ampliar a definição daquilo que fazem e, desse modo, ajudar a transformar a disciplina numa iniciativa mais criativa, autoconsciente e crítica (KRAMER, 2001, p. 137).

Alguns dos autores que criticaram White, caso de Carlo Ginzburg, questionaram exatamente essa proposta de reduzir a historiografia a sua dimensão estética, aproximando-a da literatura. Nas palavras do pesquisador italiano foi a partir de *Metahistory* que ele [Hayden White] “se interessou cada vez menos pela construção de uma ‘ciência geral da sociedade’ e cada vez mais pelo lado artístico da atividade historiográfica” (GINZBURG, 2007, p. 218).

Contrariando o escritor White, o autor italiano (2007) afirma que as relações entre as narrações históricas e ficcionais são contidas pela representação da realidade, nas quais historiadores e romancistas mais distanciaram que aproximaram suas narrativas. No dizer do autor, o ponto de união entre essas narrativas é a necessidade de pensar e representar a realidade com todos os equívocos e ambiguidades que ela comporta.

A aproximação da história com a literatura e a caracterização da história por seu aspecto literário é vista por Ginzburg como uma ameaça e/ou uma aproximação exagerada. O italiano vê as observações de White como sendo perigosas e defende a ideia de que a narrativa histórica é diferente,

pois está associada à prova. Ele sustenta que toda retórica deve ter como base a prova, sendo, portanto, necessário fazer história amparada por documentos, mesmo que o documento seja uma distorção da realidade. Em casos como esse, o autor afirma que a própria análise da distorção já é um elemento construtivo e fundamental para a composição da narrativa.

A história busca retratar os fatos, denominar os acontecimentos. Mas a realidade narrada pela história pode ser construída, criada e recriada por meio dos textos. Por isso, White afirma que nos documentos históricos não há elementos que induzam a uma única interpretação. E por mais fiéis que sejam os fatos narrados, serão sempre representações do historiador (assim como a literatura é uma representação do ficcionista), condicionadas pela imaginação. Nesse aspecto, Ginzburg repele o pensamento de White, pois o norte-americano rechaça comportamentos no plano político e social, enquanto o italiano considera que essas observações também são relevantes para a história.

Ginzburg acredita que o pensamento do norte-americano tem as seguintes implicações: a historiografia se propõe a produzir efeito de explicação, não explicação verdadeira; igualmente a um romance, a historiografia é um texto autônomo sem relação de referência demonstrável com a realidade extratextual; escritos historiográficos e escritos ficcionais são auto referenciais. White não acredita na verdade e na prova tal qual Carlo Ginzburg, contudo, a ideia de narrativa histórica, que ele defende, não é ficção, não é literatura.

Para White, nem mesmo o uso de documentos confere a verdade, pois eles são apenas formas de representação. Eles fornecem significados ao passado, mas isso não constitui a existência do referido passado tal qual foi narrado. Logo, história e literatura são exemplos de representações, pois são produtos de práticas simbólicas que se transformam, posteriormente, em outras representações.

Cada sociedade constrói sua ordem simbólica expressa por um sistema de ideias. Isso significa dizer que a representação do real e/ou do imaginário são elementos de atribuição de sentido ao mundo. De acordo com White (1994), toda forma de conhecimento contém elementos de imaginação e ficção, não sendo essas características restritas à literatura: os “fatos num falam por si mesmos, mas que o historiador fala por eles, fala em nome deles, e molda os fragmentos do passado num todo cuja integridade

é – na sua representação – puramente discursiva” (WHITE, 1994, p. 141).

A literatura pode ser fonte para o historiador se for observada como produto cultural, com data e finalidade definida. Mas como qualquer outra fonte deve ser questionada quanto à intencionalidade. O historiador, que se volta para a literatura como fonte, tem essa área de conhecimento como possibilidade de leitura de certa temporalidade e através dela é possível levantar problemáticas de pesquisa.

A história e a literatura apresentam semelhanças quando historiadores e romancistas usam as mesmas estratégias narrativas e as mesmas modalidades de representação das relações em palavras. A partir desse pensamento, pode-se concluir que a imagem da “realidade assim construída pelo romancista pretende corresponder, em seu esquema geral, a algum domínio da experiência humana que não é menos real do que o referido pelo historiador” (WHITE, 1994, p. 138).

O escritor norte-americano não procura transformar a história em literatura, mas sim mostrar que toda história tem seu caráter literário. Segundo ele, para construir uma narrativa, o historiador utiliza, inevitavelmente, os recursos da escrita. Usando a linguagem, o historiador narra os fatos passados.

O que White buscava com sua obra era mostrar que a narrativa histórica é uma ‘ficção verbal’, cujo conteúdo pode ser tanto ‘inventado’ quanto descoberto. Por conseguinte, a história pode se valer de seu caráter artístico e de seu caráter literário. E isso pode acontecer de forma positiva à historiografia, sem que ela perca sua credibilidade, sem deixar de ser criativa, crítica e autoconsciente.

White não deixa de defender certo compromisso com a verdade, a prova e o documento. Contudo, essas não são as principais preocupações do autor. Em sua obra, ele está mais preocupado em elucidar o lado artístico da história do que em defender a verdade da narrativa histórica. Sua teoria aparece, então, como uma possibilidade entre muitas, e que, apesar dos problemas apontados por outros estudiosos, trouxe benefícios para a historiografia contemporânea.

A partir desses conceitos apresentados, percebe-se que os textos, até mesmo os históricos – por mais precisos que pareçam ser – são suscetíveis às leituras mais variadas. O autor Paul Ricoeur corrobora em alguns aspectos com o estudioso estadunidense. Para Ricoeur (2010), é possível

inclusive ler um livro de história como sendo um romance. “O incrível é que esse entrelaçamento da ficção à história não enfraquece o projeto de representância desta última, mas contribui para realizá-lo” (2010, p. 318).

Por isso, Ricoeur, assim como White, trabalha com a hipótese “de que a narrativa de ficção imita de certo modo a narrativa histórica” (RICOEUR, 2010, p. 323), pois segundo o estudioso, “narrar qualquer coisa é narrar como se isso tivesse se passado” (RICOEUR, 2010, p. 323). O autor acrescenta que a vida é vivida no presente, já a história é contada e é relativa a um vivido que foi e não é mais.

Dessa forma, o elemento mediador entre presente e passado será o texto, utilizado pelo historiador para relatar fatos relacionados à história humana. Assim como Ricoeur, White e LaCapra também transferem para o texto a responsabilidade da narrativa, apesar de divergirem em alguns pontos<sup>23</sup>. LaCapra questiona White sobre a ideia de que os textos históricos não possuem referências com aspectos da realidade. O autor acredita que todo texto tem contexto e é situado no tempo e no espaço, tendo, portanto, relações com o real. Na verdade, White não ignora por completo os elementos da realidade presentes nos textos, o que ele faz é identificar aspectos imaginários presentes nas narrativas e afirmar que eles são representações do real e não a própria realidade.

O pesquisador brasileiro Alfredo Bosi (1993) corrobora com o pensamento de Ricoeur sobre o entrelaçamento da ficção com a história. Segundo o crítico literário, uma frase como “o inverno do ano passado foi muito rigoroso” pode ser usada tanto no romance quanto na história. A diferença é que o romancista pode usar essa frase sem que ela realmente tenha acontecido, ao contrário do historiador que precisa baseá-la em evidências. O

---

23 - De acordo com o pensamento de Kramer (2001), o esforço de repensar a disciplina cria divergências entre White e LaCapra com relação àquilo que consideram as formas dominantes da compreensão histórica contemporânea – que White descreve como Ironia e LaCapra como história social. White argumenta que os historiadores estão aprisionados numa perspectiva Irônica que se fundamenta no tropo literário da Ironia para moldar a estrutura narrativa de quase todas as obras de historiografia profissional. Embora compartilhe do interesse de White em defender uma tendência historiográfica dominante, LaCapra está mais preocupado com a proeminência da história social do que com o tropo da Ironia. LaCapra admite prontamente a importância da história social enquanto método para a compreensão do passado, mas queixa-se de que os historiadores sociais desvalorizaram excessivamente a complexa realidade da experiência histórica.

discurso do narrador da história deve passar pelo teste do testemunho e da verificação, porém esses conceitos variam de acordo com os valores e contextos sociais de cada época e lugar.

Nessa construção dos contextos sociais, Marc Bloch (2001) reafirma o papel importante do narrador/historiador, porém destaca que ele não saberá tudo do passado, uma vez que ele não tem contato direto com o objeto de estudo, e sim com documentos e indícios. A tarefa do historiador, então, é desenvolver um ‘diálogo’ no qual se permita questionar o passado, sem reduzi-lo, mas ouvindo suas próprias ‘vozes’.

Bloch (2001) assevera também que o passado não mais se modificará, mas o conhecimento do passado é algo em constante progresso, que pode se transformar e aperfeiçoar. Qualquer traço deixado pelo passado se torna para o historiador um documento e/ou evidência desde que se saiba interrogar os vestígios e questioná-los.

Enquanto isso, Ricouer (2010) assegura ainda que “a história nunca deixou de ser uma crítica da narrativa social e, nesse sentido, uma reificação da memória comum” (2010, p. 202). Dessa forma, a narrativa é considerada um ato simbólico e pode revelar os inconscientes, procurando estabelecer articulações, diferenças e apreender as maneiras pelas quais as classes sociais influenciam e afetam a forma e o conteúdo da produção histórica e literária.

As narrativas dos romances, assim como a história, necessitam de uma reflexão mais profunda não só política, mas também dos aspectos sociais, econômicos e culturais. Desse modo, é possível uma análise mais ampla dos sentidos da vida dos sujeitos da região amazônica e da constituição do seu imaginário, objetos deste estudo.

A narrativa é um ato social simbólico que busca resolver de forma imaginária, os conflitos reais da sociedade. No caso aqui estudado, a história dos seringueiros e caboclos do primeiro ciclo da borracha é também a história da subjetividade social amazônica, fragmentada em virtude de uma desorganização econômica do extrativismo da borracha no final do século XIX e início do XX.

Compreender esses aspectos da construção narrativa é importante para entender o horizonte abrangente das relações sociais na Amazônia brasileira. Destaca-se que o entendimento das imbricações entre história e literatura, possibilita o estudo criativo, consciente e crítico das construções

discursivas desenvolvidas sobre a região, que se perpetuaram ao longo do tempo. As justaposições históricas e literárias, segundo os autores White e LaCapra, podem desfazer as unidades e os equívocos do passado, desfamiliarizar os textos e contextos, reconstruindo, dessa maneira, novas possibilidades para um determinado povo ou região.

As representações criadas com base em documentos e evidências não são suficientes, segundo alguns dos autores estudados até aqui, para construir conceitos definitivos sobre a Amazônia, principalmente, a região Sul-Occidental. Portanto, pode-se chegar à conclusão de que o imaginário criado é apenas parte de um todo complexo e heterogêneo, sendo função dos historiadores e literatos o aprofundamento constante dos estudos para tentar desvendar esse mosaico narrativo chamado Amazônia.

### 3.1. A (des)construção do real e a busca da verossimilhança

A literatura brasileira é um território contestado.

*Regina Dalcastagnè*

A verossimilhança significa que o objeto da representação do escritor não é realmente o que aconteceu, mas, sim, o que poderia ter acontecido. Dito de outra forma, o escritor tem por objetivo apresentar situações coerentes. Na literatura, a trama romanesca sugere as situações como elas deveriam ou poderiam acontecer, criando, inclusive, novas possibilidades para a análise e interpretação da história.

O autor ficcional elabora um mundo composto por personagens e suas ações. Isso permite ao leitor a criação de um imaginário, que pode conter traços do real. Esses traços são fundamentos para a literatura. A narrativa literária pode transportar o leitor para viver ao lado dos protagonistas as mais diversas situações. Muitas delas se tornam verdadeiras no processo de leitura e interpretação do próprio leitor, porque não há relação entre a arte de se escrever e a interpretação do que se lê. O leitor pode ter interpretação variada.

A verossimilhança é a característica que a arte tem de estabelecer semelhanças com o real e gerar a possibilidade de reinvenção da sociedade. Esse elemento artístico é construído pelo processo de *mimese*, por meio do qual o artista se aproxima da realidade, mas sem dela ser refém. O afastamento da realidade entra como parte do processo artístico.

Segundo Roland Barthes (2004), o conceito de *mimese* é o termo mais geral e recorrente usado pela teoria da literatura para nomear as relações entre literatura e realidade, e surge pela primeira vez na obra *Poética* de Aristóteles. Essa sensação, portanto, se dá justamente por se perceber na narração do romance uma organização que parece interpretar os sentimentos dos seres humanos.

Não é possível dizer que ao se ler uma narrativa têm-se todas as res-

postas e explicações das ocorrências angustiantes da vida, mas ao se perceber que os fatos da vida estão concatenados aos do romance surge, então, a sensação do reconhecimento. Mesmo nos romances mais recentes do século XX, que retratam questões subjetivas inquietantes e íntimas, é possível notar que uma seleção de situações foi organizada de maneira compreensível ao leitor que, desse modo, parece encontrar uma realidade possível.

O realismo do romance não está em descrever fatos de uma vida comprovadamente existente, à qual se possa dar nome e se ter referência material no mundo, mas sim na maneira como aquela seleção e organização de fatos e personalidades humanas são apresentadas. Para Barthes (2004), o real é uma referência essencial na narrativa histórica, pois durante muito tempo se acreditou que a história era aquilo que realmente acontecia. E que todos esses discursos se articulam sobre um real perdido – o passado.

No caso da literatura, a narrativa ficcional se utiliza das personagens para compor o efeito do real. Além dessa, há outras características presentes no romance *Coronel de Barranco*: a ambientação amazônica, a marcação das personagens secundárias, a composição de detalhes aparentemente irrelevantes, um vocabulário regional, além do relato da vida no seringal.

O narrador Matias Albuquerque preocupa-se em compor o cenário em que a narrativa se passa, ambientando o leitor a respeito da Amazônia e de suas peculiaridades: “num cair de tarde, sob o céu avermelhado, o bando de araras azuis e amarelas e verdes e encarnadas, (...) atravessara o parará, em certo trecho de mundo que se estende entre a foz do Madeira e a boca do Tapajós” (LIMA, 2002, p. 39). Cenas como estas se repetem na composição dos painéis amazônicos para melhor estruturar as narrativas.

Mas, ao contrário de muitos romances que se limitavam a descrições de ambiente, em *Coronel de Barranco*, os espaços são povoados de personagens que conversam, reclamam, discordam, adoecem, trabalham, aprendem novas atividades, expressam desejos e necessidades. Portanto, a obra se afasta do foco narrativo que aborda exclusivamente o meio natural.

O romance apresenta personagens secundárias como Sandoval, seringueiro que recebe Wickham logo na chegada ao Fé em Deus e é apaixonado por Rosinha – amor adolescente de Matias; Amâncio, tio do narrador, com quem ele mora na juventude; Maneco, o caboclo que norteia os demais moradores do Fé em Deus sobre alimentação, moradia, trabalho etc.; e Antônio Ximenes, o Antoninho, guarda-livros, secretário e gerente

de coronel Cípriano. Todas as personagens citadas são importantes para organizar simbolicamente a estrutura da narrativa.

O “aparentemente irrelevante” é chamado por Barthes de “real concreto”. O autor afirma que esses pormenores supérfluos, encheimentos ou catálises são, na verdade, somados uns aos outros, “um índice de caráter ou de atmosfera, e assim podem finalmente ser recuperados pela estrutura” (BARTHES, 2004, p. 182).

Pode-se dizer que é a soma desses supérfluos que garante o caráter amazônico da história. Qual é o limite do que é útil ou não para a compreensão da narrativa? Tem-se a mesma compreensão do que foi um seringal lendo apenas a história de Matias, sem ambientação espacial e sem suas pequenas narrativas que entrecruzam a narrativa maior? Não é possível definir limites narrativos, tampouco compreender o texto sem o contexto, o que implica a inclusão de elementos espaciais.

As catálises fazem parte de uma estratégia do narrador para ambientar o leitor, impressioná-lo, fazê-lo entrever o local em que se passam os eventos. O excesso de descrição, como no caso das personagens, permite que se conheçam fragmentos da vida na Amazônia, especialmente no seringal Fé em Deus, onde se passa grande parte da narrativa.

A leitura do romance não recupera por completo toda a vivência em um seringal, mas serve como relato do passado, uma espécie de testemunho que apresenta diversas possibilidades para a vida em contexto amazônico. Nas palavras de Barthes:

Em outros termos, na história ‘objetiva’, o ‘real’ nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de *efeito do real*. A eliminação do significado para fora do discurso ‘objetivo’, deixando confrontar-se aparentemente o ‘real’ com sua expressão, não deixa de produzir um novo sentido, tanto é verdade, uma vez mais, que, num sistema, toda carência de elemento é ela própria significante. Esse novo sentido – extensivo a todo discurso histórico e que finalmente define a sua pertinência – é o próprio real, transformando subrepticamente em significado vergonhoso: o discurso histórico não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo, repetindo continuamente *aconteceu*, sem que essa asserção possa ser jamais outra coisa que não o reverso significado de toda a narração histórica (BARTHES, 2004, p. 178).

Ainda segundo Barthes, o prestígio do ‘aconteceu’ tem importância e amplitude verdadeiramente histórica. Especialmente polêmica é a inclusão do texto histórico e do romance realista do século XIX no mesmo patamar, em razão do ‘efeito do real’ que propiciam. O romance realista apresenta seus personagens através do tempo e do espaço como se fossem pessoas reais crescendo em um microcosmo de sua cultura e da história dessa cultura. Segundo Barthes:

Há um gosto de toda a nossa civilização pelo efeito do real, atestado pelo desenvolvimento de gêneros específicos como o romance realista, o diário íntimo, a literatura de documento, o *fait divers*, o museu histórico, a exposição de objetos antigos, e principalmente o desenvolvimento maciço de fotografia, cujo único traço pertinente (...) é precisamente significar que o evento representado realmente se deu (BARTHES, 2004, p. 178-179).

Pequenos gestos, atitudes transitórias, objetos insignificantes, palavras redundantes ajudam a compor o ‘real concreto’, citado por Barthes. Os pormenores supérfluos justificam-se ainda pelo fato de documentarem um modo de vida que não existe mais da forma como está retratado no romance.

A verossimilhança em *Coronel de Barranco* é composta por episódios coerentes baseados em fontes históricas e por episódios não propriamente históricos, mas que ajudam o leitor a compor o cenário do seringal, do baracão, da cidade de Manaus, além de um melhor entendimento a respeito dos relacionamentos sociais existentes no romance.

A ambientação amazônica torna obrigatória uma exatidão descritiva que se delinea em minúcias: a marcação profunda de personagens secundários, a composição detalhista de episódios irrelevantes, um vocabulário eloquente, pleno de palavras e expressões regionais. O pormenor se justifica porque foi ‘aquilo que se deu’, portanto se faz suficiente expressar.

O vocabulário amazônico e as expressões regionais são conservados pelo narrador na composição das personagens. Esses detalhes comprovam a busca do narrador ficcional pela verossimilhança e aproximam o leitor do mundo amazônica e de sua linguagem. A partir de uma passagem da fala de um dos seringueiros, é possível observar esse vocabulário regional:

De repente, foi aquela tremedeira danada, que parecia sezão. Uma dor nos peitos, do lado. Danou-se a bater queixo. De noite, começou a variar. E eu não tive talvez. Resolvi trazer o Joca de qualquer jeito. Ainda mais que ele começou a cuspir um cuspo esquisito, que parecia até que tinha mascado tabatinga (LIMA, 2002, p. 171).

Contrariando esse pensamento, Antonio Candido (2002) acredita que o uso do vocabulário regional acentua aspectos exóticos e pitorescos entre regiões, devido à dualidade estilística presente nos textos: ora a escrita é de homens cultos, ora se tenta reproduzir aspectos fônicos da linguagem do homem rústico. Segundo o crítico literário brasileiro, os autores criavam assim um estilo esquizofrênico:

(...) puxando o texto para dois lados e mostrando em grau máximo e distanciamento em que se situava o homem da cidade, como se ele estivesse querendo marcar pela dualidade de discursos a diferença de natureza e de posição que o separava do objeto exótico que é o seu personagem (CANDIDO, 2002, p. 88).

O autor acrescenta que essa é uma técnica ideológica inconsciente para aumentar a distância erudita do autor, que quer ficar com o requinte gramatical e acadêmico, e confinar a personagem rústica por meio de um “ridículo patuá pseudo-realista” (CANDIDO, 2002, p. 89) exótico para o homem urbano.

A solução desse distanciamento seria, na opinião de Candido, que os autores criassem textos em que o enfoque narrativo fosse a primeira pessoa de um narrador rústico: “Este deixa de ser um ente separado e estranho, que o homem culto contempla, para tornar-se um homem realmente humano, cujo contato humaniza o leitor” (CANDIDO, 2002, p. 91).

Apesar de divergências estilísticas, tanto os narradores ficcionais quanto os historiadores têm tarefas narrativas a cumprir nesse processo de construção e reconstrução do real na busca da verossimilhança. O passado deixa de ser considerado algo morto, inerte, sendo função dos historiadores e romancistas ressuscitá-lo.

Porém, para Ricoeur (2010), o historiador não conhece nada do passado, somente seu próprio pensamento sobre o passado. No entanto, a his-

tória só tem sentido se o historiador sabe que (re)efetua um ato que não é seu. O tempo é revisitado pela narrativa e permite que se lancem novos olhares para aquele fato uma vez acontecido. Por isso, Ricouer (2010) afirma que a história se serve, de algum modo, da ficção para refigurar o tempo e, por outro lado, a ficção se vale da história com o mesmo objetivo, é o que se percebe em *Coronel de Barranco*. A diferença é que historiadores e ficcionistas, ao tomarem como referência o mesmo período de tempo, (re)criam momentos diferentes através de suas narrativas.

A literatura é um meio pelo qual se podem suprir as deficiências da historiografia tradicional, conservadora e preconceituosa, dando voz a todos os que foram negados, silenciados e/ou perseguidos. Na construção literária, é possível incluir e valorizar os sujeitos, percorrendo o caminho inverso na história.

A título de exemplo, há o caso do seringueiro. Essa personagem faz referência a um período histórico específico da Amazônia brasileira. Ele é recuperado como ator e agente da história dos dois importantes ciclos econômicos da borracha na Amazônia e sua descrição permite melhor visualização do contexto histórico trabalhado na obra *Coronel de Barranco*.

O narrador tem a preocupação em dizer quem é esse sujeito que trabalha no corte da seringa e na produção da borracha, de que forma ele se relaciona com o local onde está inserido, com as pessoas de sua convivência e, sobretudo, quais as diferenças entre o seringueiro nordestino – que migra para região no final do século XIX – e o caboclo amazonense que, porventura, adota esse sistema de trabalho como forma de sobrevivência.

Porém, é preciso ficar atento para o fato de que essas construções do narrador são de ‘fora para dentro’, externas e imaginárias do ponto de vista coletivo. Afinal, a identidade é construída e não imanente ao ser. Ou seja, o sujeito se reconhece mediante o confronto com a alteridade, por isso precisa se relacionar para, então, modelar-se de acordo com as instruções que lhe são oferecidas.

Apesar de ser um sujeito viajado, que pode ver, narrar e julgar, Matias não emite impressões únicas a respeito dos demais moradores do Fé em Deus. Ele sabe que suas impressões são parciais e fragmentárias, de forma alguma preencheriam todas as lacunas referentes a esses sujeitos. O que o narrador faz, por intermédio da memória, é contribuir para retirar esses sujeitos do silêncio e dos esconderijos da mata para colocá-los no painel humano plural que povoa à região amazônica.

### 3.2. História (amazônica) vista de baixo: o primeiro ciclo da borracha

Preciso ser um outro para ser eu mesmo.

*Mia Couto*

A Nova História está preocupada com a história vista de baixo. Essa ramificação histórica leva em consideração as opiniões das pessoas comuns. A Antropologia histórica também incentivou a abandonar o discurso eurocêntrico do colonizador e privilegiar a ‘visão dos vencidos’. Isso permite descobrir riqueza nas mais diversas formas de pensamento, além de relacionar acontecimentos do cotidiano das pessoas a grandes acontecimentos históricos.

Para compreender essa visão, o estudo aqui desenvolvido enfoca a persistência e a resistência dos seringueiros abordados no romance *Coronel de Barranco*, mostrando que a história tradicional é apenas uma narrativa do primeiro ciclo da borracha. O trilhar de uma única linha de pensamento fez com que a sociedade amazônica fosse descrita, no século XX, de forma simplificada, por vezes, homogênea, excluindo e limitando as diferenças do campo de observação.

Por causa do exposto anteriormente, não seria possível pesquisar a história da Amazônia e de seus povos sem o viés da ‘história vista de baixo’ do qual foi pioneiro Edward Thompson, que escreveu seu ponto de vista na obra *The Making of the English Working Class*, em 1965. O conceito desse tipo de história entrou na linguagem comum dos historiadores no ano seguinte, 1966. Na década de 1980, por volta do ano 1985, foi publicado o livro *History from Below*:

NeSTE livro, Thompson não se limita a analisar o papel desempenhado pelas mudanças econômicas e políticas na formação de classe, mas examina o lugar da cultura popular nesse processo. Seu livro inclui descrições vigorosas dos rituais de iniciação de artesãos, do lugar das feiras na

'vida cultural dos pobres', do simbolismo dos alimentos e da iconografia das agitações sociais, indo de bandeiras e pedaços de pão presos a um pau até o enforcamento de effígies de pessoas odiadas. Foram analisadas poesias em dialeto, para chegar ao que Thompson descreveu – na expressão de Raymond Williams – como 'a estrutura de sentimento da classe trabalhadora' (BURKE, 2008, p. 30).

Para Jim Sharpe (1992), a história tem sido abordada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. Porém, ele afirma que alguns historiadores sentiram-se atraídos pela ideia de explorá-la do ponto de vista do soldado raso e não do comandante. Diante disso, a presente obra foi desenvolvida pelo viés dos homens e mulheres trabalhadores/seringueiros e moradores da região amazônica, e não somente sob a ótica do seringalista/coronel de barranco narrada pela história tradicional.

Dessa forma, é possível colocar em prática as duas funções dessa história, que, segundo Sharpe (1992), são servir como um corretivo a história da elite e permitir a compreensão histórica de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história. O autor acrescenta:

(...) a expressão 'história vista de baixo' implica que há algo acima para ser relacionado. Esta suposição, por sua vez, presume que a história das 'pessoas comuns', mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social (SHARPE, 1992, p. 54).

No estudo da obra aqui arrolada, observa-se esse outro olhar perante a história. O homem foge do conflito existente entre o dominado e o dominante, entre o colonizado e o colonizador. Afasta-se, então, do esquema maniqueísta para detectar o quanto há de força, de determinação e astúcia nas personagens. Apesar da exploração sofrida pelos seringueiros, não se pode dizer que eles não tinham liberdade de ação ou que não eram sujeitos. Eles empregavam táticas, dentro de limites estabelecidos, para superar a 'liberdade restrita'. Verifica-se esse pensamento no dizer de Lacerda:

Na verdade, muitos daqueles que se tornavam seringueiros subvertiam a ordem do que estava estabelecido para a suas vidas, na medida que, ao deixarem seus espaços nativos e se lançarem na coleta do látex na floresta amazônica, mesmo que tudo desse errado, tais trabalhadores manifestavam claros indícios de que não estavam passivos diante de sua situação de pobreza (LACERDA, 2006, p. 68).

O seringueiro não se acomodou ao jugo do seringal no primeiro ciclo da borracha amazônica. Muitas vezes, ele se rebelava contra a exploração a que era submetido em detrimento da busca de melhor condição de vida. Exemplo disso é a tentativa de burlar as leis do seringal *Fé em Deus*, que faz com que as personagens nordestinas Joca e Quinquim plantem e colham mesmo contra a vontade de Cípriano, em *Coronel de Barranco*.

Poucos metros adiante do alpendrado onde ficava o defumador, distingi uma pequena área de plantação. Por detrás de uma espécie de muralha natural, feita de vegetação densa, percebi uma horta disfarçada, onde os dois haviam plantado vários canteiros de jerimum, num couve, de maxixe, de cariru, de maniva. Tudo já bem desenvolvido, porque tinham aproveitado um amplo pedaço de terra firme. Vi também um trecho de macaxeiras. Pés de pimenta. E um milharal formado, com as espigas de fora. Ficamos olhando a zona do 'crime'. (LIMA, 2002, p. 183).

Beatriz Sarlo (2007), citando Certeau, também chama atenção para a necessidade de observar as estratégias de sobrevivência de classes, geralmente, ignoradas pela história oficial. A pesquisadora argentina afirma que esses recursos não são nem políticos e nem ideológicos. Eles são culturais. Segue o pensamento da autora:

Num artigo na imaginativa etnografia social, Michel de Certeau apresentou as estratégias inventadas por operários na fábrica para agir em proveito próprio, tirando vantagem de oportunidades mínimas de inovação, não política nem ideológica, mas cultural: usar em casa as ferramentas do padrão ou levar escondida uma pequena parte da produção. Esses atos de rebelião cotidiana, as 'tretas do fraco', como escreve De Certeau, haviam ficado invisíveis para os eruditos

que fixaram a vista nos grandes movimentos coletivos – quando não só em seus dirigentes – sem descobrir nas obras culturais de toda prática o princípio de afirmação da identidade, invisível na ótica que definia uma ‘visão de passado’ em que não havia interesse pela inventividade subalterna e, portanto, nesse círculo vicioso de método, não era capaz de observá-la (SARLO, 2007, p. 16).

As manifestações de rebeldia dos seringueiros foram desconsideradas pela historiografia local e quando observadas, os pesquisadores pensaram se tratar apenas de casos isolados. Porém, esses movimentos contrários aos coronéis permitem a subversão da ordem previamente imposta. Ajudam também na compreensão das amarras das relações existentes no seringal e afirmam que a figura do coronel não era soberana no comando dos seringueiros.

Para a pesquisadora Barbara Weinstein (1993), entre os meios de autodefesa estava o hábito de acrescentar pedras, areia ou farinha de mandioca à pele de borracha para torná-la mais pesada. Há relatos no livro que comprovam o hábito do seringueiro de misturar os mais diversos produtos na produção da borracha:

Misturando tudo que o senhor possa imaginar. Metendo pedaços de sernambi entre as camadas de fina, enquanto faz a coagulação. Calhaus que ache perto de um igapó. Pedaços de latas de conserva bem amassados. Qualquer cabo de colher imprestável, ou resto de machadinha quebrada durante o trabalho. Tudo, tudo capaz de aumentar o peso, seringueiro aproveita para enxertar nas peles durante a defumação (LIMA, 2002, p. 122).

O seringueiro também vendia a borracha a um regatão, chamado pela pesquisadora de ‘pirata fluvial’, e não somente ao patrão, violando assim a relação estabelecida nos seringais. E, por fim, estabeleciam pressões para limitar a exploração que sofriam e para manter certa dose de autonomia. Essas observações permitem criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história que dizia ser o seringueiro um ‘pobre coitado’.

Apesar da fama de passividade, preguiça e ignorância, os caboclos da região amazônica, segundo João de Jesus Paes Loureiro (1995), tinham uma cultura de profunda relação com a natureza, que ajudou a consolidar o

imaginário desses indivíduos dispersos às margens dos rios. Ele afiança que a cultura amazônica é dinâmica, original e criativa. E é “através do imaginário que o homem é situado numa grandeza proporcional e ultrapassadora da natureza que o circunda” (LOUREIRO, 1995, p. 30).

Por intermédio da personagem Inácio, por exemplo, caboclo da região amazônica, nota-se a relação diferenciada do autóctone com a natureza. Ele pescava muito, conhecia todos os peixes, costumava plantar e caçar. Não se adaptava ao trabalho com a seringa. Conhecia bem a região, sabia onde alagava no período de fortes chuvas e quando o fenômeno da friagem estava próximo. Ensinava os estrangeiros a cozinhar jabota, maniçoba e outros alimentos.

Os caboclos amazônidas aparecem como atuantes no mundo em que vivem – seringal/floresta. E seguem, segundo Loureiro (1995), as nuances de uma natureza monumental pelas suas grandes proporções, que lhes exige criatividade e compreensão imaginativa. Dessa forma, o caboclo constrói um processo cultural dissonante dos cânones dominantes que afirmavam ser a natureza maior do que o homem.

Neide Gondim (1994) afirma que uma das tendências da literatura de expressão amazônica é a personificação da selva e a conseqüente anulação do homem. A autora atribui esse fato a uma espécie de herança da cultura extrativista. Porém, por intermédio das experiências desenvolvidas pelo caboclo, é possível percebê-lo como protagonista. Por isso, ele assume novas narrativas, temporalidades e ritmos com o local onde vive, cadenciando a natureza e humanizando-a.

O morador do interior da Amazônia não é tratado no romance como um ser exótico, pitoresco ou alguém sem adequação aos padrões de civilização. O mesmo acontece com o nordestino. Cada um é abordado na sua constituição psicológica e sociológica, denotando seu pertencimento a um local social.

Na literatura, há outros caboclos como Inácio. Em *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, no conto de mesmo nome, o caboclo Miguel faz a função do companheiro leal da personagem Souto, o engenheiro ‘forasteiro’. Miguel funciona como os olhos do estrangeiro dentro da floresta.

Loureiro (1995) afirma que o isolamento da Amazônia a impedia de intercambiar seus bens culturais e ‘apresentar’ melhor para o mundo os sujeitos que nela habitam. E isso, entre outras coisas, contribuía para que

se acentuasse a visão sobre a região de forma folclórica e primitiva disseminada pelos próprios ficcionistas e historiadores da região. Laélia Silva corrobora com esse pensamento:

O estudo da produção literária não escapou ao estigma da terra imatura ou terra virgem. O patrimônio literário permanece sem o merecimento de análises mais especializadas que apontem, por exemplo, os valores ficcionais de textos inspirados na realidade amazônica, limitando-se quando muito a indicar a importância histórica de obras consideradas representativas quanto ao caráter documental (SILVA, 1998, p. 28).

É inegável a relevância do debate levantado por Cláudio de Araújo Lima quanto aos caboclos e nordestinos. Mas, mesmo assim, notam-se lacunas no discurso dele quanto à ausência dos indígenas. Eles ainda são tratados na visão eurocêntrica que tratava os povos do novo continente como perigosos e inferiorizados. Assim, a visão apresentada pelo autor ainda é superficial, pois eles aparecem como temidos pelos demais personagens do seringal. São vistos como ameaça, uma espécie de ‘fantasmas’ que deixam rastros e amedrontam os demais moradores da floresta.

Como afirma Marcos Frederico Krüger, autor do estudo crítico<sup>24</sup> de *Inferno Verde*, os indígenas não preenchem o imaginário como raça capaz de conquista, por isso são silenciados e substituídos por outras personagens imbuídas de ‘mais sentidos’. Esse silêncio é testemunha de que ainda faltam alguns passos importantes no rompimento de paradigmas na Amazônia.

Na passagem a seguir, os nordestinos, logo na chegada ao Fé em Deus, em *Coronel de Barranco*, recebem armas e balas. O coronel enfatiza que o armamento será usado para matar os índios que apareceram nas proximidades:

\_\_Quería só saber, me desculpe, para que tanta bala?  
\_\_Não é pra matar passarinho, não. Ou vai querer enfrentar

---

24 - A editora Valer publicou a 6.<sup>a</sup> edição revista da obra *Inferno Verde*. Nessa edição, o Doutor em Literatura de Língua Portuguesa, Marcos Frederico Krüger apresentou um estudo crítico sobre o livro de Alberto Rangel.

onça e índio, só mostrando a mão, como padre pra espantar o demônio. (LIMA, 2002, p. 149).

Como a cultura indígena é predominantemente oral, levanta-se a hipótese de que a falta de documentação escrita seja empecilho para abordagens mais profundas a respeito desses povos. Outra possibilidade diz respeito aos estudiosos sobre a região amazônica ainda pensarem este povo como sendo inferior, por isso sem necessidade de ser ouvido. Porém, as duas possibilidades demonstram o equívoco com o qual a população indígena ainda é observada no mundo contemporâneo.

As culturas indígenas ajudaram e permanecem ajudando a formar as pluralidades existentes na Amazônia. Dessa forma, ocultar ou diminuir sua presença é camuflar aspectos relevantes da constituição de todos os povos da região. Tratar os índios como intrusos e colocá-los à margem é também desvirtuar o papel da história e da literatura, limitando-as.

O historiador Arthur Cezar Ferreira Reis (1953) reitera a relevância dos indígenas na produção da borracha, logo no início da busca pelo produto. Porém, enfatiza que durante o *boom* da borracha a situação foi alterada, pois os indígenas passaram a não querer contato com os seringueiros, que por sua vez passaram a vê-los como “inimigo que lhes parecia disfarçado, traiçoeiro, perigoso, e com o qual não havia por que ter contemporização” (REIS, 1953, p. 129). O autor completa:

Quando se iniciou a corrida para a floresta na busca da borracha, a participação do índio não foi menor que a demonstrada noutros mistérios. Ao lado do caboclo, fez-se, nos primeiros tempos, extrator de seringa, que vendeu aos regatões ou aos comerciantes dos pequenos núcleos do Madeira, do Solimões, do Baixo Amazonas. Os índios Jurunas, das vizinhanças de Belém, revelaram-se, nesse particular, por exemplo, ativos extratores, como eram ativos coletores de outros gêneros florestais. No período da movimentação maior do ‘rush’, a situação alterou-se. Porque, tendo-se refugiado nos baixos e altos rios, onde se procedeu mais intensamente a busca à seringueira, as tribos que ali se localizavam recusaram tomar contacto com os seringueiros, que não lhes falavam os dialetos e lhes apareciam como perturbadores da vida tranquila que experimentavam (REIS, 1953, p. 128).

Para Reis (1953), os seringueiros foram mais humanos com os estrangeiros que com os indígenas. Os ‘de fora’ foram considerados semelhantes, ao contrário dos indígenas que, apesar de locais, eram vistos com temor. Os olhares de medo e reprovação lançados pelos seringueiros aos índios eram semelhantes aos que eles receberam dos europeus:

Esse elemento estrangeiro representou-se nos portugueses, sírios, libaneses, bolivianos e peruanos. Os portugueses chegaram aos seringais na condição de representantes de casas aviadoras, ou como seringalistas, gerentes, guardalivros. Sírios e libaneses, conhecidos como ‘turcos’, quase sempre compareceram como ‘regatões’. Os dois últimos foram extratores de seringa e de caucho (REIS, 1953, p. 130).

A pesquisadora Cleusa Maria Damo Ranzi (2008) afirma que o indígena merece ter sua contribuição acolhida e reconhecida como manifestação singular do meio seringueiro e aspecto fundamental da tradição cultural da região. Só assim sua voz será ouvida e suas necessidades atendidas:

A intenção é que essa originalidade cultural possa continuar sendo praticada e difundida entre as novas gerações de acreanos à medida em que cada um, no exercício profissional ou na manifestação cidadã em favor do outro e do todo, possa defender o espaço que é devido a esse povo, permitindo e estimulando-o a que seja ‘voz’ de suas escolhas, vontades, reivindicações e possibilidades, num exercício nutridor que busca viver em harmonia com o meio florestal, que lhe tem significado, lhe pertence e denota sabor de liberdade e de amor à natureza, sentimentos que esses seres humanos tanto prezam (RANZI, 2008, p. 93).

Essa construção equivocada do imaginário da região tem um caráter central na elaboração da narrativa histórica, embora não atue livremente, pois toma como base vestígios, documentos e outros protocolos selecionados pelo pesquisador. Esse diálogo entre real e imaginário, segundo LaCapra (1996), não se contrapõe e, ainda, engendra o jogo do conhecimento histórico.

No que se refere ao caráter documental, Luiz Costa Lima (1989) afirma que o discurso histórico e o ficcional, por mais documentos de que

disponham, sempre precisam recorrer à imaginação para estabelecer nexos entre eles de modo a (re)criar os fatos.

A Amazônia sempre foi uma localidade estigmatizada, mesmo por grandes escritores como Euclides da Cunha – que produziu importantes estudos sobre a região. Em seus textos, ele destacava a fragilidade do sujeito amazônida, bem como sua inferioridade em relação à natureza sempre exuberante: ‘homem errante’, ‘homem sedentário’ (CUNHA, 1999, p. 12). Desde os primeiros escritos literários sobre a Amazônia, evidencia-se que há uma imagem hîperbólica da região, que Cunha ajuda a disseminar:

Parece que ali a imponência dos problemas implica o discurso vagaroso das análises: às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfecham em hîperboles. E figura-se alguma vez em idealizar aforrado o que ressaí nos elementos tangíveis da realidade surpreendedora, por maneira que o sonhador mais desensofrido se encontre bem, na parceria dos sábios deslumbrados (CUNHA, 1999, p. 4).

Para Francisco Foot Hardman (2001), o texto de Euclides funciona como metáfora do Brasil e da construção abortada da nacionalidade. Segundo o autor, onde a “história ainda não conseguiu fixar marcas simbolicamente eficazes”, os cenários são descritos como de “geografias selvagens, natureza bruta, populações errantes e dispersas” (HARDMAN, 2001, p. 297).

Vê-se exemplo dessa dispersão e construção de uma paisagem devoradora em romances como *Terra Caída*, do autor José Potyguara, publicado primeiramente em 1961, anos antes da publicação da obra de Cláudio de Araújo Lima aqui estudada.

Logo se nota que, ali, a única preocupação do homem é a seringa. A não ser um frondoso limoeiro, nem sinal da mais rudimentar agricultura. Dentro da pequena clareira, apenas a barraquinha, o taperi do defumador e o limoeiro. Em torno, apertando a clareira um asfíxiante círculo de verdura, a floresta imensa, dominadora, misteriosa. Na ânsia de reconquistar o pequeno espaço aberto pelo machado, ervas daninhas vicejam no terreiro e parecem querer subir os toscos degraus da escada, para invadir também o soalho da velha barraca (POTYGUARA, 2007, p. 185).

Nessa dimensão, o texto literário em *Coronel de Barranco* retoma a possibilidade de se lançar outro olhar. Rompe-se com a história habitual que comemora “as façanhas dos vencedores” (GAGNEBIN, 1994, p. 114), rompe-se com o silêncio dos marginalizados e se dá voz aos supostamente vencidos para saber como eles pensavam, o que sentiam e como observavam as circunstâncias vividas. Para LaCapra (1996), deve-se reconhecer efetivamente que o passado tem suas próprias vozes e estas precisam ser respeitadas.

No caso de *Coronel de Barranco*, percebe-se que o autor humanizou as personagens e colocou a natureza à sua medida. Essa execução é importante para mudar a tradição na forma de representar a natureza na região amazônica. Cláudio de Araújo Lima insere de maneira irreversível a figura humana no centro da narrativa, refletindo-a em suas atitudes.

O leitor testemunha um progressivo deslocamento do olhar narrativo, da natureza para o homem, especialmente para as relações sociais entre eles estabelecidas. Em outras palavras, o homem e a mulher da região não estão escondidos atrás da imensidão da floresta, sem atuar na sua própria vida. Eles são responsáveis pelos seus movimentos e foram capazes de definir suas peculiaridades. Assim corrobora Loureiro:

Pelo imaginário, pela estetização, pelo povoamento mitológico, pelo universo de signos, pela intervenção na visualidade, pela atividade artística, ele [caboclo] definiu sua grandeza diante desse conjunto grandioso que é o mundo amazônico (LOUREIRO, 1995, p. 34).

Apesar de ainda apresentar falhas, a literatura está profundamente marcada por uma postura revisora das representações de suas identidades. Melhor dizendo, revisora dos conteúdos que lhes foram atribuídos como traços de identidade. Em vez de negar a identificação da cultura local com a natureza, busca-se um novo ângulo para observar a forma como se dá esta relação.

O mundo da ficção literária dá acesso aos historiadores, às sensibilidades e às formas de ver a realidade de outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado. Se o historiador não dá voz aos esquecidos [no caso, os seringueiros, nordestinos e caboclos], ele ajuda a mascarar situações e reafirmar alguns pontos de vista

dominantes. Trazendo Gagnebin novamente ao diálogo:

Podemos afirmar que aquele que quer ir além dessa tradição dos vencedores (...) deve saber agarrar-se a essas asperezas (...) essas arestas (...) que lhe oferecem tantas escoras ou pontos de apoio na sua luta contra o fluxo nivelador da história oficial que, justamente, deixa escapar esses lugares nos quais a tradição/transmissão se interrompe (GAGNEBIN, 1994, p. 114-115).

Cabe ao historiador, então, a observação das entrelinhas dos documentos, das pistas, de uma história do passado vista de baixo. Essas observações permitem a descoberta de novas experiências e a construção de novas narrativas sob outro viés. Essa postura só tende a enriquecer o trabalho da história e dos pesquisadores.

Os pontos de vista diversos e as experiências distintas fazem parte daquilo que White (1994) chama de linha histórica descontínua: “(...) precisamos [os historiadores] de uma história que nos eduque para a descontinuidade de um modo como nunca se fez antes; pois, a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino” (WHITE, 1994, p. 63).

Citado por Sharpe, Carlo Ginzburg e Edward Thompson são alguns dos autores que demonstram como o detalhamento podem interagir com a erudição, para ampliar o foco do passado. Ginzburg afirma que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (2009, p. 177). Isso implicaria não mais buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua concretude de “real acontecido”, mas resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam ou pensavam. O autor completa afirmando que “cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares” (GINZBURG, 2009, p. 171).

Ginzburg (2007) considera ainda que as relações entre verdadeiro, falso e fictício parecem muito mais tênues do que o foram para os historiadores oitocentistas. Há poucos decênios, os historiadores passaram a dar maior atenção ao caráter construtivo e dinâmico de sua escrita, componente básico de seu ofício profissional: “a mistura de realidade e ficção, de verdade e possibilidade estiveram no cerne das elaborações artísticas deste

século” (GINZBURG, 2007, p. 334). Mas o autor se preocupa em destacar que termos como ficção ou possibilidade não devem induzir a erro:

A questão da prova permanece mais que nunca no cerne da pesquisa histórica, mas seu estatuto é inevitavelmente modificado no momento em que são enfrentados temas diferentes em relação ao passado, com a ajuda da uma documentação que também é diferente (GINZBURG, 2007, p. 334).

Enquanto isso, a verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada. O historiador que se volta para a literatura sabe que o seu valor não está na leitura do texto como documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato. O valor da literatura é levantar questionamentos, problematizar.

O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção. Mais do que isso, o texto literário é expressão ou sintoma de formas de pensar e agir. Os fatos narrados não se apresentam como dados acontecidos, mas como possibilidades, como posturas, dotadas de credibilidade e significância.

A literatura reproduz impressões sobre a vida. E, com isso, segundo a pesquisadora Sanda Pesavento (1995), chega-se a uma das metas buscadas nos domínios da História Cultural: capturar essas impressões da vida, a energia presente no passado, na raiz da explicação de seus atos e da sua forma de qualificar o mundo.

A relação literatura/história já se manifestava em Aristóteles. O filósofo foi o primeiro a pensar que a literatura era autônoma em relação ao real. No capítulo IX de sua Poética, o filósofo lança algumas preocupações nesse sentido:

Pelas precedentes se manifesta que não é ofício do poeta narrar o que aconteceu, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não difere o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderia ser postos em versos as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fosse em verso o que era em prosa) diferem, sim, em que diz um

as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder (ARISTÓTELES, 1993, p. 53).

Essa relação manifesta inquietações sobre os vínculos que a literatura e a história vêm construindo. Como afirma Le Goff (1990), a literatura é uma forma de manter a história presente na memória, uma vez que ela serve como registro escrito. Todo profissional dedicado à literatura deve ser também um conhecedor da história, pois é da história que a literatura se nutre, retirando-lhe fatos importantes que vão garantir verossimilhança. Porém, a construção da memória e de alguns aspectos históricos, muitas vezes, se dá no contexto da luta e da dominação sob o prisma do vencedor – como assim afirma Carlos Alberto Vesentini (1977). Por isso, a necessidade de subverter essa verdade.

Na composição da memória, as correspondências entre passado/presente e antigo/atual podem ser construídas por meio das insignificâncias, das catálises (como citado anteriormente), ou seja, daquilo que foi negligenciado por uma história narrada pelos vencedores.

De acordo com Gagnebin (1994), somente esses destroços e fragmentos dispersos de uma totalidade reconhecida deixam entrever o esboço de uma realidade. Mas o “indício da verdade da narração não deve ser procurado no seu desenrolar, mas, pelo contrário, naquilo que (...) lhe escapa e a escande, nos seus tropeços e nos seus silêncios” (GAGNEBIN, 1994, p. 115).

A mesma autora segue o pensamento afirmando que a história tradicional quer apagar as brechas da narrativa, mas nem assim consegue esgotar as diversas veredas do seu discurso:

(...) o que a história tradicional quer apagar são os buracos da narrativa que indicam tantas brechas possíveis no *continuum* da dominação. Mas essa figura de pensamento indica muito mais que um instrumento de luta ideológica. Ela significa mais profundamente que a verdade de um discurso não se esgota nem no seu desenrolar harmonioso nem na sua argumentação sem falhas, nem na sua coerência interna (GAGNEBIN, 1994, p. 115).

Pensamento semelhante tem Le Goff (1990). Ele afirma que é nas profundezas do cotidiano, nos detalhes e nas minúcias, que se capta o estilo

de uma época e que os textos literários e artísticos são fontes privilegiadas quando considerados como histórias da representação dos fenômenos objetivos, ou seja, se considerados como formas de representação da realidade, as fontes literárias podem e devem ser utilizadas como fontes históricas.

A busca por detalhes nas fontes históricas pode evitar ou diminuir as lacunas deixadas pela história e contribuir, por consequência, para a formação da memória coletiva e do imaginário popular. Todavia, Le Goff (1990) traz à tona a ideia de que as relações de poder podem reforçar o monopólio de uma suposta memória coletiva, por isso a necessidade de não se permitir a 'mudez' de algumas classes, caso dos seringueiros e caboclos da Amazônia. Situações assim implicam no não conhecimento de verdades possíveis. E a literatura é vista como uma alternativa para que isso não aconteça.

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

Silenciar os grupos sociais que viveram durante os ciclos econômicos da borracha é manipular a memória e a história coletiva, preservando apenas a história que beneficia as elites. No entanto, Beatriz Sarlo (2007) lembra em seu discurso que nenhum tipo de informação ou proibição, isso inclui o silêncio de algumas classes, pode ser completamente sustentado.

Para a autora, só se sustentam determinadas situações se todos os sujeitos de uma determinada origem forem eliminados: "(...) seria esse o final enlouquecido que nem sequer a matança nazista dos judeus conseguiu ter" (SARLO, 2007, p. 10). A obra *Coronel de Barranco* exemplifica o pensamento da autora, pois caboclos e seringueiros não foram silenciados.

Segundo Sharpe (1992), qualquer tipo de história se beneficia com a abertura do pensamento do historiador. Essa é a possibilidade de ter contato com o público externo à academia. Dessa forma, os pesquisadores podem obter novas versões para a história tradicional e explorar as evidências, até então, inexploradas. Isso representa dizer que eles podem se preocupar cada vez mais com as pessoas comuns e as maneiras pelas quais elas dão

sentido às suas experiências, suas vidas e seus mundos.

De tal modo, o discurso está sujeito a constantes releituras, pode receber acréscimos e mudar de sentido. Além disso, esse recurso possibilita “um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-lo perdido ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história” (SHARPE, 1992, p. 59). O autor prossegue afirmando que assim é possível recordar uma identidade que não foi estruturada somente por monarcas, primeiros-ministros ou generais.

Assim como as pessoas comuns não podem ser consideradas apenas como problemas, os seringueiros e os caboclos também não devem receber essa referência no contexto do seringa. Eles não podem ser apenas empecilhos, tampouco meros explorados, preguiçosos e/ou aproveitadores no trabalho de extração do látex. Esses sujeitos sociais fazem parte da construção da história e de todos os demais aspectos que envolvem as relações na Amazônia brasileira.

Eles também contribuíram para a formação dos ciclos econômicos da borracha, ajudaram no crescimento dos seringais e na manutenção do sistema por longos anos, tornando-se, portanto, atores históricos. Por isso, precisam atuar como protagonistas das narrativas sobre a região e não somente como coadjuvantes, fazendo ecoar suas vozes.

Entende-se que todas essas questões, anteriormente abordadas, revelam a riqueza do que se convencionou chamar de História Cultural. É ela que proporciona uma abertura dos campos de pesquisa para a utilização de novas fontes e objetos, entre as quais se encontra o texto literário.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste livro, procurou-se estudar o imaginário social da Amazônia no primeiro ciclo, construído ao longo dos séculos desde a chegada dos primeiros viajantes europeus. Verificou-se o quanto a Europa fundamentou e formulou as imagens de sua autoridade, através da criação simbólica de tradições, rituais, cerimônias, mitos e também da monumentalização da paisagem.

Durante muito tempo prevaleceu nos discursos históricos e literários um constante apagamento e/ou estranhamento das populações amazônicas e um enfoque restrito aos aspectos ecológicos da região. E sabe-se que a manutenção desse estereótipo impede a visibilidade e a compreensão das trocas culturais existentes na região. Por isso, a necessidade de reconstruir e reinterpretar narrativas e representações corrigindo o apagamento dos povos, aprendendo a ver a diferença como valor e a olhar para os aspectos culturais da Amazônia brasileira.

Foi possível ratificar, por intermédio da análise do romance *Coronel de Barranco*, do manauara Cláudio de Araújo Lima, e da teoria adequada, que história e literatura são duas narrativas constantemente imbricadas e dialogáveis quando o assunto é a construção imaginária da Amazônia brasileira. E que a construção narrativa de ambas, mesmo baseada em documentos e pesquisas não é suficiente para imprimir imagens e conceitos definitivos. Isso acontece, entre outros motivos, porque a região amazônica está em contínuo processo de transformação.

O sistema de produção da borracha, o processo migratório nordestino, a *Belle Époque* amazônica, a conseqüente exuberância das cidades Manaus e Belém e todo o imaginário que cerca a região despertaram o interesse dos escritores ficcionais, historiadores e dos intelectuais de uma forma geral. Porém, enquanto algumas análises são contraditórias e confirmam a projeção coletiva de uma utópica Amazônia, outras apresentam novos olhares e novas possibilidades para a história do povo da região.

Um dos objetivos, neste trabalho, foi mostrar que a Amazônia pode

se distanciar dos processos de homogeneização, dos estereótipos, do conceito de exotismo e da dicotomia limitadora inferno verde/paraíso tropical. A ideia é pensar essa porção de terra e sua gente como produtora de cultura, de linguagem, de pensamento e não somente à mercê de uma elite e de uma economia desestabilizada como a do extrativismo da borracha.

Quem estuda a Amazônia precisa perceber que ela não é só terra distante, desconhecida e inspiração para criação de lendas, contos e romances, mas é, sobretudo, espaço de homens e mulheres trabalhadores, de pluralidades culturais, de formas de resistência, de relações de poder, hibridizações e múltiplicidades. Por isso, foi feita a escolha da leitura de um romance com aspectos documentais, que permitem lançar novos olhares em direção à população, a história da Amazônia e de seu imaginário.

No presente livro, a narrativa ficcional aparece como forma de refletir e preservar a memória local. Além disso, ela cumpre o papel importante de colocar a Amazônia, em especial o estado do Acre e sua história, num panorama mais amplo para ser visualizado melhor. Dessa forma, a narrativa contribui para traduzir vidas, combater superficialidades e visões limitadoras acerca desta localidade.

Na observação do objeto estudado, a natureza é deslocada do primeiro plano e sua 'voz' ecoa em menor proporção. Ouve-se não somente o som dos pássaros e de tantos animais moradores da floresta. Ouve-se também a voz do caboclo, do seringueiro, tantas vezes, calado pela história tradicional e pela literatura de expressão amazônica. Ouve-se o seringalista/coronel de barranco. Ouve-se também o estrangeiro, o 'outro'. Registrar a vida e o pensamento dessas pessoas significa reconhecer que a história, assim como a literatura, é resultado da ação combinada de todas as manifestações dos sujeitos.

Entre tantas vozes, as dos silenciados pela historiografia tradicional, que aparecem na obra, dão vida a novas páginas tanto da história quanto da literatura e extrapolam fronteiras imaginárias e geográficas. Quebram-se alguns estereótipos e reducionismos porque se rompe com o fio de continuidade do discurso tradicional a respeito da Amazônia. A ação de inclusão do autor Cláudio de Araújo Lima traz à tona os, até então, esquecidos e valoriza os desvalorizados e apagados socialmente.

Apesar da tentativa de inclusão das minorias amazônicas no eixo principal da história, é preciso destacar que os indígenas e todos os seus

aspectos culturais permaneceram silenciados na obra *Coronel de Barranco*. Mesmo com o rompimento de alguns obstáculos limitadores, há, portanto, barreiras que ainda precisam ser ultrapassadas no que se refere ao conhecimento e à valorização das populações que habitam o norte do Brasil.

Os estudos no âmbito da Nova História Cultural não têm mais o compromisso com o que Luiz Costa Lima chama de 'protocolo da verdade'. O objetivo deste campo da História é capturar a impressão da vida a partir das evidências, mas sem deixar de reconhecer a penetração da ficção nos domínios da realidade. A partir disso, percebe-se o quanto há de ficcionalização nas histórias amazônicas e o quanto há de história na ficção.

A literatura assume o caminho das possibilidades e enriquece os estudos da história. Ambas as narrativas mostram que não há nada de definitivo na Amazônia, a vida está em construção, é conflituosa, mutável e segue fluida. Apesar disso, as narrativas históricas e literárias tornam audíveis aqueles que permeiam as margens.

Em *Coronel*, as personagens são mais humanizadas, opinativas, questionadoras, porém, estão repletas de conflitos interiores e não aparecem apenas escondidas atrás da imensidão da floresta. Elas estão em primeiro plano para serem compreendidas com as suas complexidades.

O seringueiro nordestino, por exemplo, aparece envolto aos seus processos de resistência e pode ser considerado desbravador. Ele chegou à Amazônia com objetivos de enriquecimento, em busca de milagre, sem vontade de permanecer por muito tempo, apenas de passagem, uma espécie de vítima da transitoriedade. Ao se instalar no seringal, o trabalhador ocupa o seu entrelugar.

Ele conseguiu trabalho no corte da seringa, fez moradia, brigou pelos seus direitos, teve perdas, sofreu com a solidão, passou por processos difíceis de adaptação climática. Além disso, reivindicou seus direitos e constituiu família, mesmo com as proibições e dificuldades do primeiro ciclo.

Apesar de não conquistar o Eldorado, os nordestinos aproveitaram as oportunidades e 'conquistaram o espaço', reorganizaram e reinventaram suas próprias vidas. Eles trabalharam muito e, com o tempo, uma parte abandonou o desejo de retornar à terra seca, pois fez da terra molhada sua outra possibilidade de lar.

Esse grupo social manteve muitos dos elementos culturais de onde se originou e em contato com o novo ambiente modificou práticas, assim

como fez surgir novos valores, que ajudaram a ressignificar hábitos, costumes e tradições. O movimento de diferentes povos na Amazônia brasileira foi formado pelas variações culturais e negá-las é subverter uma parte importante da formação social da região.

É importante chamar atenção para o fato de que na Amazônia todos exploram e são explorados, se adaptando às circunstâncias. Portanto, não há grupos formados somente por vítimas e grupos compostos somente de opressores. O que é possível detectar são os mais diferentes tipos de pessoas que se adaptam a situações diversas e recombina suas existências e estratégias de sobrevivência.

Na obra arrolada, o caboclo perde o título único de preguiçoso e ganha *status* de inteligente e esperto por não ter se rendido ao rígido sistema de trabalho da borracha. Ele mantém sua relação de proximidade e dependência com a natureza. Para esse personagem da região, a floresta não é apenas o lugar onde se vive, contudo é também uma fonte de vida, esperança e sobrevivência.

Contrariando a opinião de muitos pesquisadores da região amazônica, o convívio com a natureza não faz do amazônida alguém não civilizado e inferior. Ou seja, os hábitos em consonância com a natureza do morador da floresta amazônica é, obviamente, diferente dos hábitos dos moradores dos centros urbanizados, contudo isso não pode situar essa gente à margem dos direitos e deveres sociais. Portanto, na concepção do autóctone, a interação homem/natureza deve ser tranquila e harmonizada, e não de constrangimento e repressão como pensavam os primeiros europeus e, posteriormente, a elite amazônica durante o *boom* da borracha.

A literatura insere o caboclo na construção das relações sociais, evidenciando o quanto ele norteou a sobrevivência dos estrangeiros, além de ter resistido e discordado das organizações do trabalho no corte da seringa. O caboclo revelou-se peça fundamental no mosaico narrativo das personagens amazônicas. Coube a ele auxiliar os demais moradores que na região chegaram, instruindo quanto à permanência e sobrevivência na floresta. Na narrativa estudada, evidenciou-se que o caboclo foi direcionamento no caminho daqueles que buscaram o Eldorado no extremo oeste do país.

Do outro lado da pirâmide social, o coronel, antes 'símbolo do poder' e do dinheiro, a lei onde a justiça não chegava e a autoridade onde o Estado não se fazia presente, sucumbe às dificuldades da vida e torna-se expressão

da decadência, após trilhar uma trajetória de experiências errôneas, violentas e repletas de traições.

Mesmo sendo temido, ele não conseguiu controlar os processos de resistência dos seringueiros, que criaram maneiras individuais e coletivas de burlar as leis. Assim como, foi enganado por todos os seus funcionários: Maneco, Joca, Quinquim, Matias e, principalmente, por Antoninho, pois foi esse último que levou embora a 'senhora' Conchita, esposa de Cipriano.

Conchita, uma das três mulheres na narrativa, é outro símbolo de resistência. Mesmo sendo comprada por coronel Cipriano e mantida com conforto, privilégios e produtos de luxo, ela rompeu com o 'contrato de compra e venda do seringal' e fez outra escolha para sua vida. Ela escolheu Antoninho, mostrando que, apesar da idade e da sua condição de prostituta, ainda pretendia viver a essência de uma relação amorosa.

A escolha feita pela 'esposa' do coronel mudou o destino de todos que viviam no seringal. A fuga do casal de amantes fez com que Cipriano tomasse a decisão arriscada de matá-los, saindo, portanto, do Fé em Deus para nunca mais voltar. O gesto do seringalista interferiu nos caminhos dos demais seringueiros, que assumiram, definitivamente, a partir daquele momento, o controle de suas próprias vidas.

A desconstrução do signo coronel e a precariedade desse sujeito dominador foram argumentos utilizados pelo autor para fazer com que o leitor lançasse olhar diferenciado aos demais moradores do seringal e, dessa forma, percebesse como se organizam as alternâncias de poder, a persistência e a força de vontade daquela gente.

Um voo pelas falas e pensamentos das personagens revela que vivem 'meio lá e meio cá' nas transitoriedades da vida, porém são impulsionadas pelas dificuldades. Em meio ao cenário adverso, as personagens da narrativa em estudo, criam suas próprias estratégias de sobrevivência e superam dia-a-dia, com determinação e perseverança, as dificuldades impostas pela natureza e pelos 'homens de poder' da região, que na época administravam os seringais.

Muitos seringueiros optam, por exemplo, pela permanência no seringal e a construção de suas famílias após a derrocada da borracha e do coronel. Para sobreviver, esses trabalhadores passaram a manter outras formas de comércio, além da borracha. Vendiam castanha, peles de animais, peixes, entre outros produtos fornecidos pela floresta e podiam negociar

livremente sem o intermédio do barracão e do rígido sistema extrativista.

O presente estudo permite ainda a compreensão de que a vida na Amazônia, cercada pela floresta, não é mais ou menos difícil do que a vida em qualquer outra localidade. Os desafios enfrentados e a capacidade de superação são intrínsecos à existência humana, por isso precisam ser identificados também na região amazônica. Até o fracasso e a decadência precisam ser entendidos, neste contexto, como parte do mover social. O que se viu foram homens e mulheres recriando perspectivas, oportunidades, sonhos e ideais.

Evidentemente, *Coronel de Barranco* não mudará por completo o imaginário da região e nem o olhar lançado para os signos 'seringueiro', 'seringal', 'caboclo', 'borracha', 'Amazônia', 'coronel'. Mas sabe-se que ela pode ajudar a desconstruir alguns estereótipos vigentes, como é o caso dos conceitos de homogeneidade, de inferioridade e de distanciamento da civilização presentes há tempos nesta porção de terra.

No processo de reconstrução do imaginário, os sujeitos relatados aqui não podem ser vistos apenas como retratos prontos na parede para a história e a literatura. Eles devem, por intermédio dessas narrativas, assumir a construção de suas imagens para modificá-las e reinventá-las sempre que necessário e de acordo com as circunstâncias.

Entende-se até o momento, que o discurso tradicional que afirma ser a Amazônia uma região onde impera o atraso, a degeneração e a passividade constrói a noção de que esta terra sempre precisará ser dominada por estrangeiros, pois os autóctones não estão aptos a fazer avanços e progredir sem a intervenção dos 'de fora'.

A própria construção do território acreano foi um exemplo disso. O governo federal enviou uma interferência 'estrangeira', proveniente de outros estados brasileiros, porque acreditava que os moradores da região não tinham condição de saúde, capacidade intelectual e disposição para tratar de questões relevantes para a administração pública.

Contrariando esse pensamento, rompe-se na obra de Cláudio de Araújo Lima com os complexos de inferioridade, o determinismo e com a dicotomia explorador-explorado. O homem nascido na Amazônia não precisa sucumbir diante da natureza, ele é capaz de lutar por seus interesses e vencer tanto os 'mistérios da floresta' quanto os 'poderosos' dos centros urbanos e provenientes de outros estados. Ele pode explorar e ser explorado,

ao mesmo tempo, numa alternância natural de relações sociais.

Destaca-se que a literatura deve ser de caráter crítico e questionador. Sua função é ser território de contestação. Por isso, ela preenche algumas lacunas deixadas pelo silêncio da história e direciona para novos caminhos, dando margem ao que pode ter acontecido. Porém, a narrativa literária não tem a função de subverter a história. Pelo contrário, ela deve ser sempre espaço para o exercício da inquietação, criando discursos desestabilizadores em vez de apenas repetir o passado com a disseminação de clichês. Somente dessa forma será possível contribuir com os fios que tecem as narrativas históricas.

De modo geral, por muito tempo, a ficção ajudou a forjar a presença do explorador, assumindo características que excedem a realidade. Portanto, existe a necessidade dessa mesma literatura reparar os equívocos. Há dois desses reparos na obra *Coronel de Barranco*. Primeiro, o seringalista perde, então, o epíteto de vilão e o seringueiro, de fracassado, alguém que está sempre fadado à sujeição. O segundo aspecto diz respeito à relação seringalista/seringueiro, ambos sofrem vitórias e derrotas, enganam e são enganados, enfrentam dificuldades e encontram táticas e soluções.

Esse reparo com a história permite 'reposicionar' o poder na região amazônica, afastando-o unicamente das mãos do coronel. Dialogando com Foucault, o poder ganhou vestes novas, tornou-se flutuante e passou a fazer parte da vida de todos aqueles que tiveram o seringal como espaço de moradia e trabalho.

No contexto do seringal, decidir, questionar, fugir, brigar, inventar, criar são exemplos de manifestações de poder. Comprova-se, então, que as relações de poder não se limitam a negatividades e possibilitam processos constantes de resistência, pois são esses processos discordantes, que norteiam os encaminhamentos sociais. O pensamento foucaultiano afirma que as relações de poder são relações de forças, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável.

No que se refere ao entrecruzamento história e literatura, confirmam-se as ideias iniciais de que o diálogo é enriquecedor e benéfico para o conhecimento de um determinado período histórico. Tanto uma narrativa quanto a outra auxilia na recapitulação das trajetórias humanas. A literatura fala ao historiador sobre o que ocorreu e também sobre o que não

ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram e sobre os planos que se concretizaram.

Porém, nenhuma das duas narrativas apresenta todas as respostas para as perguntas referentes à Amazônia e seus signos ou a qualquer outra área. Elas apresentam caminhos para seguir. São veredas na busca da compreensão do imaginário de um povo.

Além disso, ambas respondem a uma demanda social por representações imaginárias que atuam na constituição da identidade dos indivíduos e da sociedade. Elas também exercem uma função mediadora na assimilação do novo. São vistas como construções sociais, mutáveis, que a todo o momento podem passar por processos de interpretação e (re)interpretação, construção e (re)construção. E isso faz do historiador um construtor de texto, que faz uso da linguagem e da imaginação, tanto quanto o literato.

O historiador pode ser visto como alguém que, a exemplo do ficcionista, busca explorar perspectivas diferenciadas do mundo e não pretende, dessa maneira, exaurir a descrição ou a análise de todos os dados. Tal postura incentiva os historiadores a abandonar a tentativa de retratar aspectos da vida, buscando sempre o ângulo 'correto' e a perspectiva 'verdadeira'. Assim como os escritores, os historiadores podem reconhecer que não há uma visão única de algum objeto em exame, mas sim muitas visões corretas, múltiplas interpretações e cada qual requerem suas próprias formas de representação.

Por fim, espera-se que este outro modo de pensar a Amazônia e suas problematizações, ouvir as vozes dos sujeitos e observar a construção do imaginário social tenha somado e lançado luzes novas não só à região amazônica, mas, principalmente, a maneira como se observam as justaposições e as imbricações entre essas duas narrativas – a história e a literatura.



## REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org.). **Margens da Cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALENCAR, José de. **O Guarani**. São Paulo: Editora Martin Claret, 1999.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Simá: Romance Histórico do Alto Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2003.

ANDRADE, Mário. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poéticas, 1993.

ASSIS, Machado de. 'História de 15 dias', 15 de março de 1877. In: **Obra Completa**. Vol. III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1994.

ASSMAR, Olinda Batista. **Dalcídio Jurandir: um olhar sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: Galo Branco, 2003.

ASSMAR, Olinda Batista; BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante; LIMA, Gleyson Moura de. **O imaginário social: estudo dos editoriais nos jornais de Rio Branco (Sec. XX)**. João Pessoa: Idéia, 2007.

BARROS, Leopoldina Leifão. **Uma visão de romance histórico em Coronel de Barranco e A Selva**. Rio Branco: Tico-Tico, 1991.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BEZERRA, Maria José. Luzes na 'selva', um jeito cultural de olhar a cidade de Rio Branco dos anos 40. In: SILVA, Francisco Bento da; NASCIMENTO, Luciana Marino (Org). **Cartografias Urbanas: olhares, narrativas e representações**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

BHABHA, Homi. K. **O Local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço, Gláucia Renate. 3.<sup>a</sup> reimpressão, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

2002.

BOSI, Alfredo. Debatedores: Alfredo Bosi e José Carlos Sebe. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de. **Literatura e História na América Latina**. São Paulo: EduSP, 1993.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CABRAL, Alfredo Luštosa. **Dez anos no Amazonas (1897-1907)**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1984.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: **Textos de intervenção**. Seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas cidades/Editora 34, 2002, p. 77-92.

CARVALHO, José Murilo de. **Metamorfose do coronel**. Disponível em: <[http://www.ppghis.historia.ufrj.br/media/carvalho\\_metamorfose\\_coronel.pdf](http://www.ppghis.historia.ufrj.br/media/carvalho_metamorfose_coronel.pdf)>. 1997z. Acesso em: 12 de jul. de 2012.

CARVALHO, João Carlos de. **Amazônia Revisitada: de Carvajal a Márcio Souza**. Rio Branco: Edufac, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Tradução Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1999.

CUNHA, Euclides. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DIAS, Gomes. **Sucupira ame-a ou deixe-a: venturas e desventuras de Zeca Diabo e sua gente na terra de Odorico, o bem amado**. São Paulo: Círculo do Livro S.A, 1982.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e Democracia Capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, n. 15, nov., p. 49-65, 2000.

FERRANTE, Miguel Jeronymo. **Seringal**. São Paulo: Globo, 2007.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **No tempo dos seringais: o**

cotidiano e a sociedade da borracha. São Paulo: Atual, 1997.

FORTUNATO, Maria Lucinete. **O coronelismo e a imagem do coronel**: de símbolo à simulacro do poder local. 2000. 236f. Tese de doutorado em História Social – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Tradução: Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

GAY, Peter. **Represálias selvagens**: realidade ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: **A Brasilidade Modernista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Trem-fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **A invenção da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia

e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JACKSON, Joe. **O ladrão no fim do mundo**: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha. Tradução: Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JAMESON, Frederic. **O inconsciente político**: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn (Org). **A Nova História Cultural**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KRÜGER, Marcos Frederico. **Amazônia**: mito e literatura. Manaus: Editora Valer, 2011.

LACAPRA, Dominick. **History & Criticism**. Ithaca, Cornell University Press, 1996.

LACERDA, Franciane Gama. “Reclamações do povo”. Luta por direitos na cidade, seringais e núcleos coloniais da Amazônia brasileira (séculos XIX e XX) (p. 63-82) In: **Projeto História**. São Paulo, n. 33, dez. 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LE GOFF, Jacques. “História”; “Memória” e “Documento/Monumento” In: Enciclopédia Einaudi **Memória-História**. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1990.

LEÃO, Alisson. **Amazonas**: natureza e ficção. São Paulo: Annablume, 2011.

LIMA, Claudio de Araújo. **Coronel de Barranco**. Manaus: Editora Valer, 2002.

\_\_\_\_\_. **Babel**. São Paulo: Editora SEP, 1940.

\_\_\_\_\_. **A Bruxa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo e angústia: retratos do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1960.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo e angústia: retratos do Brasil**. Manaus: Valer, 2008.

\_\_\_\_\_. **Plácido de Castro, um caudilho contra o**

**Imperialismo.** Rio de Janeiro: Bruno Buccini Editor, 1960.

\_\_\_\_\_. **A mulher dos marinheiros.** Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1965.

LIMA, Lucilene Gomes. **Ficções do ciclo da borracha:** A Selva, Beiradão e o Amante das Amazonas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

LIMA, Luiz Costa. **A Aguarrás do tempo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LLOSA, Mario Vargas. **A Casa Verde.** 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica:** uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

MARCHESE, Daniela. **Eu entro pela perna direita:** espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre. Rio Branco: Edufac, 2005.

MARTINELLO, Pedro. **A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico.** Rio Branco: Ufac, 1988 (Cadernos Ufac, série C, n. 1).

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fatos da Literatura Amazonense.** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1976.

MURARI, Luciana. **Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922).** São Paulo: Alameda, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Em busca de outra história:** imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, n. 29, 1995.

PIZA, Daniel. **Amazônia de Euclides:** viagem de volta a um paraíso perdido. São Paulo: Leya, 2010.

PIZARRO, Ana. **Amazônia:** as vozes do rio. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PORRO, Antônio. **As crônicas do Rio Amazonas.** Petrópolis, Vozes,

1993.

POTYGUARA, José. **Terra Caída**. São Paulo: Globo, 2007.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. São Paulo: Círculo do livro, s.d.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa – Omega, 1976.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Manaus: Valer, 2008.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **As raízes do Acre**. Rio Branco, Edufac, 2008.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução Claudia Berliner. Vol. 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHEIBE, Cristina. **Mulheres da Floresta: uma história**, Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucítec, 1999.

SEIXAS, Rogério Luis Rocha. **A condição estratégica do exercício do poder em Michel Foucault**. Revista Argumentos, ano 3, nº 5, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões, sociais e criação cultural na primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SILVA, Laélia. **Acre: prosa e poesia (1900-1990)**. Rio Branco: Ufac, 1998.

SILVA, Francisco Bento. **As raízes do autoritarismo no Executivo Acreano – 1921/1964**. 2002. Dissertação de mestrado em História.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 2002.

SILVA, Francisco Bento da. Representações do urbano e do rural no Território Federal do Acre (1904/1920). In: SILVA, Francisco Bento da; NASCIMENTO, Luciana Marino (Org). **Cartografias Urbanas: olhares, narrativas e representações**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

\_\_\_\_\_. **Breve História da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia – Natureza, Homem e Tempo: uma planificação ecológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VESENTINI, Carlos Alberto; DECCA, Edgar Salvadori. Considerações sobre a constituição da memória histórica a propósito da ‘Revolução de 30’. **Revista Ciência e Cultura**, SBPC, n. 29, p. 25-32, 1977.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: ensaios a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EduSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: EduSP, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Dacadência (1850-1920)**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC. EduSP, 1993.



“

Ela [Francielle Modesto] explora um imaginário, o amazônico, que parece ser restrito, mas sempre se expande, se irradia. Ela discute as possibilidades de uma disciplina, a história, sem esquecer que a experiência e a narrativa históricas rapidamente se transmutam, quando colocadas em diálogo com outros domínios e outros relatos – o ficcional, por exemplo. Coronel de Barranco – livro de Cláudio de Araújo Lima, originalmente publicado em 1970 – foi o objeto que Francielle escolheu para realizar, do ponto de vista teórico e metodológico, o que todo historiador e crítico literário deveria fazer: deslocar-se. E se deslocar é conseguir ultrapassar os limites da própria consciência, do próprio tempo e lugar; é circular por períodos cujos valores, princípios e sonhos distam excessivamente dos nossos. A Belle Époque amazônica – período em que transcorre boa parte da trama de Coronel de Barranco – acreditava, afinal, num mundo que nós, que vivemos um século depois, sabemos que não se cumpriu. A voz do narrador Matias Albuquerque não se limita, porém, a recuperar os anseios que a riqueza da borracha ativava: ela também percebe as tensões e as incongruências, os picos e abismos da imaginação de homens que tentavam acompanhar o frenesi de sua época – uma daquelas épocas em que a história parece se acelerar demais e levar gentes e coisas num redemoinho de águas e desejos.

Júlio Pimentel Pinto